



SABRINA SOARES DA SILVA

**PARADIGMAS AMBIENTAIS E
SUSTENTABILIDADE: O QUE EVIDENCIAM
ALGUNS DISCURSOS ORGANIZACIONAIS**

LAVRAS - MG

2011

SABRINA SOARES DA SILVA

**PARADIGMAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE: O QUE
EVIDENCIAM ALGUNS DISCURSOS ORGANIZACIONAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Dinâmica e Gestão de Cadeias Produtivas, para a obtenção do título de Doutor.

Orientador

Dr. Ricardo Pereira Reis

Coorientador

Dr. Robson Amâncio

LAVRAS - MG

2010

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Silva, Sabrina Soares da.

Paradigmas ambientais e sustentabilidade : o que evidenciam
alguns discursos organizacionais / Sabrina Soares da Silva. – Lavras
: UFLA, 2010.

183 p. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2010.

Orientador: Ricardo Pereira Reis.

Bibliografia.

1. Antropocentrismo. 2. Ecocentrismo. 3. Relatórios de
sustentabilidade. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 658.408

SABRINA SOARES DA SILVA

**PARADIGMAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE: O QUE
EVIDENCIAM ALGUNS DISCURSOS ORGANIZACIONAIS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Dinâmica e Gestão de Cadeias Produtivas, para a obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 21 de dezembro de 2010.

Dr. Robson Amâncio	UFRRJ
Dra. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio	EMBRAPA
Dra. Fernanda Santinelli	UNIFAL-MG
Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira	UFLA

Dr. Ricardo Pereira Reis
Orientador

LAVRAS - MG
2010

A Raul, meu filho, pelo amor e paciência.
A Luciano, meu pai, e Rosária, minha mãe, pelo apoio e incentivo em todos os
momentos.
A Felipe, meu companheiro, pelo carinho e compreensão.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela oportunidade de realização do doutorado.

À *Wageningen University, Department of Social Science e Environment Economics and Natural Resources Group*, pela oportunidade de realização do estágio doutoral.

À Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pela concessão de bolsa de estudos no primeiro ano de formação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsas de estudo para meu estágio doutoral e em parte do período de formação.

Aos professores Dr. Ricardo Pereira Reis e Dr. Robson Amâncio, pela orientação e ensinamentos, fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao professor Ph.D. Justus Wessler, pela orientação e ensinamentos em meu estágio doutoral.

Aos professores do Departamento de Administração e Economia da UFLA, pelos muitos ensinamentos e pelas oportunidades de pesquisas.

À professoras Dra. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio, Dra. Fernanda Santinelli e Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira, por comporem minhas bancas de qualificação e defesa de tese, e pelas minuciosas correções e valiosas sugestões.

Aos queridos amigos do grupo de discussões dos projetos de tese, Bruno, Cléria, Danny, Douglas, Patrícia e Vânia, pelas importantes contribuições e agradáveis reuniões.

Aos demais amigos e colegas de doutorado, pela companhia e amizade.

“A história dos esforços humanos para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem”.

Max Horkheime

RESUMO

O agravamento dos problemas socioambientais nos últimos anos evidencia a necessidade de mudanças na visão de mundo compartilhada socialmente, predominantemente antropocêntrica, para uma nova perspectiva, baseada na sustentabilidade. Este estudo foi realizado com o objetivo de compreender os significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações e como esses significados se relacionam aos paradigmas ambientais compartilhados. Abordaram-se o antropocentrismo, em suas vertentes individualista e coletivista, o ecocentrismo, também individualista e coletivista, e a sustentabilidade-centrismo. Foi feita uma análise qualitativa descritiva, fundamentada na análise de conteúdo, dos relatórios de sustentabilidade e alguns discursos disponíveis nos sítios eletrônicos de uma amostra de oito organizações, selecionada intencionalmente. Os significados atribuídos à sustentabilidade estão associados, na maior parte, ao paradigma antropocêntrico individualista, não tendo sido observado um rompimento com a busca de se atender unicamente aos interesses dos proprietários das organizações. Nessa visão, relacionou-se sustentabilidade a conceitos como os de desempenho, crescimento, rentabilidade, liderança ou boas práticas de governança nas organizações. Também na vertente individualista, mas se aproximando ao ecocentrismo, associou-se a sustentabilidade ao cumprimento da legislação ambiental e à ecoeficiência. Observaram-se posturas um pouco mais próximas à vertente coletivista do antropocentrismo, quando a sustentabilidade é vista como diferentes formas de investimentos sociais, filantropia, cidadania empresarial e responsabilidade social. De forma similar, a associação com a responsabilidade socioambiental também buscou uma visão um pouco mais coletivista, mas incluindo preocupações com as formas de vida não-humanas. Ainda que tais significados busquem, de alguma forma, expressar preocupações coletivistas, ainda não seria equivalente a dizer que as organizações analisadas são sustentáveis. Nenhum dos significados atribuídos à sustentabilidade remete a seu sentido original, associado à superação da dicotomia entre a humanidade e natureza e à manutenção da biota como um todo no longo prazo. Os discursos organizacionais, mesmo quando se referiam à sustentabilidade, tinham como tema central o relato dos resultados financeiros das organizações, fortalecendo o paradigma antropocêntrico individualista. As ações sociais e ambientais apresentadas nesses relatórios contribuem, de alguma forma, para a busca de soluções para alguns problemas socioambientais, mas ainda são bastante pontuais e isoladas, não indicando mudanças na visão de mundo predominante.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Paradigmas ambientais. Antropocentrismo. Ecocentrismo. Relatórios de sustentabilidade.

ABSTRACT

The aggravation of social and environmental problems in recent years made evident the need for changes in socially shared worldview, from a predominantly anthropocentric perspective to a new one, based on sustainability. This study aims to understand the meanings attributed to sustainability in organizations and how these meanings can be related to environmental paradigms. It was discussed the anthropocentrism, in their individual and collective perspectives, the ecocentrism also the individual and the collective, and the sustaincentrism. A qualitative descriptive analysis was carried out, based on content analysis of sustainability reports and material available in sites of a sample of eight organizations, selected intentionally. The meanings attributed to sustainability are related, in most organizations, with the individual anthropocentric paradigm without distancing from the purpose to serve only the interests of the organizations owners. In this view, sustainability concepts were related to organizational performance, growth, profitability, leadership and good practices in corporate governance. Also in the individual perspective, but close to the ecocentrism view, sustainability was linked to environmental legislation enforcement and eco-efficiency. There were also speeches related to anthropocentrism, but with some proximity to their collective perspective, when sustainability is seen as different forms of social investments, philanthropy, corporate citizenship, and social responsibility. Similarly, the association with socio-environmental responsibility also sought a more collectivist vision, aiming to not restrict their concern to humanity, but also with other life forms. Although the meanings attributed to sustainability aim, somehow, to express collective concerns, they are not equivalent to say that the organization is sustainable. None of the meanings attributed to the sustainability refer to its original meaning, associated with overcoming the dichotomy between humanity and nature and the maintenance of the whole biota in the long term. Organizational discourses, even when referring to sustainability, had as central theme the organizational financial performance, strengthening the individualist anthropocentric paradigm. The social and environmental actions presented in these reports contribute, in some way, in the search for solutions to socio-environmental problems, but they are still very punctual and isolated, indicating no change on the anthropocentric dominant worldview.

Keywords: Sustainability. Environment paradigms. Anthropocentrism. Ecocentrism. Sustainability reporting.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Relação entre os paradigmas ambientais abordados.....	80
Figura 2	Relação entre os significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações analisadas e os paradigmas ambientais.....	154
Quadro 1	Vertentes da ética ecológica a partir das relações entre homem e natureza e entre homem e sociedade.....	79
Quadro 2	Melhores relatórios de sustentabilidade segundo a GRI em 2010.....	90
Quadro 3	Visões atribuídas à sustentabilidade nas organizações analisadas.....	146
Quadro 4	Significados atribuídos à sustentabilidade e o que deve ser sustentado nas organizações analisadas.....	149

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Objetivos	16
1.2	Justificativas	16
1.3	Estrutura da tese	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	A situação socioambiental e o papel do ambientalismo, do Estado e das organizações	20
2.1.1	Problemas ambientais atuais e como vêm sendo tratados	20
2.1.2	Ambientalismo: desenvolvimento e crise	33
2.1.3	Papel do Estado em relação à natureza	37
2.1.4	A atuação organizacional: necessidade de maior comprometimento com as questões ambientais	44
2.2	Paradigmas ambientais e suas implicações	50
2.2.1	Paradigma antropocêntrico	52
2.2.2	Paradigma ecocêntrico	55
2.2.3	Sustentabilidade-centrismo como um novo paradigma ambiental	58
2.2.3.1	Desenvolvimento sustentável: um conceito em construção	59
2.2.3.2	A sustentabilidade dissociada da ideia de desenvolvimento	67
2.2.3.3	Humanidade e natureza: dualidade revista	71
2.2.3.4	Mudança paradigmática e as possibilidades da sustentabilidade	77
2.2.4	Relação entre os diferentes paradigmas ambientais: construção do modelo teórico	78
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	85
3.1	Natureza da pesquisa	85
3.2	Análise de conteúdo	86
3.3	Objeto de estudo e coleta de dados	87
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	94
4.1	Descrição dos conceitos atribuídos à sustentabilidade nas organizações	94
4.1.1	Banco do Brasil	94
4.1.2	Fundação Bradesco	103
4.1.3	Natura	106
4.1.4	Vale	114
4.1.5	Bradesco	120
4.1.6	Eletrobrás Furnas	127
4.1.7	Eletrobrás	133
4.1.8	Itaipu Binacional	141

4.2	Discursos organizacionais sobre sustentabilidade e suas relações com os paradigmas ambientais.....	146
5	CONCLUSÕES.....	159
	REFERÊNCIAS.....	165

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão ambiental¹ vem despontando como um dos problemas mais desafiadores para as gerações atuais e futuras, principalmente pela constatação da gravidade e da irreversibilidade de alguns danos causados ao meio ambiente.

No atual contexto, que pode ser definido como uma crise ambiental, a preocupação com a natureza conquistou amplo espaço nos âmbitos nacional e internacional, estando relacionada a praticamente todos os setores de atividades humanas. Como os problemas ambientais ameaçam não só o equilíbrio ecológico do planeta, mas também a existência de diversas formas de vida, inclusive a humana, torna-se urgente que se busquem soluções para eles. A situação é também agravada, segundo Dirzo e Raven (2003), pela constatação de que grande parte desses problemas surgiu a partir da intervenção do homem na natureza, o que torna necessária a reavaliação de suas ações.

Apesar disso, a natureza continua a ser vista, predominantemente, como uma simples fonte de recursos ou um local de depósito de resíduos das atividades humanas, embora se reconheça a fragilidade dessa situação. Não existe uma explicação única para esse fenômeno, mas a visão de mundo dos indivíduos, que constitui seu sistema de ideias, crenças e valores, e motiva sua atitude – individualista ou coletivista – sobre o ambiente, é determinante na elucidação dessa questão. A maneira como os indivíduos agem sobre o mundo parte de pressuposições explícitas ou implícitas sobre sua essência (BURRELL; MORGAN, 1979) e essas pressuposições constituem os paradigmas², que

¹ A questão ambiental é um campo interdisciplinar que resulta do entrecruzamento de ciência, normas e valores, e busca a interface, classicamente dicotômica, entre natureza e sociedade (ROHDE, 2005).

² O termo paradigma tem origem no grego, *paradeigma*, cujo sentido literal é exemplo, modelo ou padrão, e foi utilizado, originalmente, por Platão e Aristóteles (GÖKTÜRK,

representam realidades alternativas (KUHN, 1996) ou sentidos filosóficos que denotam uma visão da realidade (MORGAN, 1980). Os paradigmas vão constituir os princípios supralógicos de organização do pensamento que governam a visão que os indivíduos têm do mundo e definem a lógica de seus discursos (MORIN, 2006).

O conceito de paradigma foi expandido por Pirages e Ehrlich (1974) que utilizaram o termo “paradigma social dominante” para definir o conjunto de normas, crenças, valores e hábitos que formam a visão de mundo mais comumente compartilhada dentro de uma cultura. Ele é constituído de generalizações simbólicas amplamente aceitas pelos membros de uma comunidade, modelos de relacionamento entre objetos de interesse e critérios de julgamento em avaliações.

Cotgrove (1982) contribuiu com essa discussão, afirmando que um paradigma não é dominante por ser compartilhado pela maioria, mas por ser compartilhado por grupos dominantes que o utilizam para legitimar instituições que sustentam seus interesses. Assim, o paradigma pode funcionar como uma ideologia e seus princípios se tornam autoevidentes aos membros da comunidade, sem necessidade de justificação.

Como as diferentes visões pré-analíticas são internalizadas, muitas vezes permanecem não questionadas (RIFKIN; HOWARD, 1980), moldando a forma como o mundo é visto (NORTON, 1991) e, concomitantemente, sendo influenciadas pela forma como o mundo se apresenta. Não existe uma visão de mundo única, compartilhada por todos os indivíduos, assim como não existem posicionamentos estanques diante das modificações pelas quais todos os indivíduos, e o próprio mundo, estão sujeitos. As perspectivas individuais são

2009). Embora o termo tenha se popularizado a partir da década de 1970, quando Kuhn (1996) o adotou para tratar da evolução da ciência, sua origem reflete a ideia de uma visão de mundo compartilhada pelos indivíduos dentro de uma sociedade, moldando seu pensamento. Neste texto, o termo paradigma foi adotado com este sentido.

modificadas a todo momento, principalmente quando o contexto no qual os agentes estão inseridos sofre grandes alterações, como vem ocorrendo nos últimos anos. As modificações ocorridas na natureza levam a uma reação diante dessa mudança, refletindo uma transformação na visão que as pessoas têm da própria natureza.

As maneiras como os homens veem e agem sobre a natureza são moldadas pelos paradigmas ambientais³ compartilhados, que são comumente classificados, na literatura, como antropocêntricos e ecocêntricos. O antropocentrismo tem como base motivacional o interesse em manter a qualidade de vida, a saúde e a existência humana e, para tanto, faz-se necessário preservar os recursos naturais e o ecossistema. Existe, assim, uma relação na qual a humanidade preserva a natureza para seu próprio benefício. Já para o ecocentrismo, a natureza é uma dimensão espiritual e de valor intrínseco. Os sentimentos humanos sobre a natureza refletem a ideia de que a humanidade depende da natureza e a valora por sua própria existência (SCHULTZ, 2002). Dessa forma, tanto as atitudes ambientais antropocêntricas como as ecocêntricas expressam preocupação ambiental e interesse em preservar a natureza e seus recursos.

Contudo, os motivos desencadeadores dessa preocupação e interesse ambiental são distintos. De maneira geral, atitudes antropocêntricas estão baseadas nos efeitos que os problemas ambientais estão causando nos seres humanos, enquanto as ecocêntricas se baseiam nas consequências desses danos à própria natureza.

Em uma tentativa de superação das limitações presentes tanto na perspectiva antropocêntrica como na ecocêntrica, a sustentabilidade tem sido

³ Com sentido similar ao de paradigmas ambientais, autores como Attfeld (1994), Eckersley (1992), Merchant (1994) e Hoffman e Sandelands (2005) utilizam o termo “ambientalismo” (*environmentalisms*), originalmente proposto por Devall (1979), para se referir às perspectivas dos indivíduos diante do ambiente.

apontada como um novo paradigma (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). A noção de sustentabilidade ganhou mais destaque, tanto na mídia como na academia, a partir da década de 1980, quando os problemas ambientais se tornaram mais evidentes e o nível de exploração dos recursos naturais se tornou preocupante. A busca de soluções para esses problemas envolveu a realização de diversas conferências mundiais e acordos que buscaram limitar a ação humana sobre a natureza, criando a expectativa de que a ação conjunta de várias nações poderia alterar os padrões de relacionamento entre os seres humanos e entre estes e a natureza.

Porém, a sustentabilidade vem sendo apresentada como um conceito amplo e vago, favorecendo sua apropriação e utilização nos mais diferentes discursos (CAVALCANTI, 1998). Praticamente todas as correntes de pensamento concordam com a ideia de que a sustentabilidade deve orientar as decisões envolvendo a natureza e ser um preceito básico para nortear as ações dos indivíduos e organizações. Dessa forma, o que poderia representar um novo paradigma pode reforçar a predominância da mesma visão antropocêntrica, recorrente nos últimos séculos. A utilização do termo sustentabilidade como um simples atributo retórico dificulta que se atribua a ele um significado mais profundo e pode dissimular a defesa de interesses predominantemente econômicos.

O termo “sustentabilidade” tem estado presente em diversos discursos das organizações que buscam justificar seus impactos sobre o ambiente e legitimar sua atuação frente à sociedade. Exemplo disso são os relatórios de sustentabilidade, por meio dos quais as empresas buscam medir e divulgar os impactos econômicos, ambientais e sociais de suas ações, descrevendo o desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo tanto informações positivas como negativas (GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI, 2006). Esses relatórios buscam informar os *stakeholders* internos e

externos sobre o desempenho organizacional visando o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, este estudo se orienta pelas seguintes questões: a sustentabilidade pode ser considerada um novo paradigma? Que significados as organizações atribuem à sustentabilidade? E quais paradigmas ambientais estão presentes nos discursos organizacionais envolvendo a sustentabilidade?

1.1 Objetivos

Diante deste contexto, buscou-se, por meio deste estudo, compreender os significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações e suas relações com os paradigmas ambientais compartilhados. Esse objetivo geral se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

- a) analisar a situação ambiental atual, discutindo seus principais problemas e suas relações com o ambientalismo⁴, o Estado⁵ e as organizações;
- b) discutir a possibilidade da sustentabilidade como um novo paradigma ambiental;
- c) caracterizar os significados que as organizações atribuem à sustentabilidade e relacioná-los aos diferentes paradigmas ambientais.

1.2 Justificativas

Os problemas ambientais atuais e a constatação de que os níveis atuais

⁴ Ambientalismo é entendido, neste estudo, como os diferentes movimentos ou posicionamentos que têm como principal preocupação a preservação do meio ambiente.

⁵ Neste estudo, o termo Estado é utilizado para designar o aparelho administrativo e o sistema constitucional-legal que organiza ou regula a sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1999).

de utilização dos recursos naturais e emissão de resíduos pela humanidade não podem ser mantidos inspiram preocupações. Embora o tamanho da população e o consumo sejam apontados como duas das principais causas desses problemas (DIETZ; ROSA; YORK, 2007), os padrões de produção das organizações devem ser considerados, visto que eles são determinantes pelos seus impactos sobre o ambiente, por utilizarem grande parte dos recursos naturais e constituírem as principais fontes de poluentes. Por isso, considerou-se a análise da visão ambiental difundida pela organização, assim como seu discurso sobre sustentabilidade, essenciais na análise dessas questões.

A grande dificuldade em se adotar uma postura sustentável pode estar associada à dificuldade de se incorporar mudanças profundas em um sistema de pensamentos continuamente e fortemente ligado às instituições da sociedade industrial (MCDONAGH, 1998). Kilbourne (2004) sugere que o desenvolvimento e a comunicação das ações sustentáveis podem representar não apenas uma mudança de estratégia, mas também uma mudança de paradigma. Embora esses esforços sejam sempre considerados positivos e necessários, quando se inserem dentro do paradigma social dominante, podem reforçar seus pressupostos, como seus padrões de consumo e produção e a busca contínua de crescimento econômico. Dessa forma, no lugar de uma ruptura com essa visão antropocêntrica, desponta uma nova maneira de legitimá-la e reforçá-la.

Além disso, como até as formas de comunicação mais simples estão embebidas em seu contexto social, político e econômico, os conteúdos dos relatórios de sustentabilidade podem revelar os paradigmas dominantes, que vão orientar não apenas as atitudes dos indivíduos inseridos nas organizações, mas também da sociedade, que constitui o campo de atuação da empresa.

Os discursos organizacionais refletem valores já encontrados na sociedade, segundo a perspectiva do reflexo, e moldam a sociedade em uma imagem desejada de sociedade industrial, segundo a perspectiva da modelagem

(HOLBROOK, 1987; POLLAY, 1986). Considera-se que os discursos ambientais, presentes nos relatórios de sustentabilidade, são capazes não só de refletir o que os membros organizacionais dos níveis estratégicos pensam sobre a sustentabilidade e sobre a natureza, mas também indicar o que a própria sociedade espera das organizações nesses aspectos. Esses discursos também refletem o que está compartilhado entre os indivíduos no meio social.

1.3 Estrutura da tese

A partir dessa introdução, que buscou apresentar o problema que se pretende abordar neste estudo, assim como seus objetivos e justificativas, o texto divide-se em mais cinco partes.

No segundo capítulo tratou-se do referencial teórico, dividido em duas partes principais. Na primeira, buscou-se contextualizar esse estudo, discutindo os problemas ambientais atuais, as possibilidades de caracterizá-los como uma crise ambiental e como eles têm sido tratados. A análise do estágio atual dos problemas ambientais foi seguida da descrição da situação atual do ambientalismo e suas principais dificuldades, a necessidade de intervenção do Estado na solução desses problemas e o papel das organizações nesse processo.

Na segunda parte do referencial teórico, discutiram-se as diferentes perspectivas ambientais e como elas podem influenciar as atitudes dos indivíduos. Partiu-se das diferentes perspectivas ambientais - antropocêntrica e ecocêntrica e suas variações individualista e coletivista - para se chegar à proposta da sustentabilidade como um novo paradigma. Discutiu-se também como essa nova vertente poderia romper a dualidade entre humanidade e natureza.

No terceiro capítulo trata-se da metodologia que foi utilizada nesta tese e da abordagem do problema de estudo. Optou-se por um estudo descritivo,

documental, tendo como base os relatórios de sustentabilidade de um grupo de organizações e, de maneira complementar, textos disponíveis em seus sítios eletrônicos que tratassem sobre sustentabilidade. Foram utilizadas técnicas da análise de conteúdo para análise dos dados coletados de oito organizações.

No quarto capítulo foram apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir de uma descrição e análise dos conteúdos de discursos organizacionais, quais os principais significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações e como eles se relacionam aos diferentes paradigmas ambientais. Por fim, na quinta parte, apresentam-se as conclusões desse estudo, assim como suas limitações e sugestões de pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico foi dividido em duas partes principais: na primeira, buscou-se contextualizar o estudo, discutindo os principais problemas ambientais e, na busca de sua solução, qual tem sido a atuação do ambientalismo, Estado e organizações. Já na segunda parte discutem-se as diferentes perspectivas ambientais e como elas constituíram o modelo teórico desse estudo.

2.1 A situação socioambiental e o papel do ambientalismo, do Estado e das organizações

Neste capítulo, buscou-se apresentar o contexto sócio-ambiental atual, que fundamenta e justifica este estudo. Fez-se uma análise do estágio atual dos principais problemas ambientais e como eles têm sido tratados. Em seguida, descreveram-se a evolução e a situação atual do ambientalismo e suas principais dificuldades, o papel do Estado na solução desses problemas e as exigências atuais para que as organizações tomem parte nesse desafio e como elas têm buscado fazer isso.

2.1.1 Problemas ambientais atuais e como vêm sendo tratados

Diversos são os problemas ambientais que têm chamado a atenção nos últimos anos. Embora o número de informações sobre tais problemas tenha aumentado, ainda vem sendo observado muito pouco avanço em sua solução. Uma das maiores conferências mundiais realizadas com a finalidade de se discutirem questões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio +10,

ocorrida em 2002. Nela, as discussões tiveram como focos os seguintes aspectos (CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CMDS, 2008):

- a) crescimento demográfico: a população mundial, de 6,1 bilhões, deve chegar a 9,3 bilhões em 2050 e nos 49 países menos desenvolvidos a população deve triplicar, passando de 668 milhões a 1,86 bilhão de habitantes;
- b) pobreza e desigualdades: cerca de 2,8 bilhões de pessoas vivem com menos de US\$ 2 por dia; 800 milhões de pessoas, entre elas 150 milhões de crianças, são desnutridas e 80% da riqueza mundial estão nas mãos de 15% dos habitantes dos países mais ricos;
- c) superexploração dos recursos: a utilização dos recursos supera, anualmente, em 20% a capacidade do planeta de regenerá-los;
- d) mudanças climáticas: a proporção de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera passou de 280 partes por milhão a 360, em 150 anos e teme-se que essa concentração esteja entre 500 e 1.000 em 2100, acarretando um aumento da temperatura média de cerca de 1,5°C a 5,8°C;
- e) buraco na camada de ozônio: o buraco em cima do Antártico media 30 milhões de km² em outubro de 2001 e, graças ao Protocolo de Montreal de 1987 e à diminuição da produção de clorofluorcarboneto (CFC), a camada de ozônio está se reconstituindo e deve recuperar seu nível de antes dos anos 80 até 2050;
- f) espécies ameaçadas de extinção: 11.046 espécies animais estão ameaçadas, principalmente pelo desaparecimento de seu hábitat, o que representa 24% das espécies mamíferas, 12% dos pássaros, 25% dos répteis, 20% dos anfíbios e 30% dos peixes;
- g) desaparecimento dos bosques: a superfície dos bosques diminuiu 4%

desde 1990, sob a pressão da indústria madeireira, da atividade extrativista e do aumento da área urbana. Cerca de 40% do que resta dos antigos bosques pode desaparecer dentro de 10 a 20 anos;

- h) acesso à água: cerca de 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável e 2,4 bilhões não vivem em condições sanitárias decentes. A queda do nível dos lençóis freáticos se tornou um sério problema em algumas regiões e metade dos rios do mundo está em um nível muito baixo ou poluído;
- i) erosão do solo: o crescimento da população acarreta enorme pressão sobre a produção de alimentos e, portanto, uma demanda crescente por terras agrícolas. Calcula-se que uma superfície equivalente às áreas dos Estados Unidos e México juntas esteja desgastada pela superexploração agrícola e salinização dos solos;
- j) esgotamento das reservas de pesca: quase um terço das reservas de pesca estão com nível muito baixo ou superexploradas. Algumas espécies com importância econômica praticamente desapareceram, em algumas regiões, para comercialização.

A Conferência Rio +10 foi considerada por muitos um fracasso, por ter constatado o não cumprimento de diversas metas estabelecidas na Conferência Rio 92, pela não adesão de alguns países a tratados considerados de grande importância para a proteção ambiental, como o Protocolo de Quioto, e pela vaga definição de diversas metas estabelecidas, principalmente aquelas que poderiam favorecer os países pobres e em desenvolvimento.

Também foi constatado que a Conferência Rio +10 apresentou, em seu relatório, mais problemas que soluções, como sintetizado abaixo (CMDS, 2008):

- a) energia: houve a proposta de ampliar o acesso a formas modernas de

energia, mas sem prazos nem metas específicas, sendo derrotada a proposta do Brasil e da União Europeia de fixar uma meta global de 10% a 15% de fontes renováveis de energia. Houve anúncio de parcerias com países pobres no valor de US\$ 769 milhões, porém, um terço da população, ou 2 bilhões de pessoas, não tem acesso a energia, como eletricidade ou combustíveis fósseis;

- b) mudança climática: Canadá, Rússia e China anunciaram que deveriam ratificar o Protocolo de Quioto, porém, confirmou-se que a temperatura média da atmosfera global deve subir até 5,8°C até o ano 2100;
- c) água: definiu-se como meta cortar à metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso a água potável e esgotos. Foram anunciados projetos e parcerias que somam US\$ 1,5 bilhão para alcançar esses objetivos, dos quais US\$ 970 milhões viriam dos EUA, em três anos. Porém, constatou-se que, em 2025, se nada for feito, serão 4 bilhões de pessoas (metade da população mundial) sem acesso a saneamento básico;
- d) biodiversidade: decidiu-se pela redução da perda de espécies, mas sem meta específica e reconheceu-se que os países pobres precisarão de ajuda financeira para cumprir esse objetivo. Porém, até 50% das espécies podem desaparecer ou ficar em grave risco de extinção até o final do século;
- e) pesca: propôs-se restaurar estoques pesqueiros a níveis sustentáveis até 2015, onde for possível, e estabelecer áreas de proteção marinha até 2012. Mas regiões tradicionais de pesca, como a do bacalhau no Atlântico Norte, já entraram em colapso, com perda de 40 mil empregos no Canadá;
- f) agricultura: decidiu-se pelo apoio à eliminação de subsídios agrícolas que afetam exportações de países pobres, mas sem metas nem prazos definidos. Também constatou-se que os países ricos subsidiam seus

agricultores com mais de US\$ 300 bilhões por ano;

- g) ajuda ao desenvolvimento: reafirmou-se o compromisso da Eco-92 de destinar 0,7% do PIB dos países ricos para ajuda ao desenvolvimento, tendo o Fundo Ambiental Global (GEF) recebido um valor de US\$ 2,9 bilhões. Contudo, a meta não foi cumprida e o valor destinado para esse fundo caiu para 0,22% do PIB destes países, desde 1992.

Esse problemas também vêm sendo discutidos, há alguns anos, pelo Programa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento (PNUD, 2006, 2007, 2009), rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Esse programa publica, geralmente todos os anos, o Relatório de Desenvolvimento Humano, que busca promover o debate sobre temas relativos ao desenvolvimento. Nos três últimos relatórios, foram tratadas, como temas centrais, a mobilidade, as mudanças climáticas e a crise da água.

Em 2006, foi apontado que o desenvolvimento humano tem a ver com, em primeiro lugar, deixar as pessoas viverem a vida que valorizam e permitir-lhes realizar todo o seu potencial como seres humanos. Como o progresso humano tem dependido do acesso à água potável e da capacidade das sociedades controlarem o potencial da água como recurso produtivo, duas bases para o desenvolvimento humano passam a ser a água para a vida no agregado familiar e a água para sustento por meio da produção. Além disso, as raízes da crise em termos da água se prendem com a pobreza, com a desigualdade e com relações desiguais de poder, bem como com políticas de gestão da água deficientes que aumentam a escassez (DERVIŞ, 2006).

Para além de impactos destrutivos altamente visíveis sobre as pessoas, a insegurança da água viola alguns dos princípios mais básicos da justiça social, como a igualdade de cidadania, o acesso ao mínimo social, a igualdade de oportunidades e a distribuição justa. Os direitos humanos não são extras

facultativos, assim como não são uma disposição legal voluntária a abraçar ou abandonar segundo o interesse de cada governo, mas obrigações vinculativas que refletem valores universais e implicam responsabilidades por parte dos governos. No entanto, o direito humano à água é violado impunemente de forma generalizada e sistemática — e são os direitos humanos das pessoas mais carentes que estão sujeitos aos abusos mais graves (PNUD, 2006).

Apesar do acesso à água ser uma necessidade humana elementar, a aparente prosperidade é contrastada pela constatação de que: mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável; 2,6 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento adequado; 1,8 milhões de crianças morrem anualmente em resultado direto de doenças provocadas por água poluída e más condições de saneamento; 443 milhões de dias escolares por ano são perdidos devido a doenças relacionadas com a água; milhões de mulheres passam várias horas por dia coletando água; doenças e as oportunidades de educação perdidas na infância resultam em pobreza na vida adulta, criando um ciclo de desfavorecimento; cerca de 1,4 bilhões de pessoas vivem em bacias fluviais em que a utilização da água ultrapassa as taxas de recarga e há consideráveis perdas econômicas (PNUD, 2006). As causas desse problema podem variar, segundo Derviş (2006), de país para país. Além disso, são poucos os países que tratam a água e o saneamento como prioridades políticas; algumas das pessoas mais pobres do mundo pagam alguns dos preços mais altos do mundo pela água e a comunidade internacional vem fracassando em dar maior prioridade à água e ao saneamento nas parcerias para o desenvolvimento.

Contudo, muitos países fizeram progressos consideráveis, em termos de fornecimento de água potável e saneamento, o que reflete algumas mudanças na visão predominante pela qual tais problemas são vistos. Em alguns países em desenvolvimento, as pessoas que vivem em pequenas comunidades conseguem mobilizar recursos e evidenciar energia e inovação na forma como lidam com os

seus problemas. Ainda assim, há muitos problemas que ainda podem se agravar. O primeiro é a intensificação da luta nacional pela água, na qual as pessoas com os direitos mais fracos verão os seus direitos à água destruídos por eleitorados mais poderosos. O segundo é a possibilidade de tensões transfronteiriças, pela fugacidade dos recursos hídricos, visto que a água atravessa fronteiras através de rios, lagos e aquíferos. A busca por evitar e tratar esses problemas passa pela cooperação internacional e pela necessidade de políticas públicas que abordem essas questões (DERVIŞ, 2006).

Apesar de ter-se verificado, desde os anos 1990, um florescimento de conferências internacionais sobre o tema da água, parcerias internacionais de alto nível e 23 agências da ONU para lidar com a água e o saneamento, tanta atividade não resultou em considerável progresso. Seria necessário um movimento internacional que envolvesse estratégias nacionais e um plano de ação global, em torno dos seguintes pilares fundamentais: converter a água num direito humano e fazer com que seja cumprido; delinear estratégias nacionais para a água e o saneamento; cumprir os objetivos, até 2015, de reduzir à metade a proporção de pessoas sem acesso à água e saneamento; criar estratégia para a redução da pobreza, fazendo da água e do saneamento prioridades fundamentais e cuidar dos fornecedores de água, assegurando que os prestadores de serviços, públicos e privados, em conjunto com os organismos municipais, incluam indicadores de referência claros relativamente à equidade de acesso (PNUD, 2006). Embora tenham sido levantadas muitas questões, poucas mudanças positivas puderam ser identificadas, o que indica um processo de mudança muito lento.

Em 2007, o relatório do PNUD (2007) buscou alertar sobre as mudanças climáticas que vêm ocorrendo e suas consequências. Nele, essas alterações são apontadas como um fato científico incontestável, embora haja muita incerteza sobre a previsibilidade do impacto da emissão de gases com efeito estufa. O fato

de não se conhecer as probabilidades de tais perdas, ou quando terão lugar, não seria um argumento válido para não se tomar medidas de precaução. Em longo prazo, as alterações climáticas seriam uma ameaça massiva ao desenvolvimento humano, podendo prejudicar os esforços da comunidade internacional em reduzir a pobreza extrema (DERVIŞ; STEINER, 2007).

Esse autores acreditam que deve-se começar a reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa e a dar novos passos rumo à sua mitigação para que as alterações climáticas irreversíveis, que já estariam em curso, não sejam agravadas nas próximas décadas. Contudo, reconhece-se que, após limitar as alterações climáticas futuras e se ajudar os mais vulneráveis a se adaptarem às circunstâncias inevitáveis, seria necessário prosseguir e identificar a natureza das políticas que ajudarão a atingir os resultados pretendidos, o que, com o tempo, traria grandes benefícios líquidos, mas, de início, incorreria em custos elevados. Um dos maiores desafios seria a distribuição dos custos e benefícios a curto e médio prazos, o que está longe de ser uniforme. Tal situação é agravada pela constatação, segundo o PNUD (2007), de que aqueles que são os maiores responsáveis pelo problema – os países ricos – não serão os que, em curto prazo, mais irão sofrer. Os pobres, que não contribuíram nem contribuem significativamente para a emissão dos gases que causam o efeito estufa, são os mais vulneráveis.

O insucesso na redução das emissões que causam as alterações climáticas poderá consignar, inicialmente, os 40% mais pobres da população mundial – cerca de 2.6 bilhões de pessoas – a um futuro de poucas oportunidades, podendo exacerbar desigualdades profundas nos países e minar os esforços para construir um padrão de globalização mais inclusivo. Os choques climáticos já fariam parte da vida dos mais pobres, que enfrentariam efeitos como secas, cheias e tempestades, que podem ameaçar tanto suas vidas como sua capacidade produtiva. Entre 2000 e 2004, mais de 98% desses problemas

ocorreram em países em via de desenvolvimento. Contudo, em algum tempo, será toda a humanidade que enfrentará os riscos inerentes ao aquecimento global, visto que a rápida acumulação de gases do efeito estufa na atmosfera terrestre altera significativamente a previsão meteorológica para as gerações futuras. Assim, essas alterações acabam por ameaçar dois grupos cujas vozes políticas são pouco ouvidas: os pobres do mundo e as gerações futuras (PNUD, 2007).

Ainda segundo o PNUD (2007), o aquecimento global seria a prova de que estamos sobrecarregando a capacidade da atmosfera terrestre, na qual a concentração de dióxido de carbono (CO₂) encontra-se elevada, excedendo os limites naturais dos últimos 650.000 anos, o que poderia elevar as temperaturas globais médias em mais de 5°C, enquanto o limiar do perigo de alterações climáticas corresponde a um aumento de cerca de 2°C. Isso poderia causar rápidos retrocessos no desenvolvimento humano e danos ecológicos irreversíveis, sendo os principais relacionados à: produção agrícola e segurança alimentar, crise e insegurança da água, aumento do nível dos oceanos e exposição a desastres climáticos, ameaça aos ecossistemas e biodiversidade, e riscos à saúde humana.

Contudo, o PNUD (2007) afirma que essa constatação oferece uma oportunidade para o mundo se unir e forjar uma resposta comum a essa crise, ou uma esperança para o desenvolvimento de soluções multilaterais para um dos problemas mais abrangentes com que se depara a comunidade internacional. Segundo a mesma fonte, as principais recomendações para deter o processo de aquecimento global seriam: desenvolver uma estrutura multilateral, à luz do Protocolo de Quioto pós-2012, para evitar alterações climáticas perigosas; elaborar uma agenda para a mitigação e colocar em prática políticas para o orçamento de carbono; fortalecer a estrutura para cooperação internacional, enfatizando o acesso a energias modernas e a redução da taxa de emissão de

carbono e buscar adaptação que tenham em vista as alterações climáticas na estrutura de Quioto pós-2012 e as parcerias internacionais para reduzir a pobreza. Embora tais medidas sejam necessárias, não há prazos ou metas firmados para sua consecução. Mesmo reconhecendo a necessidade de mudanças imediatas e de uma maior solidariedade entre os seres humanos, muito pouco ainda tem sido feito.

Já o relatório do PNUD (2009) buscou tratar de um tema que ainda havia sido objeto dos estudos dessa organização: a migração. Embora seja comum que esse assunto seja tratado com impopularidade pelos meios de comunicação que, em geral, representam os migrantes como aqueles que vêm roubar os empregos ou que vivem às custas do contribuinte, essa realidade é mais complexa e bastante variável. Constatou-se que a migração a partir de países em desenvolvimento em direção a países desenvolvidos corresponde apenas a uma pequena parte de todas as deslocamentos humanos, sendo a migração a partir de um país em desenvolvimento para outro na mesma situação muito mais comum. A maioria dos migrantes, contudo, se desloca para outro ponto do seu próprio país e, longe de serem vítimas, tendem a ser bem sucedidos, tanto antes de deixarem os seus lares de origem como após a chegada ao seu destino. Os resultados de todos os aspectos do desenvolvimento humano, relativos, por exemplo, aos rendimentos, mas também à educação e à saúde, tendem a ser positivos. Além disso, o receio de que os migrantes sejam responsáveis pela diminuição do número de empregos ou dos salários da população local, constituindo um fardo para os serviços locais ou custando muito dinheiro aos contribuintes é, geralmente, exagerado. Em muitos casos, as competências dos migrantes complementam aquelas das populações locais. Contudo, muitos governos instituem regimes de entrada no país cada vez mais repressivos, virando as costas à violação de questões de saúde e de segurança por parte de

entidades empregadoras, ou não tomando medidas que eduquem o público sobre os benefícios da imigração (CLARK, 2009).

Para muitas pessoas de países em desenvolvimento, sair da sua cidade natal, ou da sua aldeia, pode ser a melhor – ou, às vezes, a única – opção para melhorar as suas oportunidades de vida. A migração é, muitas vezes, relacionada ao aumento das oportunidades e liberdades. As principais reformas sugeridas pelo PNUD (2009) centram-se em seis áreas, que têm contribuições importantes para o desenvolvimento humano: alargamento dos canais de entrada existentes para que mais trabalhadores possam emigrar; garantia de direitos básicos aos migrantes; diminuição dos custos da migração; procura de soluções que beneficiem tanto as comunidades de destino como os migrantes que elas acolhem; maior facilidade no deslocamento para pessoas que migram dentro dos limites do seu próprio país e o tratamento da migração como um dos fatores preponderante nas estratégias de desenvolvimento nacionais. Embora muitas dessas reformas sejam mais exequíveis do que possam parecer, todas elas requerem coragem política para serem colocadas em prática. No entanto, é sabido que os governos podem estar sujeitos a algumas limitações, no que diz respeito à sua capacidade de introduzir modificações políticas imediatas enquanto a recessão persistir (PNUD, 2009).

A grande questão levantada pelos diferentes problemas ambientais discutidos é que quase todos eles são causados pela intervenção humana. De maneira geral, quando se discutem os impactos da ação humana sobre o ambiente, especialmente em estudos que avaliam a pegada ecológica⁶, dois indicadores costumam ser apresentados como seus principais causadores: o tamanho da população e seu consumo (DIETZ; ROSA; YORK, 2007). Contudo,

⁶ A pegada ecológica, ou *ecological footprint*, é uma medida que estima a área produtiva de terra e água necessária para produzir os recursos e assimilar os resíduos gerados por um indivíduo, uma cidade ou uma nação, sob um determinado estilo de vida (WACKERNAGEL; REES, 1996).

além de se ter em conta o tamanho atual e seu consumo, devem-se considerar as variações ao longo do tempo, visto que essas ocorrem de forma rápida.

O tamanho futuro da população é estimado com base nas tendências estimadas de fertilidade e mortalidade. Dietz, Rosa e York (2007) afirmam, com base em dados das Nações Unidas, que a população mundial chegou a 6,7 bilhões de pessoas, ao final de 2006. As projeções indicam que chegará a 9,2 bilhões em 2050 e ainda estará crescendo, embora a taxas mais reduzidas de crescimento. Todo o crescimento deverá ocorrer nos países em desenvolvimento, nos quais a população passará de 5,4 bilhões, em 2006, para 7,9 bilhões, em 2050, enquanto nos países desenvolvidos será mantido o número de 1,2 bilhão de pessoas.

O tamanho da população tem sido discutido há séculos, sendo famosa a previsão de Thomas R. Malthus de que o número de pessoas iria crescer exponencialmente enquanto a produção de alimentos iria crescer linearmente. Embora sua hipótese nunca tenha se confirmado, hoje, os neo-malthusianos ainda discutem o tamanho da população por considerar que ele pode levar a uma catástrofe ambiental. De maneira similar, o Clube de Roma⁷ estimou, há algumas décadas, que a população viria a causar um impacto sobre o ambiente superior aos limites de sua capacidade de suporte, dentro de 100 anos (MEADOWS et al., 1972), embora recentemente já se saiba que esse limite já foi extrapolado, como relatado pela CMDS (2008).

O consumo, quando comparado ao tamanho da população, torna-se mais difícil de prever, pois depende mais das condições econômicas globais, dos esforços para se alcançar o desenvolvimento sustentável, das respostas potenciais dos sistemas ambientais dos quais a economia global depende, como

⁷ Grupo de pessoas ilustres, fundado em 1968, que se reúnem para debater diversos assuntos relacionados a política, economia internacional, ambiente e desenvolvimento sustentável. Tornou-se muito conhecido ao publicar *Os Limites do Crescimento*, um dos livros sobre ambiente mais vendidos da história.

fonte de recursos e assimilação de resíduos, e de fatores culturais e institucionais. Contudo, sabe-se que o consumo tem crescido a taxas mais elevadas que as de crescimento da população.

Sherbinin et al. (2007) afirmam que o produto interno bruto global é cerca de vinte vezes maior do que era em 1900, tendo crescido à taxa média de 2,7% ao ano (ALCAMO et al., 2005), enquanto as emissões de CO₂ têm crescido a uma taxa anual de 3,5%, tendo chegado a 100 milhões de toneladas métricas de carbono em 2001 (SHERBININ et al., 2007). A pegada ecológica aumentou de 4,5 para 14,1 bilhões de hectares, entre 1961 e 2003, sendo 25% maior do que a capacidade de suporte do planeta (HAILS, 2006). Observando-se a evolução da emissão de CO₂ e da pegada ecológica, observa-se que o impacto *per capita* dos países com alta renda é entre 6 e 10 vezes maior do que aquele dos países com baixa renda. Porém, as projeções de longo prazo estimam que as taxas de crescimento econômico irão declinar apenas a partir de 2050, devido ao declínio do crescimento populacional, à saturação do consumo e à redução na velocidade das mudanças tecnológicas.

Embora o consumo e o tamanho da população sejam as principais dimensões humanas avaliadas quando se tratam de mudanças ambientais, elas não são as únicas. Variáveis como valores, cultura e instituições também influenciam essas mudanças. Porém, a disponibilidade relativa de dados, especialmente dados populacionais, tornam as projeções razoavelmente realistas, podendo ser um importante indicativo das variações na interação entre homem-natureza, mesmo sabendo que essas não se limitam àquelas que podem ser medidas numericamente, como a demanda por alimento ou por outros recursos (SHERBININ et al., 2007). Assim como os indivíduos devem buscar repensar seus padrões de consumo e produção, considera-se que os movimentos ambientalistas, o Estado e as organizações possuem importantes papéis na busca de soluções para esses problemas.

2.1.2 Ambientalismo: desenvolvimento e crise

O ambientalismo não é um movimento recente e vem buscando propor soluções aos problemas ambientais há alguns anos. A questão ambiental emergiu, segundo Leis e D'Amato (1998), como um problema significativo por volta dos anos 1970, quando foi apontado um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental.

Essas contradições se revelaram na degradação dos ecossistemas e na qualidade de vida das populações, apresentando uma ameaça à continuidade da vida em longo prazo. A partir daí começaram a surgir novas preocupações ecológicas que, embora de formas diferenciadas, evoluíram e hoje permeiam a opinião pública, movimentos sociais, meios científicos, agências e políticas públicas, organizações não-governamentais e iniciativas empresariais. O movimento que se iniciou com uma minoria de cientistas e militantes ambientalistas denunciando agressões e defendendo os ecossistemas, foi se ampliando, conquistando novos espaços e expandiu seu foco de atenção, para incluir questões como a relação entre desigualdade social e degradação ambiental, relações entre os países mais desenvolvidos e os menos, as relações de gênero, patriarcado e a busca de novos modelos de desenvolvimento.

Leis e D'Amato (1998) relatam alguns pontos fundamentais na evolução do ambientalismo ao longo das últimas décadas do século XX. Segundo eles, apesar de as primeiras fases dos estudos de ecologia já terem mais de um século, o ambientalismo só começou a se tornar mais marcante por volta dos anos 1950, período marcado pelo “ambientalismo dos cientistas”. Nessa época, foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), por um grupo de cientistas vinculados às Nações Unidas, e realizada a Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos que, a rigor,

representa o primeiro grande acontecimento no surgimento do ambientalismo mundial.

Nos anos 1960, diversos grupos e organizações não-governamentais começaram a surgir e a se desenvolver de forma exponencial, como o Fundo para a Vida Selvagem (WWF), que foi a primeira ONG ambiental de espectro verdadeiramente mundial. Também foi nesse período que a preocupação científica pela questão ecológica começou a se projetar sobre a opinião pública mundial, sendo exemplos a publicação do livro *Silent Spring*⁸, de Carson (1962) e dos relatórios científicos do Clube de Roma (LEIS; D'AMATO, 1998).

Segundo os mesmos autores, a década de 1970, quando houve a Conferência de Estocolmo, em 1972, foi marcada pelo início da preocupação do sistema político com as questões ambientais. As agências estatais de meio ambiente surgiram e se expandiram e foi fundado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O apogeu do ambientalismo no campo político foi a década de 1980, quando os partidos verdes desempenharam um expressivo papel, as questões ambientais começaram a ser institucionalizadas e foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que publicou o relatório *Our Common Future*, que apontou a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD, 1991). Os atores vinculados ao sistema econômico começaram a incorporar a questão ambiental e, amparados pela ideia de desenvolvimento sustentável, começaram um movimento de abandono de algumas atitudes negativas em relação ao ambiente. Surgiu, também nessa época, o conceito de consumo verde.

⁸ Esse livro documentou os efeitos prejudiciais de pesticidas sobre o ambiente, especialmente nas aves, e foi um dos mais vendidos por várias semanas, sendo apontado como um dos principais estímulos para o banimento do uso do pesticida dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) nos Estados Unidos.

Nos anos 1990, chegou-se a um ambientalismo projetado sobre as realidades locais e globais, de modo a abranger espaços da sociedade civil⁹, do Estado e do mercado¹⁰, embora, muitas vezes, seus interesses sejam distintos e inconciliáveis. O ambientalismo passou a adotar um perfil complexo e multidimensional, que caracterizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global (Rio-92). Ela foi apresentada como fundamental e considerava-se que seria capaz de promover grandes iniciativas e ações na direção de uma maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, indivíduos e espécies (LEIS; D'AMATO, 1998).

Contudo, a influência e a participação de atores provenientes dos setores político e econômico, marcados por valores e práticas orientadas para o conflito e a competição, principalmente quando estão envolvidos bens materiais, riquezas e poder, fizeram com que o ambientalismo viesse a correr sérios riscos de ser colonizado e deixar de motivar alterações. Os valores e práticas comuns nos anos 1950 e 1960, mais orientadas à cooperação e à solidariedade, não costumam ser acentuadas nas práticas políticas e de mercado, mas apenas em seus discursos. Tal constatação refletiu, na primeira década do século XXI, no relato de mais problemas do que soluções na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio +10).

A eficácia das ações que visam proteger ou recuperar o meio ambiente, principalmente nos últimos anos, tem sido questionada por muitos autores. Um dos questionamentos que mais chamaram a atenção recentemente foi o de Schellenberger e Nordhaus (2009), que afirmaram que o ambientalismo havia “morrido”. Esta ideia foi apresentada em um artigo, intitulado *The death of*

⁹ Sociedade civil é a parte da sociedade situada entre a sociedade e o Estado, constituindo a forma pela qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1999).

¹⁰ Mercado é entendido, neste estudo, como o mecanismo institucional básico de coordenação econômica da produção de bens e serviços, realizada por indivíduos e empresas, e de apropriação do excedente (BRESSER-PEREIRA, 1999).

environmentalism: global warming politics in a post-environmental world, apresentado na reunião anual de 2004 da *Environmental Grantmakers Association*, que reúne organizações não governamentais financiadoras de ações ambientais. Desde então, ele tem sido amplamente criticado, especialmente por ter apontado como causa da morte do ambientalismo seus próprios erros e sua visão limitada.

Apesar de certo exagero e da autopropaganda dos autores, pode-se considerar que eles apontaram muitas limitações do ambientalismo que encontramos hoje. O primeiro ponto que Schellenberger e Nordhaus (2009) levantaram é que o ambiente não tem sido visto de maneira sistêmica. Eles concluíram que as principais lideranças ambientalistas dos Estados Unidos, que foram entrevistadas para o estudo, incorriam nos mesmos erros ao dar importância demais às políticas, sem considerar os processos políticos dos quais dependem para se tornarem viáveis. Esses autores consideram também que os ambientalistas têm agido como um grupo que defende interesses superfocalizados e dissociados de outros que poderiam complementá-lo, como o combate à fome e a geração de empregos. O problema apontado é que os grupos de pressão são eficazes para vencer batalhas políticas em torno de temas específicos e delimitados, mas impotentes para lidar com problemas de natureza sistêmica ou global, como o aquecimento global.

As mudanças que esses autores sugerem no ambientalismo são tão severas que, na visão deles, seria preciso que ele “morresse” para que surgisse um “neo-ambientalismo” capaz de enfrentar problemas gerais, sistêmicos e globais. As estratégias e as comunicações dos movimentos ambientalistas estariam erradas, por isso não estariam mais promovendo mudanças como no passado. Na verdade, os ambientalistas estariam causando mais a irritação do que a conscientização daqueles que pretendiam persuadir e, por isso, não estariam convencendo nem o público nem os tomadores de decisão. Uma das

deficiências surge por não conseguir apresentar as políticas ambientais como algo que poderia criar novas oportunidades para as pessoas, fazendo com que as mudanças propostas sejam mais frequentemente associadas à perda de empregos e ao fechamento de indústrias. No caso do aquecimento global, Schellenberger e Nordhaus (2009) argumentam que se poderia falar mais em economia e política industrial e em como podem ser promovidas as chamadas “indústrias do futuro”, que usam energia limpa e reduzem as emissões de gases de efeito estufa. Isso porque, embora as pessoas se preocupem com o ambiente, ele não está entre suas principais prioridades, como a manutenção de seus empregos, por exemplo.

Embora essas propostas tenham sido muito criticadas, elas se tornaram um incentivo para que as organizações ambientalistas revissem suas propostas e ações, e levou a diversas reflexões sobre os rumos do ambientalismo. Mesmo que ainda não possam ser relatadas grandes mudanças, principalmente pela ausência de estudos a esse respeito, essas reflexões podem levar a mudanças positivas nos movimentos ambientalistas. Elas também revelam a importância da ação do Estado e de organizações públicas e privadas em promover ações que visem à preservação e a recuperação ambientais.

2.1.3 Papel do Estado em relação à natureza

A gestão dos recursos naturais e os processos de apropriação do espaço territorial se desenvolveram de modo diferente nos diversos países. Também foram diferentes as preocupações que levaram à elaboração de legislações e processos de tomada de decisão para a gestão desses recursos. O que há em comum é a inegável necessidade de o Estado intervir nas ações sociais e econômicas, que interferem no ambiente e causam seu dano. A constatação dos diversos problemas que vêm ocorrendo nos últimos anos deixa clara que essa intervenção é imprescindível e urgente. Contudo, não há clareza sobre como

essa intervenção deve ocorrer ou quanto o Estado deve intervir.

Até o início do século XX, as preocupações em relação à gestão dos recursos giravam em torno da capacidade de realização material e geração de riquezas e alimentos, fazendo com que a regulação de usos e os instrumentos de gestão fossem bastante limitados (SANTOS; COELHO, 2005). Já no século XX, o Estado modificou-se sucessivamente, passando a liberal-democrático e, posteriormente, a social-democrático. O que se manteve constante foi sua característica burocrática. Atualmente, o Estado preocupa-se mais com o comprometimento com a justiça social, ou equidade, tornando-se um Estado social-liberal. A designação social se deve ao comprometimento com os direitos sociais, por manter plenamente os compromissos sociais assumidos pelo Estado social-democrático. Já a designação liberal se deve à crença nos mercados e na concorrência. Defende-se, assim, a ideia de que o Estado deve regular e manter apenas alguns setores, como a proteção à saúde, o meio ambiente e o patrimônio público (BRESSER-PEREIRA, 2001).

Porém, a decadência do modelo centralizador e protetor do Estado levou a um recuo em suas funções de comando e controle de maneira rápida e intensa, o que deixou ao mercado um amplo espaço de atuação. A manutenção de um Estado mínimo revelou que o mercado não conseguiu ser equânime em suas alocações e suas imperfeições provocaram reações por parte de diferentes segmentos da sociedade. Essas reações fizeram surgir um debate sobre a reforma do Estado, que propunha que o Estado deveria ser forte, não sendo tão mínimo como defendiam os neoliberais, mas não tão grande e soberano como antes do liberalismo (AZEVEDO; PASQUIS; BURSZTYN, 2007; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS; COELHO, 2005).

Hoje, um dos grandes desafios que se colocam é o equilíbrio entre esse Estado social e liberal, especialmente em áreas que ainda precisam de regulamentações mais pesadas. Em geral, sugere-se uma redução da regulação

do Estado. Porém, sugerir sua eliminação poderia ser prejudicial (CANÊDO-PINHEIRO et al., 2007). Há áreas em que existem falhas de mercado, nas quais o papel regulador do Estado se torna muito significativo, como é o caso do controle ambiental (BRESSER-PEREIRA, 2001). Neste caso, o Estado deve atuar inibindo ações que favoreçam apenas interesses locais e de poucos e favorecendo o interesse comum, conforme disposto na Constituição. O cerne do conteúdo ambiental contido na Constituição encontra-se no artigo 225, que dispõe que

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações (BRASIL, 1988, p. 13).

Contudo, o aumento da atuação do Estado, no Brasil, foi balanceado por um aumento, cada vez maior, da descentralização e da participação social, com a criação, por exemplo, de conselhos gestores de diversos tipos, como os de saúde, segurança pública, educação, habitação e meio ambiente. No caso da gestão pública ambiental, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), criado pela Lei nº 6.938/81, foi concebido como um modelo de gestão ambiental que buscava harmonizar e articular as ações e políticas governamentais na área ambiental e implementar a descentralização em todos os níveis (BRASIL, 1981). A descentralização tem sido defendida como um mecanismo de democratização, que permitiria maior controle das decisões políticas por parte da sociedade e levaria à redução de custos de transação, melhor aproveitamento de informações e maior capacidade de adaptação às necessidades locais e de adequação dos custos em relação aos benefícios (ABERS; JORGE, 2005; AGRAWAL; RIBOT, 2008; CAMPBELL, 2003; TENDLER, 1997).

No entanto, Abers e Jorge (2005) afirmam, com base nos estudos de

Arretche (1996), Agrawal e Ribot (2008), Blair (2000), Brannstrom (2004), Manor (1999) e Ribot (2002), e que nem sempre essa é a forma mais eficiente ou democrática. Esses autores apontam, como principais barreiras a uma gestão descentralizada eficiente, as capacidades técnica e administrativa das instituições locais para deliberar ou executar efetivamente suas atribuições. Tais capacidades nem sempre são suficientes, podendo a gestão estar sujeita a uma maior manifestação de alguns interesses políticos locais na forma de clientelismo, corrupção ou outros padrões que inviabilizam a predominância de um caráter técnico nas decisões.

No Brasil, a descentralização apresentou avanços, inicialmente na esfera estadual. Esse processo foi mais lento nos municípios, tendo ocorrido primeiro nas capitais e em cidades com maior capacidade operacional (MAGLIO, 2000). Como o número de municípios brasileiros que têm algum tipo de estrutura formal de meio ambiente ligada à prefeitura chega a ser maior que 70% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2005), pode-se chegar a uma conclusão errônea de que existe uma descentralização de funções que antes eram do Estado ou do governo federal. Porém, quando se observa que menos de 10% dos municípios possuem, efetivamente, uma secretaria específica de meio ambiente, com orçamento para a área (IBGE, 2005), deduz-se que talvez o percentual de municípios que assumem as funções do governo federal ou estadual na gestão ambiental seja bem menor, ainda que somente a existência de secretaria não indique que exista efetivamente uma descentralização (AZEVEDO; PASQUIS; BURSZTYN, 2007).

A descentralização é ainda muito distante da realidade da maioria dos municípios brasileiros. Azevedo, Pasquis e Bursztyn (2007) acrescentam que, muitas vezes, a preocupação ambiental ainda é vista pelos políticos locais como um entrave ao desenvolvimento econômico. Duas explicações principais são

apontadas por Azevedo, Pasquis e Bursztyn (2007) e Scardua e Bursztyn (2003) para a lentidão e a falta de interesse dos municípios em assumir funções ligadas à gestão ambiental. A primeira é que os municípios não têm empreendimentos suficientes para assegurar a sustentabilidade econômica da secretaria e, mesmo que os tenha, seria um desgaste político para o governo local, que iria impor mais um ônus ao empreendedor. A segunda trata da municipalidade que não quer, ou não pode, arcar com mão-de-obra qualificada de técnicos para avaliação dos processos de licenciamento, e a estrutura para a fiscalização, que se tornaria muito mais restrita e suscetível à cooptação pelos poderes locais.

Embora a ideia de descentralizar seja positiva, ela só é possível quando existe um aparato institucional que garanta tanto a capacidade financeira como a capacidade administrativa para sua efetiva realização. Do contrário, pode levar muitos municípios a cair na armadilha da inoperância. A governabilidade nas esferas local, regional e nacional, que permite que as ações e decisões sejam legitimadas, só é possível quando essas condições são atendidas. Parece haver também uma assimetria entre o desejo de muitos municípios (sobretudo os menores) em não assumir a gestão ambiental municipal e o desejo do Estado em repassá-la (AZEVEDO; PASQUIS; BURSZTYN, 2007).

Com relação aos conselhos gestores, experiências recentes têm mostrado, segundo Jacobi e Barbi (2007), que é possível criar espaços públicos democráticos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam. Porém, apesar de os conselhos gestores representarem arranjos institucionais inovadores, surgem dúvidas quanto à sua capacidade de se apresentarem como práticas inovadoras na gestão pública e de garantirem a efetiva democratização nos procedimentos de gestão. Isso porque eles podem não obter sucesso na incorporação de todos os grupos sociais envolvidos. Muitas vezes, esses grupos ainda não têm recursos econômicos e sociais e informações que permitiriam sua participação nas

atividades que permeiam os processos decisórios (JACOBI; BARBI, 2007). Essas dificuldades são fortemente percebidas quando se analisam os conselhos ambientais.

Apesar de os conselhos serem considerados como mecanismos de *downward accountability*, ou responsabilidade para baixo, por tornar possível a democratização do processo, permitindo às populações locais o controle das decisões e ações dos agentes decisórios descentralizados, costumam apresentar problemas de *accountability*, que podem ser causados pelas seguintes razões: a sociedade civil, quando não é bem estruturada, não seria capaz de controlar seus representantes; alguns indivíduos ou grupos que tradicionalmente são favorecidos tendem a influenciar a representação nos conselhos e as regras de eleição dos membros ou de definição de agenda acarretam maior poder ao governo do que aos representantes da sociedade (ABERS; JORGE, 2005). A participação da sociedade também poderia ser acompanhada pela difusão, dentro desta, de conhecimentos do assunto sobre o qual se pretende tratar, o que nem sempre é observado.

Ao tratar dos modos de intervenção do Estado na área ambiental, Godard (1997) discute que há, muitas vezes, uma orientação puramente liberal, em que não há preocupações em compensar as deficiências causadas pelas condições de aplicação das leis ambientais e, sim, uma relativização e um agravamento dessas deficiências. Para o autor, propor que diversos atores possam participar nas políticas públicas, em uma espécie de arena, ainda que em condições desiguais de participação, traz dois tipos de problemas: a fragmentação e a setorização da ação administrativa, compensadas de forma insuficiente pelos mecanismos de coordenação e de integração, e a inadequação da organização territorial, envolvendo tipos de recortes territoriais, repartição de responsabilidades entre eles e definição das relações entre os diferentes níveis, em face do projeto de uma gestão integrada dos recursos e dos meios naturais.

A busca por uma maior participação dos atores sociais nos processos decisórios também abriu espaço para a valorização da competitividade, nos padrões econômicos neoclássicos, tornando frágil a posição da maioria dos atores. O Estado passou a se ocupar somente daquilo que lhe é essencial ou daquilo no qual o mercado não se mostra eficiente. Esse rumo parece um pouco contrário aos anseios do movimento ambientalista, principalmente a partir dos anos 1990 (SANTOS; COELHO, 2005).

Contudo, mesmo que a descentralização e a participação social diminuam a responsabilidade do Estado na gestão ambiental, ele não pode se descuidar de seu papel de garantir o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado. Isso indica que ele não pode deixar de conservar a natureza, por ser ela um bem público (que é diferente de um bem livre) e porque preservá-la é indispensável à manutenção da vida humana. Ele também deve se responsabilizar em grande parte pelo disciplinamento dos espaços públicos, seja por meio do estabelecimento de normas e restrições para o uso e a ocupação do solo e exploração dos recursos naturais, seja definindo critérios que busquem limitar e inibir a emissão de resíduos no ambiente.

Com base no pensamento de Karl Mannheim, Santos e Coelho (2005) chamam a atenção para a necessidade de uma maior centralização federal da gestão ambiental brasileira, com enfoque no planejamento das políticas públicas e da institucionalização de procedimentos a partir de regras aplicáveis nacionalmente. Eles sugerem que tal medida poderia levar à redução do espaço para que os legislativos estaduais e municipais implementem medidas que interessam apenas a grupos de poder locais e seria uma forma de fortalecer o sentido institucional dos instrumentos da política nacional de meio ambiente. Para eles, somente a parte executiva poderia continuar com o poder local.

Quanto à participação da sociedade civil, Santos e Coelho (2005) colocam que a aposta em uma maior consciência por parte dos cidadãos pode ser

insuficiente para produzir efeitos, pois a lógica predominante é a imposta pelas relações econômicas. As falhas na política nacional de meio ambiente estariam ligadas aos seguintes fatores: fragilidade das condições de aplicação dos mecanismos de intervenção; ausência sistemática de uma representatividade da comunidade nos processos de tomada de decisão, sendo comum a existência de um círculo fechado na representação dos conselhos em torno do governo local e dos grupos de poder nas instituições representadas; ausência de articulação, integração e coordenação dos órgãos governamentais, e a crença na auto-suficiência das instituições que, muitas vezes, encontram-se enfraquecidas, e de medidas administrativas isoladas.

Como medida preventiva de conflitos entre as liberdades individuais e o interesse público, a realização social da liberdade econômica, que ocorre em harmonia com o bem comum, pressupõe uma deliberação prévia, a encargo do Estado, via poder regulador, pelo que é melhor à coletividade (BALTAZAR, 2007). No caso da preservação ambiental e na busca de soluções ambientais, o Estado deve atuar de forma a inibir ações que favoreçam apenas interesses locais e de poucos e a favorecer o interesse comum. Dessa forma, regular a atuação das grandes organizações, nos diversos usos que fazem dos recursos ambientais, torna-se importante, ainda que não substitua a necessidade de que essas venham a adotar formas de atuação que as tornem mais sustentáveis.

2.1.4 A atuação organizacional: necessidade de maior comprometimento com as questões ambientais

A preocupação das organizações com o estado do meio ambiente é ainda mais recente do que as preocupações dos ambientalistas e governos. Embora muitas empresas busquem desenvolver e implementar práticas ambientalmente saudáveis, para a maioria delas essa preocupação ainda não se transformou em

práticas administrativas e operacionais efetivas. Observa-se, porém, o crescimento recente de ações empresariais ambientais, impulsionadas pelo desenvolvimento das legislações ambientais, que regulamentam diversos dispositivos da Constituição Federal de 1988 (BARBIERI, 2007), e por uma maior cobrança por parte dos indivíduos para que as empresas assumam um posicionamento que busque compensar os impactos que sua ação causa, não apenas no meio social, como também no ambiente como um todo.

O mercado passou a ter um papel importante, uma vez que as questões ambientais se tornaram importantes para competitividade das organizações. Fatores como abertura comercial e maior pressão dos investidores, que buscam minimizar seus riscos, também incentivaram um maior comprometimento das organizações com o ambiente. A abertura comercial expôs os produtores com diferentes custos ambientais e sociais a uma competição mais acirrada, fazendo surgir iniciativas de regulamentação e autorregulamentação socioambientais. Já os investidores levaram a maiores preocupações com a geração de passivos ambientais, podendo comprometer a rentabilidade da organização e ao surgimento de diversos indicadores que informassem sobre a situação da empresa em relação a questões ambientais, como o *Dow Jones Sustainability Indexes*¹¹, o Índice de Sustentabilidade Empresarial¹² (BARBIERI, 2007) e os relatórios ambientais e de sustentabilidade. A forma como a organização vai assumir seus compromissos com o meio ambiente varia imensamente. Mesmo que não haja dúvida a respeito da necessidade da gestão ambiental nas organizações, a maneira como esta será implementada e com que profundidade

¹¹ Este índice foi criado pela *Dow Jones Indexes* e *SAM* em 1999, para acompanhar o desempenho financeiro das companhias líderes em sustentabilidade no mundo e servir como referência para o gerenciamento de carteiras de sustentabilidade (DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES, 2010).

¹² Desenvolvido com base em metodologia desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas, procura refletir o retorno de uma carteira composta por ações de organizações com os melhores desempenhos em termos econômicos, sociais, ambientais e de governança corporativa (BARBIERI, 2007).

varia em cada organização e com a natureza de suas atividades (BARBIERI, 2007).

Nesse contexto, surgiram conceitos, como os de “responsabilidade social” e “responsabilidade socioambiental”, que buscaram incorporar uma resposta a essas demandas. Segundo Carroll (1999), foi na década de 1950 que o termo responsabilidade social corporativa começou a ser discutido. Foi nessa época que Bowem (1953) conceituou responsabilidade social como o conjunto de obrigações dos executivos em adotar políticas e ações que fossem favoráveis para a sociedade como um todo, e não apenas para a própria empresa. O Instituto Ethos (2010) conceitua responsabilidade social empresarial da seguinte forma:

responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2010).

Ashley (2005) acrescenta que exercer a responsabilidade social permite o desenvolvimento de canais de relação entre a empresa e seus *stakeholders*, por meio de princípios que expressam preocupação com os seguintes aspectos:

- a) o desenvolvimento do ser humano, incluindo o respeito à sua cultura, valores e direito à liberdade de pensamento e expressão;
- b) condições saudáveis de trabalho, remuneração justa, capacitação profissional, realização pessoal, direito ao diálogo e maior liberdade na tomada de decisões;
- c) transparência e ética, considerando o interesse coletivo na condução dos negócios;

- d) o meio ambiente, com zelo, gestão adequada de seus recursos e oferta de produtos ecologicamente corretos;
- e) a excelência na fabricação de produtos e prestação de serviços, com postura ética e sem causar prejuízo aos consumidores;
- f) o desenvolvimento científico, cultural, esportivo, educacional e comunitário.

Dessa forma, a responsabilidade social passou a ser vista não apenas como um conceito, mas como um valor pessoal e coletivo, que reflete nas ações de uma empresa, tanto de seus dirigentes como de seus funcionários (PONCHIROLLI, 2007). Embora ela seja vista como uma das formas de atuação social empresarial mais eficientes, há formas de atuação diversas, como a filantropia e a cidadania empresarial.

A filantropia empresarial é caracterizada, segundo o mesmo autor, como uma ação social assistencialista, caridosa e, predominantemente, temporária. Dessa forma, ela costuma se resumir a doações de recursos financeiros ou materiais, não estando, necessariamente, respeitando o meio ambiente, os direitos de seus empregados ou desenvolvendo a cidadania. Já a cidadania empresarial caracteriza o envolvimento da empresa em programas sociais de participação comunitária, podendo envolver o voluntariado, o compartilhamento de sua capacidade gerencial, parcerias com associações ou fundações e investimentos em projetos sócio-ambientais. Embora não seja o mesmo que responsabilidade sócio-ambiental, a cidadania empresarial é a forma de ação social empresarial que mais se aproxima dessa (TENÓRIO, 2006).

A responsabilidade social difere dessas outras formas de atuação por não se resumir a investimentos isolados, estando muito mais ligada à filosofia da empresa e aos seus valores do que às suas práticas (ASHLEY, 2005). Contudo, tanto investimentos sócio-ambientais de caráter filantrópico ou cidadão, como

aqueles realizados por empresas com princípios embasados na responsabilidade social, são considerados positivos e desejáveis, diante da atual conjuntura, com diversos casos de degradação ambiental e deterioração social.

Os investimentos sócio-ambientais se tornaram mais atrativos para as organizações nos últimos anos, quando diversos estudos passaram a apontar sua contribuição na promoção da empresa e no incremento de seus resultados financeiros, agregando maior valor aos produtos da organização e tornando-a mais atrativa aos investidores. Conforme Kraemer (2010) aponta, as empresas socialmente responsáveis geram valor não somente para quem está próximo, mas também para si mesma, pela conquista de resultados melhores.

Quanto às demandas, principalmente dos investidores, começaram a ser difundidas, a partir da década de 1990, ideias ligadas à governança corporativa. Esse conceito surgiu, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2010), para superar o conflito de agência decorrente da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. Esse conflito se origina quando o proprietário (acionista) delega a um agente especializado (executivo) o poder de decisão sobre sua propriedade, visto que nem sempre os interesses do gestor estão alinhados com os do proprietário. Assim, a governança corporativa tem como objetivo criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, para assegurar que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com o interesse dos acionistas.

A boa governança proporciona aos proprietários a gestão estratégica de sua empresa e a monitoração da direção executiva, o que se torna possível a partir de ferramentas como o conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal. A organização que opta pelas boas práticas de governança corporativa se orienta pela transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade corporativa. Juntas, tais práticas buscam evitar problemas, como abusos de poder, do acionista controlador sobre minoritários,

da diretoria sobre o acionista e dos administradores sobre terceiros; erros estratégicos, decorrentes de muito poder concentrado no executivo principal e fraudes, a partir do uso de informação privilegiada em benefício próprio (IBGC, 2010).

Também em resposta às exigências legais e de mercado por um posicionamento das organizações mais preocupado com as questões ambientais, surgiram conceitos como o de produção mais limpa e ecoeficiência. Segundo Dias (2009), o PNUMA utilizou o conceito de produção mais limpa para definir a adoção de uma estratégia ambiental preventiva e integral, de maneira que os processos produtivos prevejam ou reduzam os riscos de curto e longo prazo para a humanidade e o ambiente. Esse posicionamento adota, como procedimentos:

quanto aos processos de produção: conservando as matérias-primas e a energia, eliminando aquelas que são tóxicas e reduzindo a quantidade e a toxicidade de todas as emissões e resíduos.

Quanto aos produtos: reduzindo os impactos negativos ao longo do ciclo de vida do produto, desde a extração das matérias-primas até sua disposição final, através de um design adequado aos produtos.

Quanto aos serviços: incorporando as preocupações ambientais no projeto e fornecimento dos serviços (DIAS, 2009, p. 127).

Já o conceito de ecoeficiência foi, inicialmente, desenvolvido por Schaltegger e Sturm (1989) e, posteriormente, difundido pela *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). É definida como aquela que é obtida pela entrega de mercadorias e serviços, a preços competitivos, que satisfaçam às necessidades humanas e tragam qualidade de vida, enquanto, progressivamente, reduzem os impactos ecológicos e a intensidade do uso de recursos, ao longo do ciclo de vida, para um nível pelo menos alinhado com a capacidade estimada de sustentação da Terra (SCHMIDHEINY, 1992).

Esse conceito possui três objetivos centrais:

1. Redução do consumo de recursos: inclui minimizar a utilização de energia, materiais, água e solo, favorecendo a reciclabilidade e a durabilidade do produto e fechando o ciclo dos materiais.
2. Redução do impacto na natureza: inclui a minimização das emissões gasosas, descargas líquidas, eliminação de desperdício e a dispersão de substâncias tóxicas, assim como impulsiona a utilização sustentável de recursos renováveis.
3. Melhoria do valor do produto ou serviços: o que significa fornecer mais benefícios aos clientes, através da funcionalidade, flexibilidade e modularidade do produto, oferecendo serviços adicionais e concentrando-se em vender as necessidades funcionais de que, de fato, os clientes necessitam, o que levanta a possibilidade de o cliente receber a mesma necessidade funcional com menos materiais e menor utilização de recursos (DIAS, 2009, p. 130-131).

Embora a incorporação dos conceitos discutidos nesse tópico às estratégias e às práticas organizacionais tragam muitos benefícios sociais e ambientais eles não irão garantir que a organização sejam sustentáveis. A sustentabilidade envolve mudanças mais profundas e de posicionamento, que serão discutidas no próximo capítulo.

2.2 Paradigmas ambientais e suas implicações

Os diferentes paradigmas, como formas de pensar sobre determinado assunto, vão determinar como os indivíduos ou grupo de indivíduos enxergam o mundo, seus problemas e suas possíveis soluções, em um determinado contexto. Como os indivíduos constroem suas visões de mundo simplesmente vivendo, crescendo e sendo educados em um meio sociocultural particular, frequentemente não consideram que os paradigmas moldam sua compreensão

sobre os problemas da sociedade e que podem existir formas de pensamento alternativas. Eles são, geralmente, inconscientes de como sua visão de mundo afeta seus valores, crenças, atitudes e posicionamentos morais.

Os paradigmas ambientais, que moldam o relacionamento entre os homens e seu ambiente natural, vão refletir no que os indivíduos acreditam ser certo e bom nessa relação, que são duas noções básicas que determinam e são determinadas pelas perspectivas morais dos indivíduos (DAVIS, 1991). Tais conceitos estão relacionados aos componentes apontados por Pettit (1991): a visão do valor, que define o que é bom ou tem valor, e a visão do certo, que define o que os indivíduos deveriam fazer para que suas ações sejam boas ou tenham valor. Há duas formas de se definir a conduta humana: uma atitude pode ser tida como boa, ou certa, segundo a Teoria da Virtude, quando se busca a ética em suas consequências¹³, ou quando o indivíduo busca fazer a coisa certa em dado momento e local, da maneira certa, sob certas circunstâncias (HOLLY, 2006). O que exatamente é considerado bom, nos fins ou nos meios, e o que os indivíduos consideram como tendo valor moral, pode variar imensamente e essas diferentes visões são centrais nos paradigmas ambientais (LUCKETT, 2003, 2004).

Os pressupostos dos paradigmas assumidos pelos indivíduos vão ter influência não somente sobre o que os indivíduos consideram certo ou bom, mas também em seus valores, crenças, atitudes e comportamentos. As relações entre esses fatores e os comportamentos ambientais dos indivíduos já foram analisadas por autores como Coelho, Gouveia e Milfont (2006), Stern e Dietz (1994), Stern, Dietz e Kalof (1993), Schultz e Zelezny (1999) e Vaske e Donnelly (1999). Segundo eles, os valores, crenças e atitudes, em conjunto, podem formar

¹³ Há duas correntes principais no estudo da ética: a deontologia, que argumenta que certos tipos de ações são certas ou erradas nelas mesmas e a teleologia (ou ética aristotélica), que julga as ações como certas ou erradas com base em suas consequências (LUCKETT, 2004).

um sistema cognitivo que irá afetar o comportamento individual. Há também autores, como Callicott e Nelson (2003), Rees (2003), Taylor (1998), White (1967) e, que associam a destruição ambiental às atitudes, crenças, valores e ações dos homens quanto ao mundo natural, apontando a relação entre atitudes individuais e o crescimento da crise ambiental. Considera-se, neste estudo, que esse sistema cognitivo é influenciado por pressuposições sobre o mundo e a realidade anteriores a ele, que constituem os paradigmas.

A maneira como os indivíduos lidam com a natureza está intimamente relacionada à maneira como ele percebe seu relacionamento com o planeta. Os paradigmas ambientais antropocêntrico e ecocêntrico, discutidos a seguir, são duas formas de compreender essa relação. De maneira geral, a visão antropocêntrica considera que a natureza merece considerações morais apenas na medida em que a maneira como ela é tratada afeta a humanidade, ou seja, ela termina por ser vista como uma propriedade para uso e benefício humanos. Já a visão ecocêntrica considera que a natureza tem valor intrínseco, que vai além daquele associado ao seu uso pelos humanos. Porém, como ambos os paradigmas partem da ideia de uma dicotomia humanidade-natureza, é discutida a possibilidade de um terceiro paradigma, baseado na sustentabilidade, que propõe uma superação dessa separação.

2.2.1 Paradigma antropocêntrico

O antropocentrismo tem como ideia central a superioridade indiscutível do ser humano, de modo que a natureza sempre somente seja valorizada de um ponto de vista instrumental. Ele pode assumir duas tendências principais: na primeira, a natureza é vista, fundamentalmente, como um recurso econômico e, na segunda, a importância da natureza é relacionada à satisfação dos múltiplos interesses humanos, não se limitando apenas aos econômicos (ALMEIDA, 2008;

CAMPBELL, 1983). Essa perspectiva pressupõe uma relação de troca, na qual a humanidade preserva a natureza, mas para seu próprio benefício, ou seja, o interesse estaria voltado à manutenção da qualidade de vida humana e à sua existência (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006).

Considerando o contínuo crescimento econômico e as inovações tecnológicas, as gerações atuais deveriam passar às próximas apenas um estoque de capital com, no mínimo, o tamanho do atual, apoiando-se em um raciocínio egoísta, linear, instrumental e racional (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). A racionalidade tecnológica prevalece (HABERMAS, 1988), por ser consistente com a produção da riqueza material e acumulação de capital (KILBOURNE, 2004). Esse paradigma também pressupõe o progresso contínuo e a necessidade de desenvolvimento, confiando na resolução de problemas pela ciência e tecnologia e firmando um forte compromisso com a economia de livre-mercado e a propriedade privada (ALBRECHT et al., 1982).

Nessa perspectiva, a Terra é vista como inerte e passiva e, por isso, sua exploração é legítima. A natureza seria forte e resistente a distúrbios, sendo os danos causados a ela, geralmente, reversíveis. Os recursos naturais seriam virtualmente inexauríveis, devido à infinita capacidade humana de explorá-los e substituí-los, quando surgem escassezes emergentes. Não haveria razão para alarde ou ações drásticas, pois os danos ambientais estariam sendo apresentados de forma exagerada e haveria tempo para que a evolução científica buscasse compreender e prevenir danos potencialmente sérios ou irreversíveis. Esta visão está associada ao individualismo atomístico, às análises reducionistas, às formas de racionalidade positivista e monológica e às estruturas dos sistemas vistas como hierárquicas e isoladas, sendo a metáfora predominante a mecânica. A humanidade é vista, nessa perspectiva, como separada e superior à natureza, sendo os seres humanos os únicos que têm valor intrínseco, tendo direito de dominação sobre a natureza, que existiria unicamente para seu benefício

(GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995).

Na visão antropocêntrica, a economia é vista como um sistema linear, fechado e isolado da natureza, por onde circulam os valores entre as indústrias e as famílias. O crescimento é considerado positivo e, quanto maior esse crescimento, mais positiva a situação. Essa estratégia expansionista seria suficiente para gerar recursos para a proteção ambiental, reduzir a emissão de poluentes e fomentar a adoção de tecnologias limpas. Ele também aliviaria a pobreza, melhorando a qualidade de vida dos menos favorecidos. A natureza, como uma *commodity*, poderia ser vista objetivamente, sendo valorada e quantificada monetariamente (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995). Essa visão expansionista, adotada principalmente por economistas tradicionais e indivíduos tecnologicamente otimistas, considera que a tecnologia e a ciência serão capazes de compensar a depredação dos recursos naturais e a redução dos serviços de suporte da vida no contínuo processo de expansão da economia global. Essa é, basicamente, a economia baseada nos mercados neoliberais, representada por um sistema mecânico autorregulador e autossustentável, cujo crescimento seria o único meio de solucionar os problemas ambientais e as desigualdades sociais (REES, 2003).

A ideia de que o crescimento econômico deve ocorrer a qualquer custo pode levar a uma série de fatores negativos, citadas por Rohde (1998), que são: crescimento contínuo e permanente, desconsiderando que o planeta é finito; acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riquezas; desrespeito aos limites biofísicos; modificação dos ciclos biogeoquímicos fundamentais; destruição dos sistemas de sustentação da vida e aposta nos avanços tecnológicos para minimizar os efeitos do crescimento.

Embora se reconheça que os pressupostos desse paradigma possam legitimar a destruição ambiental, ela continua sendo a perspectiva predominante,

mesmo que outras visões se oponham a ela, como o ecocentrismo¹⁴. Apesar dessa oposição, não se considera que os indivíduos possuam visões estanques. Entende-se que eles possuem um amplo e variado conjunto de suposições que vão guiar suas ações, e esse conjunto se apresenta de forma complexa, conflituosa e mal definida.

2.2.2 Paradigma ecocêntrico

O ecocentrismo defende o valor não instrumental dos ecossistemas e da esfera, cujo equilíbrio pode obrigar a limitar determinadas atividades humanas (ALMEIDA, 2008). O termo ecocentrismo foi adotado pelos defensores da corrente *deep ecologists*, na década de 1970, para se referir à ideia de que todas as vidas possuem valor intrínseco (KORTENKAMP; MOORE, 2001). Assume-se que a natureza, assim como qualquer ser que nela exista, tem um valor além daquele associado à sua utilidade para os homens. Segundo Gladwin, Kennelly e Krause (1995), essa visão é adotada com diferentes conotações, que variam das filosofias baseadas na conformidade de que há uma ordem na natureza, como o conservacionismo da *land ethics* de Aldo Leopold, ao movimento *deep ecology*, que rejeita a dominação do homem sobre a natureza. Seus pressupostos costumam estar evidentes no sistema de crenças de ativistas dos direitos dos animais, ecofeministas¹⁵, ecologistas que defendem a restauração, produtores de

¹⁴ Embora este texto tenha adotado que as perspectivas antropocêntrica – denominadas, com o mesmo significado, de tecnocentrismo por alguns autores – e ecocêntrica são dois extremos de um *continuum*, como apresentado por autores como Connelly e Smith (1999), Eckersley (1992), Thompson (1995) e Gladwin, Kennelly e Krause (1995), há autores, como Lockett (2004a), que acreditam que existem várias outras perspectivas relevantes (como a animal-cêntrica, biocêntrica e ecossistema-cêntrica) cujas fronteiras se sobrepõem.

¹⁵ O ecofeminismo constitui um movimento que busca evidenciar a estreita relação entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros, pelo poder patriarcal. “Uma perspectiva ecofeminista apresenta a necessidade de uma nova

orgânicos, biorregionalistas, seguidores das hipóteses de Gaia e ativistas ambientalistas mais radicais (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

A perspectiva ecocêntrica considera que a Terra é a mãe que dá a vida e constitui uma teia onde os homens se situam. O planeta é visto como vivo, ativo, frágil e sagrado. Todas as coisas estão conectadas e a ordem do sistema não é hierárquica, mas estabelecida por uma interação igualitária das partes interconectadas e, segundo a regra moral principal dessa perspectiva, a evolução natural desses sistemas não deve sofrer interferência. A metáfora predominante é a orgânica, na qual todas as coisas estão conectadas a todas as demais, e relacionamentos e processos internos ocorrem entre as partes. A noção de que a humanidade ocupa um lugar privilegiado na natureza é rejeitada, pois considera-se que a natureza não-humana tem valor intrínseco, independentemente dos valores e da consciência humanas, colocando limites nos direitos dos homens de usar e alterar a natureza. Os recursos naturais deveriam ser utilizados apenas para satisfazer às necessidades vitais de subsistência e as ações são consideradas corretas quando tendem a preservar a integridade, estabilidade e beleza das comunidades bióticas, sendo indesejável qualquer tendência oposta (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

A ascensão das vidas não-humanas dependeria também de uma redução no tamanho da população humana que, segundo Daily, Ehrlich e Ehrlich (1994), não deveria superar os 2 bilhões de pessoas. A humanidade e o mundo natural estariam em rota de colisão, podendo resultar em uma decadência global e caos, pela ausência de reformas radicais e urgentes (KAPLAN, 1994). Gladwin, Kennelly e Krause (1995) acrescentam que praticamente toda a produção e o

cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos. Somente deste modo estaremos habilitados a respeitar e a preservar a diversidade de todas as formas de vida, bem como das suas expressões culturais, como fontes verdadeiras do nosso bem estar e felicidade” (MIES; SHIVA, 1997, p. 15).

bem-estar são totalmente dependentes da saúde, da integridade e da abundância ecológicas e os substitutos tecnológicos não seriam plausíveis para os recursos naturais e funções de suporte da vida mais críticas e não-renováveis.

A economia, nessa perspectiva, deveria considerar que o bem-estar humano é uma função derivada do bem estar da Terra e que o crescimento material aumenta os custos ambientais e sociais para além dos benefícios da produção e do consumo. O crescimento tornaria a humanidade e o resto da natureza mais pobres, não mais ricos. Aproxima-se, assim, da economia ecológica, na medida em que vê a economia não de uma forma separada do ambiente, mas integrada, inseparável e completamente contida nele, constituindo um subsistema, cujo crescimento é totalmente dependente da ecosfera, que tem tamanho limitado (DALY, 1992; REES, 1995; REES, 2003).

O funcionamento da economia é dependente da energia e da matéria disponíveis e deveria estar condicionada à segunda lei da termodinâmica¹⁶. Por essa lei, a natureza é a produtora e a economia, a consumidora – a economia

¹⁶ Os trabalhos de Carnot (1824) serviram de base para que Clausius (1850) criasse as leis da termodinâmica. A primeira é a lei de conservação da matéria e energia, que postula que matéria e energia não podem ser criadas ou destruídas, mas apenas convertidas entre suas formas. Tal fato não é considerado em diversas análises e modelos econômicos e, como apenas recentemente a humanidade passou a se perceber em um mundo limitado e fechado em termos da finitude dos recursos, ajustes morais, políticos e psicológicos ainda são necessários. Assim, o crescimento do bem-estar não pode ser alimentado pelo crescimento ilimitado do consumo material (AMAZONAS, 2002). A segunda lei da termodinâmica, também conhecida como lei da entropia, determina que a quantidade de entropia de qualquer sistema isolado termodinamicamente tende a incrementar-se com o tempo, até alcançar um valor máximo. Georgescu-Roegen (1971) relacionou essa lei à economia. Como a escola neoclássica tradicional reduz o processo econômico a um sistema mecânico circular e autossustentado, não considera a influência recíproca entre o processo econômico e o meio material. Somente os fluxos financeiros teriam comportamento circular, enquanto o processo econômico seria unidirecional, com entrada de energia e matéria valorosa de baixa entropia e saída de bens e serviços valiosos e rejeitos, como calor e matéria degradada, de alta entropia e sem valor. O processo econômico é entrópico, convertendo recursos naturais em rejeitos e ordem em desordem, embora se considere que a ação humana tem propósito e que esta gera também um fluxo imaterial (AMAZONAS, 2002; SAMOHYL, 1982).

requer um fluxo contínuo de entrada de energia e matéria proveniente da natureza para sustentar a produção de bens e serviços. Nessa perspectiva, os fluxos importantes não são os financeiros, mas os fluxos unidirecionais e termodinamicamente irreversíveis de energia e matéria provenientes da ecossfera para o subsistema econômico, retornando para a ecossfera apenas de uma forma degradada – são esses os fluxos que abastecem a economia, ao mesmo tempo em que restringe seu crescimento (REES, 2003).

2.2.3 Sustentabilidade-centrismo como um novo paradigma ambiental

Como paradigmas opostos, o antropocentrismo e o ecocentrismo parecem estar em um estado de mútua negação – ambos acabam por receberem críticas por não preverem, respectivamente, a conservação da natureza ou o desenvolvimento social. Dessa forma, a noção de uma perspectiva centrada na sustentabilidade pode ser compreendida como um crescimento dialético nesta disputa, representando uma síntese que busca uma maior e mais profunda integração entre as ideias antropocêntricas e ecocêntricas (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

O uso indiscriminado e acrítico do termo sustentabilidade pode resultar em uma situação de reprodução e continuidade de um modelo antropocêntrico e antiecológico de domínio e exploração da natureza (CABETTE, 2007). Porém, a sustentabilidade, ao fazer parte da linguagem comum, tem um significado essencial, ainda que esse varie no tempo e entre os indivíduos (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). O que se deve evitar é que o predomínio da falta de consenso sobre o significado atribuído à sustentabilidade faça com que ele seja utilizado sem significado algum. Nesse contexto, considera-se de grande importância uma revisão e a delimitação desse conceito, de modo que ele possa representar uma visão de mundo distinta da antropocêntrica e ecocêntrica.

2.2.3.1 Desenvolvimento sustentável: um conceito em construção

Embora o termo “desenvolvimento” esteja sendo utilizado há mais de 200 anos, é comum se associar a noção contemporânea de desenvolvimento ao discurso inaugural do presidente Harry Truman, de 20 de janeiro de 1949, que tratava do programa global para o desenvolvimento como um programa novo e ousado para fazer os benefícios dos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas (BANERJEE, 2003).

Desde então, o termo desenvolvimento vem recebendo diferentes conotações. Segundo Veiga (2005), o desenvolvimento pode ser entendido de três formas principais. A primeira é considerá-lo um sinônimo de crescimento econômico, ideia que passou a ser vista como limitada, principalmente a partir do lançamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo PNUD. A segunda, que se baseia nas contribuições de Furtado (1996), Arrighi (1997) e Rivero (2002), considera o desenvolvimento uma ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica, o que tornaria o desenvolvimento sustentável apenas uma nova roupagem dessa quimera original. Há ainda a noção de que o desenvolvimento não se reduz a um mito ou se limita ao crescimento econômico, devendo ser estruturado por valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica. Nesse terceiro caso, entende-se este conceito como um processo (HODGSON, 1993), que depende da promoção da liberdade (SEN, 2000), da qualidade das instituições de cada sociedade (NORTH, 1990), da cultura da sociedade (LANDES, 1998) ou de fatores ambientais (DIAMOND, 2001).

Uma importante contribuição de Sen (1999) é a reaproximação entre a economia e a ética. O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, pode cumprir esse requisito, desde que seus objetivos estejam além da mera

multiplicação da riqueza material. Assim, o desenvolvimento deve abranger três gerações de direitos humanos (SACHS, 2004; SEN, 1999; SENGUPTA, 2001, 2002): (1) direitos políticos, civis e cívicos; (2) direitos econômicos, sociais e culturais, entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante, por motivos intrínsecos e instrumentais e (3) direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Sachs (2004) conclui que o conceito de desenvolvimento deve incluir igualdade, equidade e solidariedade.

O termo “desenvolvimento sustentável” é recente e se tornou o *mainstream* na política ambiental internacional (REDCLIFT, 2005). Como há grande ambiguidade no conceito de desenvolvimento sustentável, surgem vários propósitos para caracterizá-lo e medi-lo, além de confusões de terminologias, dados e métodos de mensuração (PARRIS; KATES, 2003). Embora este termo tenha se tornado notório a partir dos anos 1980, seus principais princípios se originam do conceito de ecodesenvolvimento, termo utilizado pela primeira vez em 1973, por Maurice Strong. O ecodesenvolvimento tem como ideia central a integração entre desenvolvimento, meio ambiente e comunidades, propondo que as políticas públicas levassem em consideração os limites de renovação dos recursos naturais (SACHS, 1986).

A partir dessa noção inicial, Sachs formulou os princípios básicos dessa nova visão do desenvolvimento, integrando seis aspectos que deveriam guiar o desenvolvimento. São eles: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito às culturas, e programas de educação.

Porém, estas ideias, assim como o termo desenvolvimento sustentável, emergiram, com maior destaque, na década de 1980, quando se buscou explorar o relacionamento entre desenvolvimento e ambiente. Apesar de existirem, hoje,

mais de cem definições para desenvolvimento sustentável (HOLMBERG; SANDBROOK, 1992), a mais comumente utilizada é a apresentada pela CMMAD (1991) no relatório *Our Common Future*, também conhecido como Relatório Brundtland, de que o desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Porém, esse conceito havia sido introduzido, no início da década de 1980, por Lester Brown, fundador do *Worldwatch Institute*, que definiu comunidade sustentável como aquela capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras (CAPRA, 2008).

A amplitude e a aparente simplicidade dessa definição, no entanto, obscurecem suas complexidades e contradições, tendo recebido diversas críticas (MARTINS, 2006) e fazendo com que fosse utilizada de várias maneiras, dependendo do contexto em que se insere (REDCLIFT, 2005). Banerjee (2003) afirma que a definição adotada pelo CMMAD não pode ser entendida como um conceito, mas como um *slogan* que, embora apazível, não leva ao desenvolvimento de teorias (BANERJEE, 2003). Além disso, há problemas como a não elaboração do que se entende por necessidade e desejos humanos (BANERJEE, 2003; KIRBY; O'KEEFE; TIMBERLAKE, 1995; REDCLIFT, 1987) e a referência às gerações futuras, incapazes de acessar o mercado presente. Martinez-Alier e Schlüpmann (1990) acrescenta que há dificuldades ontológicas de fazer a presença dos indivíduos que ainda não nasceram ser sentida no atual mercado de recursos escassos.

Outros conflitos envolvendo o conceito CMMAD se referem às necessidades que devem ser atendidas, já que elas próprias podem mudar, fazendo com que as necessidades futuras não sejam as mesmas que as presentes (REDCLIFT, 1987), pois o próprio desenvolvimento interfere no que é caracterizado como necessidade. Essa definição envolve também um silogismo,

já que o desenvolvimento sustentável é necessário para todos, mas é definido diferentemente nos termos de cada cultura. A ausência de consenso quanto à maneira que se deve mensurar a sustentabilidade torna ainda mais difícil definir qual desenvolvimento poderia ser mais sustentável (REDCLIFT, 2005). Corre-se também o risco de se ignorar definições culturalmente específicas sobre o que é sustentável, em favor de sistemas de pensamento que favorecem o paradigma científico predominante (NORGAARD, 1988).

As discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável nos anos 1980, quando o conceito passou a ser mais frequentemente adotado, envolviam mais preocupações com as necessidades, particularmente as necessidades humanas. Como a perspectiva dominante era a economia neoclássica, os conceitos atribuídos ao desenvolvimento sustentável foram muito influenciados pela ortodoxia neoliberal, fazendo seu foco se deslocar para as escolhas ambientais por meio das preferências e formas de medi-las (REDCLIFT, 2005). Havia uma busca de maneiras práticas pelas quais a sustentabilidade poderia ser construída, por meio de políticas e planejamento (JACOBS, 1991; OWENS, 1994; ROBERTS, 1994; RYDIN, 1996), e como ela poderia ser aplicada (REDCLIFT, 2005).

Porém, muitas das discussões envolvendo a sustentabilidade como um processo político deslocaram seu foco das necessidades humanas, derivado do conceito original da CMMAD, para os direitos, tanto humanos quanto não-humanos (REDCLIFT, 2005). O discurso da sustentabilidade passou a envolver outros conceitos discutidos nas ciências sociais, como o poder, a distribuição e a igualdade (BARNETT, 2001; MARTINEZ-ALIER, 1992; MASON, 1999; REDCLIFT, 2005). Dessa forma, as preocupações com as relações entre ambiente, justiça social e governança se tornaram vagos nos discursos sobre desenvolvimento sustentável e os relacionamentos estruturais entre poder, consciência e ambiente se tornaram obscuros. Na busca de uma visão mais

inclusiva sobre sustentabilidade, a retórica política se focou, com grande frequência, em discursos envolvendo questões ambientais (REDCLIFT, 2005). Em muitos casos, os discursos sobre sustentabilidade utilizam práticas de comunicação carregadas de significados simbólicos e políticos, como “poder democrático” e “justiça natural”, e eram apontados como alternativas à bancarrota da democracia eletiva (ESTEVA, 1999; LANGHELLE, 2000), o que poderia obscurecer seu real sentido.

Atualmente, o desenvolvimento sustentável é apresentado e discutido em torno de pilares fundamentais. Geralmente, consideram-se três pilares principais (ROTA, 2003): social, ambiental e econômico. O relacionamento entre essas três categorias, conhecido como *Triple Bottom Line*, é considerado o princípio da sustentabilidade. Sachs (2004) acrescenta duas dimensões e as apresenta da seguinte forma:

- a - Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b - Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c - Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d - Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;
- e - Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença (SACHS, 2004, p. 15-16).

Atualmente, a ideia de sustentabilidade tem sido atrelada à de desenvolvimento, mesmo quando o termo “sustentável” não está explícito. Exemplo disso é a afirmação de Sachs (2005) de que o desenvolvimento “não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando

as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera” (SACH, 2005, p. 10). Esse autor considera que, apesar de o desenvolvimento ainda manter sua centralidade nas questões sociais, principalmente diante da emergência em se resolver as grandes desigualdades sociais existentes, o futuro da humanidade não pode ser comprometido pelas alterações do homem na natureza. Apesar de essa visão manter como central os interesses humanos, começa-se a se ter indícios de que a sustentabilidade social não pode ser vista de maneira distinta da sustentabilidade ambiental.

Mesmo quando se trata de desenvolvimento econômico, a noção de sustentabilidade aparece de maneira clara, como pode ser visto no discurso de Bresser-Pereira (2009):

o desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 1).

Embora Bresser-Pereira (2009) tenha retomado a ideia de que o crescimento econômico resulta em desenvolvimento, ele incorporou os aumentos da produtividade e da renda, que deveriam ocorrer de maneira sustentável. Assim, percebe-se que a sustentabilidade perpassa não apenas a ideia de desenvolvimento social, mas também a de desenvolvimento econômico. Porém, o que se entende por crescimento sustentável, vai diferir de acordo com a visão de mundo compartilhada, tornando menos claro esse conceito. Dessa forma, a sustentabilidade pode cair novamente em um vazio conceitual, visto poder ser utilizada em contextos e com conotações bastante distintas.

Outro problema decorrente da noção de desenvolvimento sustentável é que ele se baseia, muitas vezes, na racionalidade econômica, e não na ecológica,

fazendo com que seu discurso incorpore uma visão da natureza baseada no pensamento econômico neoclássico. Essa perspectiva poderia levar a uma transformação da natureza em ambiente, o que traria importantes implicações para a noção de como o desenvolvimento deveria proceder, especialmente quando a gestão racional dos recursos naturais, integral na economia ocidental, é imposta a países em desenvolvimento (BANERJEE, 2003). Isso se tornou ainda mais grave quando grandes corporações, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, incorporaram o termo desenvolvimento sustentável e passaram a usá-lo em suas políticas, que são influenciadas por grandes corporações transnacionais (BANERJEE, 2003). A maior preocupação ocorre quando se acredita que a lógica econômica pode dirigir toda a sociedade, fazendo com que as qualidades intrínsecas da natureza sejam desvalorizadas (HABERMAS, 1988). Porém, segundo Rota (2003), o desenvolvimento sustentável, desprovido desse viés econômico, torna-se incompatível com a economia de mercado. E a economia de mercado já se mostrou ineficiente em diversos aspectos: milhões de pessoas têm morrido de fome, outros tantos vivem em condições subumanas e nunca se alcançaram as tão prometidas liberdade e igualdade.

Isso é reforçado quando se observa que a ideia de desenvolvimento sustentável envolve questões como a necessidade de se preservar o capital natural crítico (ELKINS, 2003; PEARCE, 1991; REDCLIFT, 2005), questões de propriedade, já que o capital natural geralmente pertence a indivíduos, grupos ou corporações, e não é um capital social (BEBBINGTON et al., 2004), o que leva a questões de distribuição (REDCLIFT, 1987) e relativas ao aumento da população global, que pode aumentar a demanda e o consumo de bens naturais (REDCLIFT, 2005). Reforça-se, desse modo, a necessidade de mudanças profundas no modelo capitalista vigente hoje.

Mesmo que qualquer conceito atribuído ao desenvolvimento sustentável

esteja longe de ser universalmente aceito, autores como Becker, Jahn e Stiens (1999) sugerem que o poder do conceito de sustentabilidade está nas discussões sobre ele, e não em qualquer significado compartilhado ou heurístico, ou no valor que ele possa ter. Pode-se incorrer em proveitosas discussões sobre o conceito de sustentabilidade, entretanto, pode também resultar em uma ausência de significados mais profundos. No caso do desenvolvimento sustentável, mesmo que ele represente uma grande mudança no pensamento teórico, sua inclusão dentro do paradigma dominante faz com que o desenvolvimento, assim como os significados, práticas e políticas dele resultantes, leve a um desempoderamento¹⁷ da maioria das populações mundiais, especialmente as menos favorecidas. Isso ocorreria porque basear os discursos sobre desenvolvimento em um modelo único não reconhece a pluralidade dos conhecimentos tradicionais e marginaliza as comunidades que não compartilham desse modelo (BANERJEE, 2003).

Sousa (2003) acrescenta que o conceito de desenvolvimento sustentável, por não se apresentar como um conceito fechado, pode se adequar aos diversos interesses, pois cada grupo da sociedade pode estabelecer ações a serem colocadas em prática com base nos seus princípios norteadores. Como não há oposição ao desenvolvimento sustentável, esse aparente consenso acaba por encerrar um vazio conceitual (CAVALCANTI, 1998) ou, ainda, pode-se dizer que o termo sofre de um mal estilístico, já que comporta tanto um significado científico, ainda que precariamente construído, e outro relativo ao senso comum (VINHA, 1999). Além disso, o conceito de sustentabilidade não deve estar

¹⁷ A noção de empoderamento começou a ser utilizada na década de 1970, entre movimentos sociais, passando, em seguida, a permear as práticas das organizações não governamentais (ONGs). Considera-se que o empoderamento ocorre pela conquista plena dos direitos de cidadania, ou seja, da capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais, para atuar com responsabilidade no espaço público, defendendo seus direitos e influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos (ROMANO; ANTUNES, 2002).

associado apenas ao desenvolvimento, uma vez que a mudança que esta propõe não se restringe ao modelo de desenvolvimento vigente.

2.2.3.2 A sustentabilidade dissociada da ideia de desenvolvimento

A origem etimológica da sustentabilidade encontra-se em uma forma derivada do verbo sustentar, que seria similar a manter (REDCLIFT, 1994). Sua etimologia também é discutida entre cientistas de língua hispânica, que discutem a tradução correta do termo, que poderia ser *sostenibilidad*, de *sostener*, que indica ser mantido, ou *sustentabilidad*, de *sustentar*, que indica manter (BECKER, 1997). A categoria sustentabilidade provém da biologia e da ecologia, e significa a capacidade que um ecossistema possui de manter um equilíbrio dinâmico que permita a subsistência da maior biodiversidade possível, incluindo a todos (BOFF, 2010). A discussão acerca da sustentabilidade deve ser pautada por duas questões: as razões da sustentabilidade, que decorrem de razões éticas (ética da perpetuação) e as condições para a sustentabilidade, que instiga diversos conceitos e critérios para a realização da sustentabilidade (AMAZONAS, 2002).

Becker (1997) chama a atenção para a maneira com que o termo sustentabilidade foi discutido em algumas conferências internacionais sobre meio ambiente. A adoção de uma definição vaga de sustentabilidade tornou o termo atrativo por permitir uma tradução direta de vários objetivos políticos em um conceito amplamente aceito. Essa característica possui duas desvantagens: primeiro, ela pode ser usada de forma abusiva com finalidade ideológica e de defesa de interesses econômicos, que se afastam das ideias originais propostas pela sustentabilidade; segundo, impede uma análise objetiva ou neutra do conceito, que é a dificuldade básica na busca de uma perspectiva científica da sustentabilidade. Adotada dessa maneira, a ideia de sustentabilidade se afasta de

um paradigma mais abrangente.

Embora a sustentabilidade encontre-se fortemente vinculada à noção de desenvolvimento sustentável, começam a surgir contribuições que vão desvincular esses dois conceitos. Hoje, podem-se encontrar termos como sociedade sustentável (BATISTA, 2006; JACOBI, 2006; OLIVEIRA; GROSSI, 2007; PORTILHO, 2005;), empresa sustentável (BARBIERI, 2007; GONÇALVES-DIAS; TEODÓSIO; JAPPUR et al., 2008; SAVITZ; WEBER, 2007; SILVA; QUELHAS, 2006; TACHIZAWA, 2009) e gestão sustentável (HOEFFEL et al., 2008; MAROTTA; SANTOS; ENRICH-PRAST, 2008; OLIVEIRA et al., 2008; POLICARPO; SANTOS, 2008; ROS-TONEN, 2007). Assim, começa-se a separar as noções de desenvolvimento e sustentabilidade, incentivando a ideia de que não somente o desenvolvimento deve ser sustentável, mas todas as ações humanas, tanto em seus fins, como em seus meios. Boff (2010) acrescenta que a sustentabilidade e o desenvolvimento capitalista se negam mutuamente. O que deve ser mantido não são os interesses da produção humana, mas a sociedade, que precisa de um desenvolvimento para satisfazer adequadamente às necessidades de todos, incluindo seu entorno biótico, ou o planeta, para que possa manter seu equilíbrio dinâmico, se refazendo de suas perdas e mantendo-se aberto a ulteriores formas de desenvolvimento.

Keinert (2007) considera que a sustentabilidade é, hoje, uma utopia, no sentido em que é impossível, em um dado contexto, mas que pode se tornar real e tangível, a partir de inovações nos mais diversos campos, como organizacionais, gerenciais, tecnológicos, no modo de vida pessoal e na interação social. Nada poderá acontecer sem a mudança de mentalidade e sem a crença na existência de um futuro comum. E essa mudança de mentalidade refletir-se-ia em mudanças nas ações humanas.

Para que exista sustentabilidade, princípios mínimos de austeridade,

sobriedade e simplicidade precisam prevalecer, de forma que sejam respeitados os limites impostos pela disponibilidade de recursos ambientais. Esta seria a única maneira de se tentar minimizar a ação da segunda lei da termodinâmica no processo econômico, com sua inevitável degradação entrópica. Porém, os mecanismos de mercado, que tornam o lucro imediato o objetivo principal da economia moderna, fazem com que muitos recursos sejam utilizados de maneira exaustiva e com que as pessoas adquiram muito mais bens do que realmente precisam (CAVALCANTI, 1998). Nesse sentido,

sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Numa situação sustentável, o meio ambiente é menos perceptivelmente degradado, embora, como sabemos, o processo entrópico nunca cesse, procedendo invisível e irrevogavelmente levando ao declínio inflexível do estoque de energia disponível na terra. [...] O conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Ele significa comportamento que procura obedecer às leis da natureza. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo (CAVALCANTI, 1998, p. 165).

Porém, Gladwin, Kennelly e Krause (1995) alertam para o fato de que o paradigma da sustentabilidade ainda se encontra em um estado embrionário, embora traga contribuições para a necessária superação da radical diferenciação que a modernidade faz entre as atividades humanas e econômicas e os sistemas naturais. A moral monista, adotada tanto pelo antropocentrismo como pelo ecocentrismo, é rejeitada pela perspectiva da sustentabilidade, em favor de uma moral pluralista. Essa visão é complementada por Norton (1991), que considera que a ética da sustentabilidade reforça os direitos humanos políticos, civis, sociais, econômicos e culturais.

Partindo da consciência de que o ecossistema global é finito, de tamanho

estático, materialmente fechado, vulnerável à interferência humana e limitado em suas capacidades regenerativas e assimilativas, a perspectiva da sustentabilidade propõe a busca de alternativas tecnológicas que vão atender aos princípios de assimilação, regeneração, diversificação, restauração, conservação, dissipação, perpetuação e circulação (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Essas medidas precisam ser adotadas o quanto antes, visto que muitas das alterações provocadas pelo homem no ambiente são irreversíveis (DIRZO; RAVEN, 2003).

A sustentabilidade também orienta para visão de que uma economia próspera depende de uma ecologia saudável, e vice-versa. Uma economia verde e justa é vista como possível e, nela, as externalidades ecológicas e sociais são internalizadas. Embora se espere que o mercado aloque os recursos eficientemente, outros instrumentos políticos e incentivos econômicos são necessários para colocar restrições preventivas sobre atividades que utilizam os recursos naturais exercidas com critério puramente mercadológico (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Uma importante mudança que fez com que a sustentabilidade fosse considerada um novo paradigma foi o posicionamento dos Estados e das instituições supranacionais na solução dos problemas ambientais. Redclift (2005) considera que os sistemas ecológicos e o ambiente devem passar a ser considerados como passíveis de serem administrados pelo Estado e por organizações internacionais. Essa representa a maior mudança desde o princípio da soberania, vista nos primeiros relatos sobre desenvolvimento sustentável como uma barreira ao progresso. Ao mesmo tempo, o novo paradigma da sustentabilidade assume responsabilidades compartilhadas pelo ambiente e pela humanidade. Ideologias de coparceria enfatizam os benefícios de gestões adequadas para todas as populações engajadas e os ecossistemas.

Segundo Redclift (2005), a imposição da economia de mercado sobre o

ambiente global teve resultados desastrosos. O foco na escolha, de indivíduos e grupos sociais, expressa pelas preferências de mercado, levou ao crescimento das disparidades entre demandas sociais e a alocação no mercado. A economia política internacional, na ortodoxia neoliberal, defendia os ajustes econômicos que tinham que ser feitos, mas para os quais havia pequena provisão social. Nesse enfoque, a proteção ambiental e os valores das culturas eram expressos em termos de mercados e preços, o que não reflete sua importância real.

O conceito de sustentabilidade, adotado de maneira predominante, ofereceu, de forma disfarçada, os mesmos conflitos e agendas do passado. Como Habermas (1988) argumentou, a maneira como a natureza é compreendida está influenciada pelo passado. Os novos discursos envolvendo a sustentabilidade frequentemente usam uma nova roupagem, mas ocultam, ou marginalizam, as iniquidades e as distinções culturais que deveriam governar a agenda ambiental internacional (REDCLIFT, 2005). A natureza, em essência, deve ser vista como condição primária das atividades humanas, que permeia tudo o que o homem faz e pretende fazer, determinando suas possibilidades (CAVALCANTI, 1998).

Essa mudança de perspectiva alteraria, de forma brusca, as ações humanas. A natureza não poderia mais ser vista apenas como provedora de recursos e destino dos resíduos dos processos produtivos. Sua relação com a humanidade deveria ser vista de forma distinta, na qual não apenas a humanidade age sobre a natureza, mas a natureza também tem influência sobre os indivíduos. Isso torna necessária a revisão da separação entre humanidade e natureza.

2.2.3.3 Humanidade e natureza: dualidade revista

As perspectivas antropocêntrica e ecocêntrica têm em comum uma separação entre homem e natureza. Essa dicotomia torna essas visões parciais e

insuficientes para resolver os conflitos que podem surgir dessa separação. Segundo Hoffman e Sandelands (2005), os paradigmas dominantes são ambos marcados pela metafísica de dois termos de Descartes que distingue a mente da matéria e a mente da natureza. Haveria, então, apenas o homem, como sujeito, e a natureza, como objeto, sendo a questão a ser resolvida definir qual deles tem prioridade – para o antropocentrismo, o homem dominaria a natureza e para o ecocentrismo seria a natureza que dominaria o homem.

Veiga (2005) acrescenta que esse modelo de pensamento também é dominante na ciência econômica, predominantemente mecânica e ligada à ideia de equilíbrio. A suposição de que o sistema econômico poderia atingir uma situação ótima acabou por ignorar a união entre os sistemas econômicos e bióticos, desdenhando também a existência de limites naturais. Os modelos econômicos convencionais dão ênfase à maximização das utilidades individuais e não às necessidades de um sistema biótico, se apresentando alheios a quaisquer condicionantes de ordem ecológica.¹⁸

Na busca de um paradigma não-antropocêntrico, busca-se, como centro, não um valor para a humanidade, mas para a biota ou vida em geral. Contudo, há problemas ecológicos tanto nas visões antropocêntricas como nas ecocêntricas. Enquanto a perspectiva antropocêntrica se apresenta como exploratória e manipulativa das ações sobre o ambiente, a não-antropocêntrica ameaça se tornar misantrópica e socialmente irresponsável por marginalizar os problemas enfrentados pelas classes econômicas com oportunidades reduzidas e etnias menos favorecidas. Desse modo, enquanto a vida e o mundo naturais são periféricos no antropocentrismo, no ecocentrismo é a humanidade que parece ser periférica (MICKEY, 2007).

Uma alternativa a essa dicotomia tem emergido com o estudo da religião

¹⁸ Essa ideia, predominante na ciência econômica, vem sendo amplamente refutada por autores como Hodgson (1993).

e da ecologia, que partem de uma ética antropocêntrica na qual os valores da humanidade e do ambiente não são expressos em termos de uma oposição entre o centro e o periférico, mas em termos de uma íntima relação entre a humanidade e o restante do mundo. Embora as formas de pensamento dominantes ainda tenham certo intuito de banir as irracionalidades do mito, da religião e da superstição, em prol de doutrinas da liberdade, igualdade, fé na inteligência humana e na razão universal, o que levaria os homens à felicidade (SOUSA, 2003), essa visão vem sendo atualmente criticada. Em estudos que buscaram conciliar humanidade e natureza, autores como Miller (2001), Mickey (2007), Taylor (1998), Tu (1976, 1985, 2001) e Tucker (2003) usam o termo antropocósmico para explicar essa relação.

Mickey (2007), ao estudar a genealogia do termo antropocósmico, resgata as contribuições de Mircea Eliade, que defende a ideia de que a humanidade e o cosmo estão integralmente interconectados. São também abordadas explicações ético-religiosas do termo antropocósmico. Taylor (1998), Tu (1976, 1985, 2001) e Tucker (1991) adotam a visão de mundo de Confúcio¹⁹, defendendo uma união entre Céu e Humanidade, englobando a interação entre indivíduo, comunidade, mundo natural e cosmos, embora autores como Fan (2005) e Ro (1998) considerem que o termo antropocósmico é muito antropocêntrico para explicar o confucionismo.

Miller (2001) argumenta que o taoísmo²⁰ compartilha da visão antropocósmica por sugerir uma mútua relação entre os seres humanos, seus sistemas sociais e o ambiente natural. Chittick (2001) relaciona o termo à tradição filosófica islâmica, pelo inter-relacionamento dos mundos humano e

¹⁹ O confucionismo defende que cada um deve cumprir o seu dever de forma correta e que o condicionamento dos hábitos serve para evitar os excessos. Essa doutrina propõe uma sociedade capaz, instruída e voltada ao bem estar.

²⁰ Também conhecido como daoísmo, prega, entre outras coisas, que o ser humano deve estar sempre de acordo com a natureza, buscando o equilíbrio do corpo e deste com a natureza.

natural. Por fim, Mickey (2007) resgata também as contribuições de Gastón Bachelard que, engatado no estudo da fenomenologia, adota a ideia de uma vital harmonia entre a humanidade e o cosmo, que ele denominou antropocosmologia.

Outra perspectiva que tem sido proposta, de forma similar à antropocósmica, é a visão teocêntrica, que propõe a metafísica do cristianismo católico romano, diferindo daquela que orienta as visões antropocêntrica e ecocêntrica (HOFFMAN; SANDELANDS, 2005). Embora Passmore (1974) e White (1967) argumentem que o cristianismo seja a causa maior dos problemas ecológicos, especialmente pelo que é exposto no livro de Genesis²¹, Hoffman e Sandelands (2005) defendem a metafísica pré-cartesiana da Igreja antes da Reforma. As relações entre Deus, humanidade e natureza seriam aceitáveis pela fé, sem questionamentos e sem recursos ou apelos a interpretações pessoais. A verdade seria anterior à experiência subjetiva, anterior à razão individual e anterior ao conjunto de experiências que hoje é chamada de ciência. Assim, diferente da metafísica de dois termos do antropocentrismo e do ecocentrismo, que definem apenas a humanidade e a natureza, a metafísica de três termos da fé definiria a humanidade e a natureza em relação a Deus, que teria criado ambos. A humanidade e a natureza estariam no mesmo plano, inexistindo quaisquer preferências de um sobre o outro.

A sustentação religiosa na busca da superação da dicotomia entre homem e natureza tem sido também discutida por autores que buscam analisar as diferenças entre as crenças ocidentais e aquelas orientais. White (1967) tratava tal aspecto, apontando a cristandade oriental como mais contemplativa e mística, enquanto a ocidental como voluntarista e dinâmica. Destacou a atuação

²¹ Esse livro é marcado por várias passagens nas quais o homem é considerado superior à natureza. Também é relatado que o homem deve ter domínio sobre os peixes do oceano, sobre as aves no ar, sobre o gado e sobre toda a terra, dando ao homem direitos sobre todos os outros habitantes do planeta.

de São Francisco de Assis²², que buscou em seus estudos dar unidade e sintetizar em um processo vital a unificação afetiva vital-cósmica com o ser e a vida da natureza, considerando todas as criaturas de Deus como irmãs entre si. Nessa visão, as coisas e os processos naturais têm um sentido próprio sem relação com a humanidade ou as coisas humanas.

Esse autor acrescenta que, enquanto São Francisco dava ênfase ao “guardar”, São Bento de Nursia valorizava o “cultivar”, tratando o ambiente de modo a retirar dele o sustento das populações, mas sendo esta retirada contida pela necessidade de sustento do próprio ambiente. Dessa forma, obtêm-se duas visões opostas e complementares: a conservação franciscana e a organização beneditina. Pelo exposto, o estudo da religião tem demonstrado ter grande relevância na análise da ação humana sobre a natureza e da relação entre humanidade e natureza.

A adoção da perspectiva da sustentabilidade-centrismo deve partir da ideia de que humanidade e natureza estão integrados, e não devem ser analisados como categorias distintas e independentes. Essa integração pode não se basear unicamente em um suporte teológico, mas na constatação de que a humanidade é parte integrante da própria natureza. Essa integração não deve ser vista a partir do domínio de um sobre o outro, mas como um inter-relacionamento mutuamente influenciado e influenciável. Toda ação humana afeta a natureza, mesmo que de forma indireta ou superficial, assim como todo fenômeno natural acaba por afetar a humanidade de alguma forma.

Essa mútua dependência exige que exista moderação no relacionamento entre humanidade e natureza, visto que as agressões de um sobre o outro acabam por afetar eles mesmos. As agressões da humanidade à natureza representam perdas para ela própria. Adaptar-se às mudanças que ocorrem na natureza, que

²² Francisco Bernardone, declarado padroeiro dos ecologistas por João Paulo II, em 29 de novembro de 1979.

são, muitas vezes, consequência da própria ação humana, envolve maiores custos do que se adaptar às leis naturais, pois isso evitaria perdas dos recursos e serviços naturais que são indispensáveis à vida humana, tornando desnecessárias adaptações humanas às mudanças bruscas nos sistemas naturais.

Um pressuposto fundamental da sustentabilidade-centrismo é a necessária integração entre humanidade e natureza e o reconhecimento da mútua dependência entre eles. O respeito da humanidade pela natureza deve existir de maneira similar ao respeito entre os próprios seres humanos. E sua motivação principal não deve ser apenas a ideia utilitarista e antropocêntrica de que a humanidade pode se beneficiar com isso, mas o reconhecimento de que a natureza possui valor intrínseco, que vai além daquele que beneficia a humanidade.

É comum, ainda hoje, se colocar a ética ecológica numa luta maniqueísta entre uma série de atitudes e valores positivos e outras de valores negativos. De um lado, ficaria o espectro do ecocentrismo, do preservacionismo e do retorno à natureza, e, do outro, o espectro do antropocentrismo, do utilitarismo e da conquista da natureza. O desafio é se situar entre o otimismo de um economicismo neoclássico, para o qual a expansão do mercado e as revoluções tecnológicas garantem um crescimento econômico permanente que resolveria todos os problemas, e o pessimismo de um biologismo malthusiano, que sempre espera um colapso da humanidade, devido ao crescimento descontrolado da população ou à redução dos limites do meio ambiente para esse crescimento. Do ponto de vista ético, essas visões são equivalentes, já que tanto o pessimismo de uma quanto o otimismo da outra se apoiam na suposta incapacidade da consciência humana para alcançar o bem comum e regular a vida social – em um caso, o mercado resolveria tudo e, no outro, ninguém resolveria. A mudança necessária não deve se basear em soluções técnicas ou determinismos históricos, mas numa mudança de valores e atitudes básicas de

inspiração ética (LEIS; D'AMATO, 1998) e essa inspiração depende da superação paradigma predominantemente adotado.

2.2.3.4 Mudança paradigmática e as possibilidades da sustentabilidade

Capra (1982), há mais de duas décadas, já apontava para a necessidade de uma mudança de paradigma. Ele afirmava que se deveria buscar uma nova visão da realidade e uma mudança fundamental na visão compartilhada. Um dos principais pontos dessa mudança seria rever a obsessão pelo crescimento econômico e pelo sistema de valores que lhe é subjacente. Esses valores acabaram por criar um ambiente físico e mental na qual a vida se tornou extremamente insalubre. Essa mudança torna-se necessária em um momento no qual, segundo Vasconcellos (2008), a paralisia de paradigma pode fazer com que as oportunidades positivas que se encontram não sejam vistas. Para reconhecer e usufruir dessas oportunidades, é preciso ser flexível e estar disposto a ter visões diferentes daquelas a que se está acostumado.

Ao se observar a sociedade atual, percebe-se que ela é claramente insustentável em diversos aspectos. Considerando apenas a sustentabilidade ambiental, percebe-se quatro fatores principais, apontados por Rohde (1998), que reforçam essa fragilidade: o crescimento populacional humano, a depredação da base de recursos naturais, os sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética e o sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material.

O dogma fundamental da teoria econômica vigente – o crescimento econômico a qualquer custo – parece ainda prevalecer. Segundo Rohde (1998), ele expressa ideia de um crescimento contínuo e permanente em um planeta finito, a acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riqueza, a ultrapassagem de limites biofísicos, a modificação de ciclos biogeoquímicos

fundamentais, a destruição dos sistemas de sustentação da vida e a aposta constante nos resultados da tecnociência para minimizar os efeitos causados pelo crescimento. Embora os numerosos problemas ambientais sejam amplamente difundidos atualmente e a sustentabilidade seja uma ideia amplamente aceita, não há consenso sobre a existência de uma mudança real na perspectivas predominantes.

A mudança do mundo atual, desintegrado, para um no qual a sustentabilidade predomine exige a mudança do modelo civilizatório atual. Para Rohde (1998), essa transição depende, em grande parte, de mudanças profundas na teoria do conhecimento e nas ciências em geral. Os princípios, premissas e pressuposições básicas das ciências têm sinalizações importantes em termos de direcionamento da abordagem econômica de uma sociedade sustentável. Investigar as fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas constitui uma premissa fundamental para determinar a nova visão de mundo, necessária para a construção de uma sociedade sustentável. E essa mudança já tem sido apontada por autores como Capra (1982, 1988, 1991, 1996, 2002), Gladwin, Kennelly e Krause (1995) Rossi (1989), e Vasconcellos (2008).

Tal mudança seria necessária também no âmbito do ambientalismo, cujo desenvolvimento supõe um processo de mudança de mentalidade e comportamento ético em um sentido qualitativo e complexo, propondo a inclusão de valores e práticas que interajam fortemente com os elementos diversos do universo ambientalista (LEIS; D'AMATO, 1998).

2.2.4 Relação entre os diferentes paradigmas ambientais: construção do modelo teórico

Leis e D'Amato (1998), ao discutirem a ética ecológica, propuseram o Quadro 1, no qual analisam os diferentes posicionamentos diante da relação

homem-natureza (antropocentrismo e biocentrismo) e da relação homem-sociedade (comunitarismo e/ou coletivismo e individualismo). Nele, enquanto as categorias *alfa* e *beta* abrangem aqueles que defendem valores e atitudes que hierarquizam a espécie humana, estabelecendo maior distância entre o homem e a natureza, aqueles de se enquadram em *delta* e *gama* buscam maior equilíbrio ético dos vários aspectos envolvidos nas relações homem-natureza.

Quadro 1 Vertentes da ética ecológica a partir das relações entre homem e natureza e entre homem e sociedade

Relação homem-natureza / Relação homem-sociedade	Princípio hierárquico: antropocentrismo	Princípio igualitário: biocentrismo
Princípio igualitário: Comunitarismo e/ou coletivismo	beta	delta
Princípio hierárquico: individualismo	alfa	gama

Fonte: Leis e D'Amato (1998, p. 86)

Analisando-se a relação entre homem e sociedade, observa-se que os posicionamentos em *alfa* e *gama* postulam uma prioridade ético-ontológica do indivíduo e maior distância entre indivíduo e sociedade, enquanto *beta* e *delta* têm inspiração de maior integração igualitária dos indivíduos na sociedade. Já *ômega* não se trataria de uma vertente da ética ecológica, mas um eixo que dá sentido integrador e sinérgico aos quadrantes desenvolvidos. Ele seria uma meta-ética, um ponto de consciência superior que iluminaria o duplo caminho evolutivo (material-espiritual) da humanidade, pois “não supõe a hegemonia ou prioridade de determinados modelos, valores ou práticas, mas o equilíbrio e integração entre todos eles, de modo tal a poderem potenciar-se sinergicamente” (LEIS, D'AMATO, 1998, p. 91). Seria, para os autores, um núcleo de inteligibilidade para o eterno movimento de diversificação e unificação que opera na realidade, se opondo ao conflito e colocando a cooperação e a complementação como superiores, evolutivamente.

Contudo, para fins desse estudo, elaborou-se, com base no modelo de Leis e D'Amato (1998), um modelo teórico no qual se posicionam o antropocentrismo individualista, o antropocentrismo coletivista, a sustentabilidade-centrismo, o ecocentrismo coletivista e o ecocentrismo individualista, conforme consta na Figura 1. Esse modelo partiu da ideia inicial da existência de paradigmas ambientais principais: antropocentrismo, ecocentrismo e sustentabilidade-centrismo. Partiu-se, então, da ideia de Leis e D'Amato (1998) de utilizar uma vertente individualista-coletivista, porém, de maneira particular.

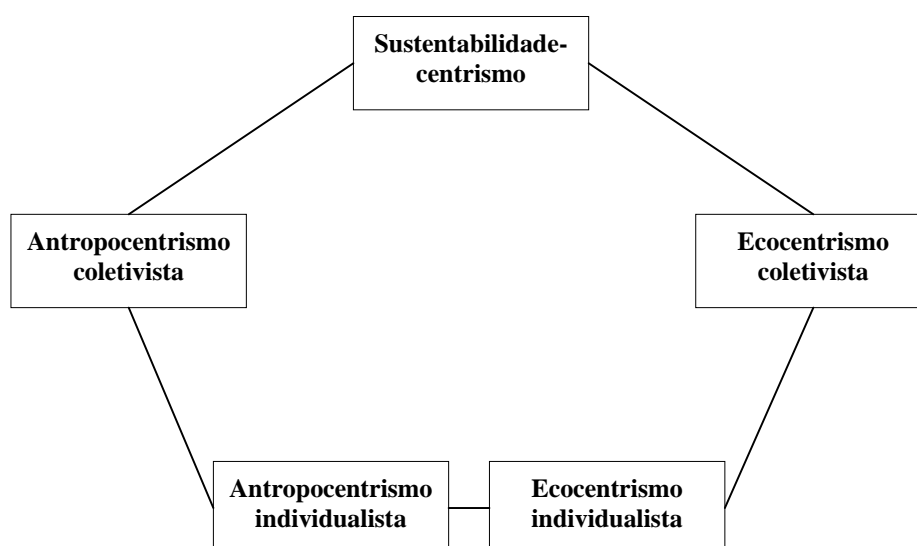


Figura 1 Relação entre os paradigmas ambientais abordados

O modelo desenvolvido considerou que a característica individualista ou coletivista pode se apresentar tanto na perspectiva antropocêntrica quanto na ecocêntrica. O antropocentrismo coletivista tem as características do antropocentrismo no que se refere à ausência de preocupações com a natureza que vão além do que beneficie a própria humanidade. No entanto, compartilha

preocupações com a humanidade como um todo, tendo a solidariedade com os outros seres humanos como uma característica marcante. Já o antropocentrismo individualista acompanha os pressupostos antropocêntricos de um enfoque bastante egoísta, não demonstrando preocupações com a humanidade como um todo, mas apenas com determinado grupo, que pode ser formado pelo conjunto de moradores de uma comunidade, região ou país, ou um grupo de acionistas de uma organização. Dessa forma, além de legitimar a exploração da natureza, sem preocupações com sua preservação ou restauração, legitima também a exploração e a marginalização de indivíduos dentro de uma mesma sociedade.

O ecocentrismo coletivista se preocupa com o ecossistema como um todo, de modo que todas as formas de vida não-humanas são respeitadas e têm valor intrínseco. O preservacionismo é mais marcante nessa forma de ecocentrismo, de modo que a forte preocupação com a natureza e sua preservação deixa em segundo plano as preocupações com a humanidade como um todo. Já no ecocentrismo individualista, a preocupação com a natureza também é central, porém, restrita a determinada espécie ou bioma. Considera-se, então, que a preservação dessa espécie ou grupo de espécies deve ocorrer mesmo que levem ao prejuízo de indivíduos ou de seres não-humanos que não façam parte desse grupo. Quando tal posicionamento tem como foco a preservação de uma espécie, ela passa a ser analisada de maneira individualista, de modo que as interações dela com seu meio ou com outras espécies sejam consideradas apenas quando se percebe possibilidade de dano à espécie ou conjunto de espécies que se pretende preservar.

Ainda na Figura 1, observa-se que as formas coletivistas do antropocentrismo e do ecocentrismo se aproximam do paradigma ambiental centrado na sustentabilidade, enquanto suas formas individuais se afastam. Isso ocorre porque as formas individuais se preocupam mais com o indivíduo do que com a sociedade, no caso do antropocentrismo, ou com determinada espécie

não-humana do que com o ecossistema como um todo, no caso do ecocentrismo.

Como exemplo de atitudes motivadas pelo paradigma antropocêntrico individualista, tem-se o filme²³ *Erin...* (2000). Nele, a protagonista, ao começar a trabalhar em um escritório de advocacia, descobre alguns documentos sobre uma operação de compra e venda de imóveis, envolvendo a empresa intitulada *Pacific Gás & Electric* e moradores de uma pequena cidade da Califórnia, junto aos quais havia alguns laudos médicos. As suspeitas levantadas pela descoberta desses documentos a levaram a investigar a situação.

Em seguida, ela descobre que o cromo-6, usado pela empresa, teria contaminado os lençóis freáticos que abasteciam o município, causando várias doenças. A personagem, ao persuadir os moradores a moverem uma ação contra a empresa, reúne procurações de cerca de 600 famílias. A ação é formalizada e a empresa foi condenada a indenizar as vítimas de contaminação por cromo-6 em quase 400 milhões de dólares.

A história retrata bem situações nas quais o lucro dos proprietários de dada organização é de tal modo almejado, que tornaria justificável todo descaso com as populações que residem nas proximidades de suas instalações. Quando começam a ser identificados indícios de que a contaminação estaria afetando as populações locais, a organização utiliza vários meios para esconder o caso: destrói documentação que a comprometa, defende a ideia de que o cromo-6 pode causar benefícios à saúde, compra os imóveis de pessoas que estejam com indícios de contaminação para que essas se mudem para longe de suas instalações e tentam, a todo custo, provar sua inocência.

Já o posicionamento decorrente de influência do ecocentrismo individualista pode ser ilustrado pelo filme *Nas Montanhas...* (1988), que relatou a viagem da antropóloga americana Dian Fossey, em 1967, à África, quando esta

²³ Neste estudo, utilizaram-se filmes apenas para exemplificar, ilustrativamente, os paradigmas aqui discutidos.

se dedicou à preservação dos gorilas da montanha, ameaçados de extinção em razão da caça indiscriminada.

Neste filme, a protagonista, ao chegar no Congo, encontrou-o passando por uma guerra civil. No momento da chegada, ela foi abordada por diversas crianças que pediam esmola. Sua única preocupação, contudo, era encontrar pessoas que carregassem suas malas até o acampamento para iniciar sua pesquisa com os gorilas. Ela acabou por contratar várias pessoas com essa finalidade, demonstrando que as pessoas eram vistas por ela apenas como mão de obra para a realização de sua pesquisa, e não como parte da questão que ela pretendia abordar.

Quando foi subjugada pelas populações locais, que tentavam expulsá-la da região, por ela ser branca e a verem como uma inglesa, seu argumento para permanecer no país era de que ela era americana e tinha licença para permanecer no país, exigindo falar com os superiores para requerer a continuidade de sua pesquisa. Acabou sendo expulsa do Congo, quando sua maior queixa foi que uma “pequena guerra civil” poderia arruinar toda sua pesquisa.

Ao iniciar seu contato com os gorilas, na Ruanda, ela passa a brincar com os filhotes, se aproximar e a conviver com as fêmeas e se submeter ao líder do grupo. Era comum que passasse horas com os gorilas, deixando que eles mexessem em seus cabelos, quando ela abaixava sua cabeça, em sinal de submissão. Porém, quando a população local tentava se aproximar, ela sempre mantinha distância e quando pediram para tocar em seu cabelo, visto que o tom avermelhado era algo novo para eles, ela não permitiu. Esse comportamento fez com que a população local passasse a vê-la como uma bruxa, acreditando que ela poderia trazer algum mau.

Além de não tentar contornar a situação, se aproximando da população, ela passou também a fazer ironias com as crenças locais e a se aproveitar delas para benefício de sua pesquisa. Passou, então, a culpar os nativos pela caça aos

gorilas, apesar de serem apenas parte do problema e fazerem isso como única fonte de renda para subsistência de suas famílias, e passou a se passar realmente por bruxa para mantê-los afastados. Ela passou a utilizar máscaras de bruxas, principalmente com os cabelos vermelhos, para manter afastada a população local, assustando as crianças de regiões próximas aos gorilas, ameaçando aqueles que ela flagrava preparando armadilhas para caçar gorilas e arrancando deles confissões sobre os compradores dos gorilas mortos.

Observa-se, nesse exemplo, um grande descaso com aquilo que as populações locais mais prezavam, que eram suas crenças espirituais, para proteger o grupo de gorilas que ela estava estudando. Ao passar a se preocupar apenas com os gorilas e a desprezar a população local, ela demonstra fortemente como é influenciada pelo ecocentrismo individualista. Sua única preocupação era proteger essa espécie, mesmo que para isso fosse necessário subjugar todas as demais espécies da região, até mesmo a humana. Tais comportamentos não eram vistos por ela como algo errado, mas necessário na proteção dos gorilas.

Tanto no caso do antropocentrismo como no do ecocentrismo individuais há afastamento das premissas da sustentabilidade, que buscam, antes de tudo, uma associação entre os interesses humanos e naturais. Porém, quando há preocupações com os interesses coletivistas, tanto humanos como naturais, há maior aproximação com a sustentabilidade-centrismo.

Embora, muitas vezes, a sustentabilidade seja apontada como uma utopia, ou mesmo como um atributo retórico, acredita-se que ela possa representar uma mudança mais profunda na visão que as pessoas têm da natureza e, conseqüentemente, na maneira como elas lidam com ela. A ideia da sustentabilidade propõe uma maior integração entre homem e natureza, contudo, sem desconsiderar que a sociedade humana não depende apenas da biosfera, como sugere o ecocentrismo, mas também de suas dimensões histórico-social, ética e vivencial-psicológica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos propostos. Discutem-se também as classificações da pesquisa, quanto a seus fins, meios e abordagem, as técnicas de análise de conteúdo utilizadas e, por fim, os objetos de estudo.

3.1 Natureza da pesquisa

Quanto aos fins, essa pesquisa pode ser classificada como descritiva, já que pretendeu-se descrever as características do fenômeno estudado, assim como inferir sobre o objeto da análise (LAKATOS; MARCONI, 1991). Na pesquisa descritiva, busca-se observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, de modo que seja possível descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros fenômenos, sua natureza e características (CERVO; BERVIAN, 2002). Assim, a intenção foi compreender e descrever os significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações e estabelecer relações entre esses significados e os diferentes paradigmas ambientais.

Esta pesquisa classifica-se como documental, quanto aos seus meios, por utilizar relatórios de sustentabilidade como objeto de análise. De maneira complementar a esses relatórios, foram também utilizados conteúdos contidos nos sítios eletrônicos das organizações. As pesquisas documentais referem-se aos estudos que têm como referência documentos que são, de modo geral, todos os materiais escritos que podem servir como fonte de informação para a pesquisa, embora não tenham sido produzidos com essa finalidade (LAKATOS; MARCONI, 1991). Optou-se por esses documentos por serem uma forma comunicação oficial das organizações, pela qual se pode encontrar seu

posicionamento com relação ao meio ambiente, seu entendimento sobre sustentabilidade e as ações que com ela estariam relacionadas.

Quanto à abordagem, esta pesquisa envolve técnicas qualitativas. Com base no estudo de Patton (1990), Alencar (2000) aponta que a abordagem qualitativa permite uma riqueza de informações detalhadas sobre determinada questão e o estudo de situações específicas, em profundidade e detalhadamente, sem a necessidade de categorias analíticas previamente estabelecidas, o que possibilita maior profundidade, abertura e riqueza de detalhes da investigação. Neste estudo, os significados atribuídos pelas organizações constituíram categorias, que foram associados aos paradigmas ambientais. A busca em reconhecer esses paradigmas nos discursos organizacionais foi norteadada pelas principais ideias contidas nessas perspectivas.

3.2 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é conceituada por Bardin (2004) como um conjunto de técnicas de análise dos discursos que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, categorias, quantitativas ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Ela possibilita compreender o sentido da comunicação, mas permitindo que se desvie o olhar para uma outra significação, que pode se manifestar por trás da mensagem principal.

A análise se organizou em três fases distintas, conforme discutido por Bardin (2004): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase de organização propriamente dita, na qual se operacionalizam e sistematizam as ideias iniciais, de modo a conduzir a um esquema do desenvolvimento das operações

sucessivas. Nessa fase, após a escolha dos documentos a serem submetidas à análise, foi feita uma leitura flutuante dos mesmos, que consistiu em estabelecer contato com os documentos, conhecer o texto e sistematizar as primeiras impressões e orientações para a elaboração de categorias.

Na fase de exploração do material, buscou-se, inicialmente, elaborar a codificação, ou seja, transferir os dados brutos, agregando-os em unidades de registro (segmento de conteúdo a considerar como unidade de base) e contexto (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro). Nesse momento, buscou-se identificar, no material, qualquer referência feita aos termos “sustentabilidade”, “sustentável” ou outros similares. Teve-se o cuidado de separar todo o conteúdo referente ao trecho que se separou, de modo que cada fragmento contivesse uma ideia completa de como o termo estava sendo utilizado. A seguir, esses conteúdos foram classificados, segundo o significado atribuído à sustentabilidade, e agrupados de acordo com esses significados.

A última fase envolveu o tratamento dos resultados obtidos inicialmente, de modo a verificar sua significância e validade. Posteriormente, foram feitas interpretações referentes aos significados atribuídos à sustentabilidade. A partir desse momento, foi feita uma descrição analítica dos discursos de cada organização separadamente. Por fim, os significados atribuídos à sustentabilidade foram agrupados e relacionados aos paradigmas ambientais, permitindo a discussão sobre as relações entre os conteúdos identificados e esses paradigmas.

3.3 Objeto de estudo e coleta de dados

O universo deste estudo compreende as organizações com atuação no Brasil e que publicam, regularmente, seus relatórios de sustentabilidade. Para a GRI (2006, p. 3), “elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir,

divulgar e prestar contas para os *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável”. Para esta organização, ele deve descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais das organizações, relatando o desempenho de sustentabilidade de modo equilibrado e sensato, incluindo tanto informações positivas como negativas. Embora ele seja destinado aos diferentes *stakeholders* da organização, como empresas, investidores, trabalhadores, sociedade civil, contadores e comunidade científica, entre outros, ele busca atender, prioritariamente, às demandas dos investidores. Isso se reflete até mesmo no local onde os relatórios organizacionais são disponibilizados nos sítios eletrônicos das organizações: geralmente, nas páginas destinadas aos investidores.

Os relatórios de sustentabilidade foram escolhidos por refletirem a visão dos gestores organizacionais sobre o assunto que se pretendia investigar, assim como a visão compartilhada na própria sociedade, visto que são construídos também para prestar contas a esta. Esses relatórios também vão constituir posicionamentos formais dos indivíduos que atuam nas organizações, refletindo a visão compartilhada por esses indivíduos.

A partir do universo do estudo, optou-se por uma amostra intencional não probabilística de oito empresas, que foram escolhidas, entre as melhores no ano de 2010, pelo *GRI Readers' Choice Awards* (GRI, 2010). A escolha dos relatórios vencedores constou de duas etapas e foi aberta a vários públicos. Os votantes poderiam ser consumidores, funcionários ou ter qualquer outro tipo de relacionamento com as empresas. Na primeira etapa, os pesquisados responderam perguntas e escolheram de um a dez relatórios que melhor ilustrassem cada uma de suas respostas. Os relatórios poderiam ser escolhidos em um banco de dados da GRI e, caso não estivesse disponível, poderia ser indicado para ser incluído nele. Na segunda etapa, foi divulgada uma lista de finalistas, que foi gerada a partir dos relatórios mais frequentemente citados.

Nesta etapa, os pesquisados poderiam escolher novos relatórios entre os finalistas, indicando até dez relatórios em cada categoria.

Para validação das respostas, a GRI (2010) observou as seguintes condições: (1) todas as perguntas da pesquisa deveriam ser respondidas, exceto as opcionais; (2) deveria ser escolhido ao menos um relatório sempre que solicitado; (3) deveriam ser escolhidos pelo menos três relatórios ao longo da pesquisa e (4) a relação principal entre o respondente e a organização cujos relatórios foram escolhidos deveria ser identificada.

Esse processo de escolha envolveu, no total, mais de 2.000 relatórios de sustentabilidade, de mais de 60 países, tendo mais de 1.100 deles sido votados. Na segunda fase, 105 relatórios de 13 países diferentes foram avaliados, recebendo 30.009 votos de 3.669 avaliadores. Esse processo resultou em cinco relatórios classificados para cada uma das categorias analisadas. A GRI (2010) predefiniu as seguintes categorias:

- a) Prêmio Engajamento (*Engage Award*), destinado às organizações mais bem avaliadas por seus *stakeholders* internos (diretoria/proprietários, gerência, empregados/pessoal, estagiários);
- b) Prêmio Sociedade Civil (*Civil Society Award*), atribuído às organizações mais bem avaliadas pela sociedade civil (incluindo sindicatos de trabalhadores, instituições públicas, agências reguladoras, academia/especialistas, cidadãos conscientes, mídia em geral);
- c) Prêmio Cadeia de Valor (*Value Chain Award*), conferido às organizações mais bem avaliadas por sua cadeia de valor (fornecedores, parceiros em *joint ventures*, distribuidores/anunciantes, clientes, consultores/auditores);
- d) Prêmio Investidor (*Investor Award*), dirigido às organizações cujos relatórios foram mais bem avaliados pelos investidores (acionistas

privados e institucionais, gerentes de ativos, agências de pesquisa e de classificação de riscos, bancos e mídia financeira);

- e) Vencedor Geral (*Readers` Choice Award*), direcionado às organizações mais bem avaliadas nas quatro categorias anteriores;
- f) Prêmio Relatório Mais Eficaz (*Most Effective Report Award*), conferido às organizações cujos relatórios foram considerados os mais eficazes, ou seja, aquelas cujos objetivos estavam mais próximas às opiniões dos seus avaliadores.

Assim, chegou-se aos relatórios dispostos no Quadro 2. Para fins deste estudo, optou-se por analisar apenas aqueles que eram de empresas brasileiras: Banco do Brasil, Fundação Bradesco, Natura, Vale, Bradesco, Eletrobrás Furnas, Eletrobrás e Itaipu Binacional.

Quadro 2 Melhores relatórios de sustentabilidade segundo a GRI em 2010

Prêmio Engajamento	Prêmio Sociedade Civil
Banco do Brasil - Brasil	Vale - Brasil
Polymer Group, Inc. (PGI) - EUA	Eletrobrás - Brasil
Fundação Bradesco - Brasil	Itaipu Binacional - Brasil
Grupo Los Globo Agr. - Argentina	Eletrobrás Furnas - Brasil
Larsen & Toubro (L&T) - Índia	Natura - Brasil
Prêmio Cadeia de Valor	Prêmio Investidor
Natura - Brasil	Banco do Brasil - Brasil
Banco do Brasil - Brasil	Banco Bradesco - Brasil
Arcor SAIC - Argentina	Vale - Brasil
Apple - EUA	3M - EUA
Larsen & Toubro (L&T) - Índia	Ford - EUA
Vencedor Geral	Prêmio Relatório Mais Eficaz
Banco do Brasil - Brasil	Bradesco - Brasil
Vale - Brasil	Itaipu Binacional - Brasil
Bradesco - Brasil	Eletrobrás Furnas - Brasil
Eletrobrás Furnas - Brasil	Walmart Stores - EUA
Natura - Brasil	Gas Natural BAN - Argentina

Fonte: GRI (2010)

O Banco do Brasil tem mais de 200 anos de existência e é a maior instituição financeira nacional. Tem como missão oferecer serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer seu compromisso com os funcionários e contribuir para o desenvolvimento nacional (BANCO DO BRASIL, 2010a). Desta instituição bancária foi avaliado o Relatório Anual 2008 (BANCO DO BRASIL, 2010b), que unifica todas as informações anuais da organização, incluindo as relacionadas à sustentabilidade. Adicionalmente, buscaram-se, no sítio eletrônico da organização, conteúdos relacionados ao tema sustentabilidade e selecionou-se aqueles que tratavam de temas como sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, o que orienta a organização e suas práticas, seus negócios sustentáveis, seu investimento social e relacionamentos (BANCO DO BRASIL, 2010a).

A Fundação Bradesco, mantida pelo Bradesco, existe há 54 anos e suas 40 escolas são referência sociocultural nas regiões em que se encontram (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010a). Dessa fundação, analisou-se o Relatório de Atividades 2008 (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010b), que reúne as informações anuais fornecidas pela organização, incluindo as referentes à sustentabilidade. Em seu sítio eletrônico, foram analisados conteúdos sobre a organização sua história e atuação, parcerias e ações comunitárias (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010a).

A Natura, fundada em 1969, é, no Brasil, a indústria líder no mercado de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, assim como no setor de venda direta (NATURA, 2010a). Da Natura foi avaliado o Relatório Anual 2008, que aborda todas as informações da organização neste ano, incluindo aquelas referentes à sustentabilidade (NATURA, 2010b). No sítio eletrônico da organização foram coletadas informações que abordavam assuntos como sustentabilidade, temas prioritários, cadeia de valor e orçamento socioambiental (NATURA, 2010a).

A Vale, criada pelo governo brasileiro há 58 anos e privatizada em 1997, pesquisa, produz e comercializa minério de ferro e pelotas, níquel, cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio e outros materiais, além de atuar nos segmentos de logística, energia e siderurgia. Está presente em 38 países e definiu sua missão como “transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável” (VALE, 2010a). Desta organização, foi analisado seu Relatório de Sustentabilidade 2008 (VALE, 2010b), assim como alguns conteúdos disponíveis em seu sítio eletrônico, que tratavam de sustentabilidade, gestão ambiental, mudanças climáticas, projetos, fundação e parcerias, entre outros (VALE, 2010a).

O Bradesco, fundado em 1943, é um dos líderes do setor financeiro privado no Brasil. O grupo possui empresas do segmento de corretagem de títulos e valores mobiliários, seguros e previdência, entre outros, e é uma das empresas líderes nos setores de varejo, *corporate*, *private* e no atendimento de micro, pequenas e médias empresas (BRADESCO, 2010a). A análise dessa organização envolveu seu Relatório de Sustentabilidade 2008 (BRADESCO, 2010b) e conteúdos de seu sítio eletrônico, como os que envolviam finanças sustentáveis, gestão responsável e investimentos socioambientais (BRADESCO, 2010a).

A Eletrobrás Furnas atua há mais de 50 anos nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, sendo responsável por 40% da energia consumida no Brasil. Compreende um complexo de doze usinas hidrelétricas, duas termelétricas e diversos quilômetros de linhas de transmissão e subestações (CENTRAIS ELÉTRICAS DE FURNAS - ELETROBRÁS FURNAS, 2010a). Dessa organização, foi avaliado o Relatório Socioambiental 2008 (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b) que envolve, entre outros aspectos, assuntos relacionados à sustentabilidade. Foram analisados, complementarmente, conteúdos inseridos no sítio eletrônico da organização,

como seu relatório anual (ELETROBRÁS FURNAS, 2010a).

A Eletrobrás, maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, foi criada em 1962 e é controlada pelo governo brasileiro. Atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e controla doze subsidiárias, entre as quais a Eletrobrás Furnas, uma empresa de participações, um centro de pesquisas e metade do capital da Itaipu Binacional (CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS - ELETROBRÁS, 2010a). Foi objeto de análise da Eletrobrás seu Relatório de Sustentabilidade 2008 (ELETROBRÁS, 2010b), que reúne informações sobre sustentabilidade de todo o Sistema Eletrobrás. Assim, o conteúdo desse relatório reflete não apenas a visão da Eletrobrás, mas também da Eletrobrás Furnas e da Itaipu Binacional. De maneira complementar, avaliaram-se também conteúdos do sítio eletrônico da Eletrobrás, como sua política de sustentabilidade, política ambiental e assuntos relacionados à governança corporativa e responsabilidade social (ELETROBRÁS, 2010a).

A Itaipu Binacional, maior hidrelétrica em geração de energia do planeta, começou a ser idealizada pelos governos brasileiro e paraguaio em 1966, foi formalizada em 1973 e iniciou suas atividades em 1982 (ITAIPU BINACIONAL, 2010a). Dessa organização, foi analisado seu Relatório de Sustentabilidade (ITAIPU BINACIONAL, 2010b), além de conteúdos extraídos de seu sítio eletrônico, como os relacionados ao meio ambiente e à responsabilidade social (ITAIPU BINACIONAL, 2010a).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira parte dos resultados descreveram-se as formas pelas quais foram expressos os entendimentos sobre o conceito de sustentabilidade dentro das organizações, expressos em seus relatórios organizacionais e em seus sítios eletrônicos. Em seguida, fez-se uma compilação desses resultados, em que se buscou apresentar os diferentes conceitos atribuídos à sustentabilidade, o que deveria ser sustentado e como tais visões se relacionam com os diferentes paradigmas ambientais.

4.1 Descrição dos conceitos atribuídos à sustentabilidade nas organizações

Nesta primeira parte dos resultados, são apresentados os conceitos que as organizações analisadas atribuem à sustentabilidade, a partir de uma descrição dos conteúdos relacionados à sustentabilidade apresentados em seus relatórios de sustentabilidade e, complementarmente, em seus sítios eletrônicos.

4.1.1 Banco do Brasil

Adota-se, na organização, o conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela CMMAD (1991), que o aponta como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas. Embora tal posicionamento seja colocado como uma “nova visão de mundo”, com implicações “político-sociais, econômicas, culturais e ecológicas”, que integre “as dimensões econômicas, sociais e ambientais” e constitua um desafio conjunto entre empresas, governos e sociedade civil, percebe-se certo reducionismo do papel das empresas, quando o limita às suas políticas e práticas de responsabilidade socioambiental.

O conceito de responsabilidade social adotado baseia-se naquele elaborado pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial:

a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (BANCO DO BRASIL, 2010a).

Embora se busque incorporar diferentes interesses às estratégias organizacionais, isso leva a entender que todos eles estariam expressos de alguma forma, o que pressupõe uma racionalidade perfeita de todos esses agentes. Também, atender somente àqueles interesses formalmente expressos pode não ser suficiente para que a empresa assuma uma postura sustentável, visto que o entendimento sobre esse conceito é, geralmente, reduzido.

A visão da organização aponta para a adoção da sustentabilidade como uma política organizacional que seja um “pano de fundo” no processo decisório, ponderando que esse é um cenário que ainda não foi obtido. Essa adoção representaria “estar disposto a reaprender a desenhar processos, produtos e serviços à luz de seus impactos sociais e ambientais” (BANCO DO BRASIL, 2010a). Reforça-se a ideia dos três pilares da sustentabilidade ao acrescentar que se deve “avaliar a performance organizacional não somente com base em indicadores de natureza econômica, mas complementá-los com outros que avaliem a geração de valores sociais [...] e a preservação ambiental” (BANCO DO BRASIL, 2010a).

Observa-se, assim, a adoção de uma postura organizacional que busque incorporar as mudanças que a ideia de sustentabilidade deve trazer, mas reconhecendo que ainda seria necessário um processo de “aprendizado e

construção coletiva” (BANCO DO BRASIL, 2010a). Apesar de alguns esforços em busca de uma superação de uma visão predominantemente antropocêntrica, ainda há poucas mudanças efetivas que reflitam um rompimento com essa perspectiva. Apesar de o contexto atual exigir alterações urgentes na postura organizacional, as mudanças que realmente causariam impactos ainda permanecem apenas como intenções futuras.

A relação entre responsabilidade socioambiental e sustentabilidade é reforçada quando se afirma que:

a postura de responsabilidade socioambiental [...] tem como premissa a crença na viabilidade de se conciliar o atendimento aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, mediante o estabelecimento de relações eticamente responsáveis com seus diversos públicos de interesse, interna e externamente (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 105).

Essa afirmação também tem problemas relacionados à ideia de desenvolver negócios sustentáveis, isso porque se tornou comum a oferta de produtos ou serviços ditos socialmente e/ou ambientalmente sustentáveis, ainda que as organizações, como um todo, não tenham nenhum compromisso com sua sustentabilidade. Mais do que desenvolver negócios sustentáveis, as organizações poderiam estar mais voltadas a se tornar sustentáveis, ou o mais próximo possível disso.

Indica-se, continuamente, no discurso organizacional, um compromisso com o desenvolvimento sustentável, por meio de declarações como: a organização se compromete, entre outras coisas, a “estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 408); a organização assumiu publicamente “o compromisso com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável de seus negócios” (BANCO DO

BRASIL, 2010a); se propôs a cumprir “um papel indutor fundamental na busca de um desenvolvimento sustentável que pressuponha a responsabilidade com a preservação ambiental e uma contínua melhoria no bem estar social” (BANCO DO BRASIL, 2010a).

Porém, tais compromissos não são acompanhados de explicações claras de como seria possível alcançar tal propósito. Apenas acrescenta-se que a promoção do desenvolvimento sustentável seria possível por meio da adoção de princípios que envolvam o compromisso da organização com

o fomento ao desenvolvimento sustentável; a avaliação socioambiental dos empreendimentos a serem financiados; a ecoeficiência das práticas administrativas; a evolução das políticas e práticas voltadas à sustentabilidade; e a previsão de mecanismos de monitoramento e governança dos compromissos assumidos (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 107).

Novamente, o compromisso acaba por se limitar apenas a uma busca pela adoção de princípios da sustentabilidade e à associação do conceito a outros que reduzem seu significado, como o de ecoeficiência. A ideia de que a ecoeficiência levaria à sustentabilidade é reforçada quando se afirma que “reduzir o impacto ambiental ocasionado pelas [...] atividades, por meio da indução de processos produtivos mais eficientes e contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro” (BANCO DO BRASIL, 2010a).

A ecoeficiência é, hoje, um conceito bastante difundido e que pode trazer muitos benefícios ao propor um uso mais racional dos recursos naturais e a redução do impacto causado pelas organizações. Contudo, ela pode ser considerada apenas complementar à sustentabilidade, mas nunca sinônimo desta. Isto porque uma organização que faça um uso eficiente dos recursos naturais pode estar sendo ecoeficiente, gerando uma redução de seu impacto sobre o ambiente e de seus próprios custos, porém, sem que sua atuação possa se

sustentar ao longo do tempo em termos ambientais, sociais ou econômicos. Assim, a ecoeficiência pode ser considerada, no máximo, um caminho para se chegar à sustentabilidade ou uma prática adotada por organizações com preocupações socioambientais, mas não sinônimo de sustentabilidade.

Todas as práticas adotadas pelo programa de ecoeficiência da organização geram resultados positivos na redução de seus impactos ambientais e na intensidade no uso de recursos, como é o caso de suas políticas:

reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa por meio do consumo racional de recursos como água, energia, papel e viagens aéreas; reutilizar materiais, sem o comprometimento da qualidade dos serviços, como o verso dos papéis no processo de impressão e os cartuchos de impressoras; reciclar ou destinar à reciclagem o que pode ser reaproveitado, como papel, plástico, vidro, metal e equipamentos de informática (BANCO DO BRASIL, 2010a).

No lugar de se misturar os conceitos de ecoeficiência e sustentabilidade, o discurso organizacional poderia ser construído de modo a esclarecer tais conceitos e apontar as diferenças entre eles, o que está sendo feito nesses aspectos e o que se pretende melhorar.

A ideia de se associar a sustentabilidade à ecoeficiência é novamente retomada no código de ética da organização, no qual se afirma que, para atingir seus objetivos, a organização “deve incluir o respeito às pessoas, ao meio ambiente e às instituições” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 105), o que seria possível por meio de acordos e compromissos “que reafirmam sua preocupação com a sustentabilidade dos negócios e com o desenvolvimento saudável das pessoas, das empresas e dos projetos que apoia” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 107). Esses acordos preveem, entre outras coisas, “a avaliação dos empreendimentos a serem financiados” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 107), limitando-se, contudo, ao que é legalmente exigido pela legislação ambiental

vigente, e “a ecoeficiência das práticas administrativas” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 107). A ideia de avaliar os empreendimentos que financia, apesar de ser positivo por buscar expandir as preocupações com os impactos socioambientais às organizações com as quais se relaciona, pode também externar as responsabilidades com os impactos, tirando o foco dos impactos causados por suas próprias atividades.

No discurso da organização também se associa a sustentabilidade à “gestão da ética corporativa”, explícito no trecho:

a gestão da ética corporativa [...] também se relaciona – pragmaticamente – com a tríade de sustentabilidade (social, ambiental e econômica), com a imagem da empresa, exigências de stakeholders, obtenção de certificações e, no limite, com a ampliação da capacidade das organizações realizarem negócios e gerar resultados (BANCO DO BRASIL, 2010a).

Essa construção buscou agregar tantos fatores que tornou seu conteúdo confuso. Além disso, pareceu ser muito mais associado à imagem que a organização pretende transmitir do que à sua ética.

Os investimentos sociais da organização têm como objetivo declarado “eliminar a fome e a pobreza extrema no mundo” (BANCO DO BRASIL, 2010a), bem como “promover a sustentabilidade do planeta” (BANCO DO BRASIL, 2010a). Vários investimentos são destacados no discurso e, embora indiquem engajamento em ações que incentivem o desenvolvimento social, não se esclarece sobre como eles podem levar à sustentabilidade. A associação entre sustentabilidade e investimentos sociais além de, novamente, tornar a busca da sustentabilidade externa à organização e suas práticas, também se afasta do significado original da ideia de sustentabilidade. Outras ações também associadas à sustentabilidade no discurso organizacional se resumem, na verdade, a ações filantrópicas, como arrecadação de alimentos e geração de

empregos temporários, entre outros. Embora ações filantrópicas sejam medidas paliativas que podem trazer resultados diretos e imediatos, não contribuem, em médio ou longo prazo, para a solução dos problemas sociais que visam solucionar.

No discurso, a sustentabilidade é relacionada, ainda, ao desempenho financeiro da organização. Esse posicionamento pode ser observado no trecho em que se diz que a organização “reforça sua preocupação com a sustentabilidade por meio da atuação comprometida com a rentabilidade dos negócios e com o planeta” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 2). Esse aspecto é recorrente quando se busca apresentar, de forma integrada, os desempenhos econômico-financeiro, social e ambiental. Contudo, essa integração fica comprometida quando se observa que o espaço destinado a cada um desses fatores não é o mesmo, prevalecendo, em grande medida, os resultados econômico-financeiros. Logo no início do relatório de sustentabilidade, foi ressaltado o lucro líquido obtido no exercício, o retorno sobre o patrimônio líquido e quanto foi distribuído aos acionistas. Embora se ressalte que esses resultados foram obtidos de “maneira sustentável, buscando alinhar resultados econômicos com uma atuação socioambiental correta” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 16), não há muita clareza sobre como essa atuação socioambiental possa garantir a sustentabilidade organizacional.

Para reforçar a ideia de que a organização se preocupa com a sustentabilidade, foi elaborado um documento estratégico que contém “os compromissos assumidos pela administração para o desenvolvimento sustentável” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 31), que norteariam “as decisões da Empresa em todas as esferas e níveis decisórios” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 31). Nesse documento, afirma-se que a intenção estratégica da organização é:

conciliar o atendimento aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ambientalmente sustentáveis, mediante a incorporação daqueles princípios a seus produtos, serviços, negócios e rotinas administrativas. [A organização tem] interesse em contribuir para o desenvolvimento de um novo sistema de valores para a sociedade, que tem como referencial maior o respeito à vida humana e ao meio ambiente, condição indispensável à sustentabilidade da própria humanidade (BANCO DO BRASIL, 2010a).

Contudo, esse documento resume-se a intenções que não são associadas às práticas organizacionais ou a alguma meta. Os objetivos da organização com foco no desenvolvimento sustentável são resumidos em três principais: “implementar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável”; “financiar atividades de geração de trabalho e renda e de inclusão social” e “financiar atividades e tecnologias ambientalmente adequadas” (BANCO DO BRASIL, 2010a). Embora se trate de uma organização que oferece serviços financeiros, sendo a concessão de crédito um de seus principais produtos, essa postura sugere que a responsabilidade de buscar práticas mais sustentáveis não cabe à organização em si, mas a terceiros. Ela não aponta qualquer compromisso individual na busca da sustentabilidade, mas apenas assume um papel de financiar organizações cujos propósitos poderiam ser associados, de alguma forma, à sustentabilidade. Porém, como ela também financia organizações que não têm qualquer preocupação nesse sentido, visto que não há restrições a elas na concessão de créditos, não se observa uma mudança da postura organizacional, mas apenas a inclusão de alguns itens no discurso da organização.

Quando se avalia o que a organização apresenta como realizado em termos de sustentabilidade, observa-se que ela se limita a apontar poucos exemplos, que se encontram pouco articulados com a busca efetiva da sustentabilidade. Isso acontece quando ela apresenta suas “parcerias”, cujos

objetivos apontados são

gerar trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando a viabilidade das iniciativas em suas dimensões econômica, social e ambiental, propiciando resultados economicamente positivos com práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental das comunidades. [Essas parcerias promovem] estratégias [...] de articulações com os diferentes agentes que se fazem presentes, de forma direta ou indireta, em uma atividade produtiva selecionada, buscando uma atuação sinérgica e ética em prol do desenvolvimento sustentável da área enfocada (BANCO DO BRASIL, 2010a).

São apontados também, como objetivos de suas prática,

aumentar o valor agregado e diminuir os custos dos produtos de micro e pequenas empresas, [...] garantir a longevidade das empresas, [...] o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas, [...] promover o desenvolvimento das regiões onde atua, [...] estimular os envolvidos a criarem soluções e conduzir o desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, agregando assistência técnica, novas tecnologias, capacitação, consultoria, em todos os elos da cadeia de valor (BANCO DO BRASIL, 2010a).

Nesse processo, a organização “estimula os atores sociais a se apropriarem da metodologia [...] e a conduzirem o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade” (BANCO DO BRASIL, 2010a). Isso seria feito de uma forma na qual seus parceiros “organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar as ações planejadas - além de monitorá-las - e ainda pela avaliação de todo o processo” (BANCO DO BRASIL, 2010a). Essas parcerias reforçam, mais uma vez, a ideia de tornar externa à organização as ações que visam a sustentabilidade.

Dentre os serviços com “atributos socioambientais” oferecidos pela

organização estão “as linhas de crédito para financiamento ao agronegócio que estimulam o uso sustentável dos recursos naturais” (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 110). Contudo, quando a organização esclarece sua participação nesse processo, ela se limita a explicitar a evolução dos investimentos destinados a essas estratégias nos últimos anos. Não explicar como, efetivamente, se pretende alcançar esses objetivos atrelados à sustentabilidade traz dúvidas quanto ao funcionamento dessas estratégias, principalmente porque relatar unicamente os recursos financeiros destinados a elas faz parecer que seriam suficientes para a sua realização. Esses financiamentos passam, então, a se assemelhar a qualquer outro oferecido pela organização.

Além disso, esses financiamentos não são oferecidos com base unicamente no seu compromisso com a sustentabilidade. No discurso da organização há relatos de que

emprega as mais modernas ferramentas estatísticas para avaliar o risco de seus clientes [...]. Essas metodologias fazem a inadimplência [...] ser inferior à média do sistema financeiro nacional e dão sustentação ao crescimento [de seus lucros] (BANCO DO BRASIL, 2010b, p. 93).

Dessa forma, embora a organização apresente seu apoio a empreendimentos sustentáveis, ela deixa claro que a análise de risco desses negócios não se relaciona à sua finalidade, mas, principalmente, à possibilidade de gerar perdas financeiras à organização.

4.1.2 Fundação Bradesco

No relatório dessa organização, que tem sua atuação ligada à educação, aponta-se como um dos temas centrais a inovação. Em seu discurso, afirma-se que “inovar é [...] buscar o novo, fazer algo diferente do que sempre se fez. Em

seu sentido mais filosófico, inovar pode significar também transformar, mudar o que está conformado para fazer melhor” (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010b, p. 4). Complementa-se tal direcionamento afirmando-se que “poucas coisas transformam mais e para melhor a vida de um indivíduo do que a educação” (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010b, p. 4). A visão da organização está focada na necessidade de transformações, sendo a educação apontada como necessária para isso. Acrescente-se, ainda, que “inovar é também combinar inteligência com sensibilidade a serviço de uma educação cidadã e sustentável” (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010b, p. 6). Nesse trecho, a organização relaciona a sustentabilidade à educação, apontando para a ideia de uma educação sustentável.

O discurso organizacional indica também oito compromissos assumidos pela empresa:

[1] com os funcionários e colaboradores, a partir da criação e de um ambiente de trabalho saudável, com oportunidades de crescimento profissional e promoção pessoal e formação continuada; [2] com os públicos beneficiados, disponibilizando os melhores recursos tecnológicos, modelos pedagógicos eficazes, estruturas de apoio de qualidade e programas educacionais que atendam às necessidades de crianças, jovens e adultos, em sintonia com o mundo moderno e respeitando as diferentes realidades regionais; [3] com as comunidades, participando ativamente da vida delas e assumindo responsabilidade pelo seu desenvolvimento sustentável; [4] com o meio ambiente, por meio de atividades e práticas que educam alunos e comunidades para uma compreensão dos problemas ambientais do seu entorno e para uma mudança de atitudes que podem fazer a diferença em favor de uma relação mais equilibrada com o Planeta; [5] com as políticas públicas que interessam ao conjunto da sociedade, interagindo com os governos, nos três níveis, e colocando à disposição deles, para benefício público, o seu conhecimento, seus modelos e produtos educacionais; [6] com a diversidade, por meio de atividades que visam estimular nos alunos e nas comunidades o respeito às diferenças como principal

instrumento para a construção de uma sociedade mais tolerante, solidária, democrática e cidadã; [7] com a ética e a transparência, a partir de uma gestão eficaz dos recursos, auditada publicamente, e compromissada com os impactos efetivos dos programas na melhoria da qualidade de vida de indivíduos e comunidades; [8] com os direitos humanos, oferecendo ao cidadão cuidado, atenção e uma educação de qualidade que lhe proporcione formação integral e acesso aos benefícios do desenvolvimento econômico (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010b, p. 6).

Assim, a organização transmite uma imagem de preocupação tanto ambiental como social, envolvendo seus públicos internos e externos. A sustentabilidade com que a organização se compromete é a do desenvolvimento das comunidades. Até mesmo pela atuação central da organização na área educacional, percebe-se forte ênfase social, visto ser tema de sete dos oito compromissos da organização. O tema ambiental apareceu em apenas um dos compromissos da organização.

O discurso aborda também diretrizes da educação para o desenvolvimento sustentável:

[1] promover e aprimorar a qualidade da educação: a formação continuada — aquisição de conhecimentos, competências e valores — como forma de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos; [2] adaptação de currículos: do ensino infantil ao profissional, a educação deve se voltar ao desenvolvimento de conhecimento, ideias e valores necessários para construção de um mundo sustentável; [3] aumento da consciência acerca da sustentabilidade: gerar o entendimento, mobilização local, nacional e global pelo desenvolvimento sustentável; [4] educação da força de trabalho: formação contínua de profissionais a fim de acelerar a adoção de novos padrões de produção e consumo (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010b, p. 7).

A segunda e a terceira diretrizes fazem referências à sustentabilidade. A segunda diretriz trata de um mundo sustentável, que seria possível a partir da

educação. Na terceira, refere-se ao desenvolvimento sustentável, possibilitado por uma maior consciência acerca da sustentabilidade. Dessa forma, aponta-se para a necessidade de uma maior participação social na busca da sustentabilidade.

A ideia de que os princípios da sustentabilidade devem permear não apenas o ambiente escolar, como também toda a sociedade, é reforçada no trecho: “a ênfase na noção de interdependência e no respeito à diversidade, dois pilares do conceito de sustentabilidade, contribui para reforçar uma visão de mundo cidadã que orientará as relações dentro e fora da escola” (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2010b, p. 12). Desse modo, a organização transmite a noção de que a busca pela sustentabilidade é um processo que depende da participação coletiva.

O que mais diferenciou o discurso da Fundação Bradesco do discurso das demais organizações foi a menor utilização do termo “sustentabilidade” ou outros correlatos. Como essa organização já tem sua fonte de recursos definida, não precisou criar um discurso para atrair e manter seus investidores, assim como não buscou justificar suas atividades. Seu discurso teve como foco central uma descrição das principais atividades realizadas pela organização, sem se preocupar em transmitir uma boa imagem a qualquer custo. Contudo, também a Fundação Bradesco não fez um relato dos recursos utilizados e dos resíduos descartados.

4.1.3 Natura

Em seu sítio eletrônico, a organização afirma que sustentabilidade pode ser conceituada como:

assegurar negócios bem sucedidos no longo prazo, que por atender aos interesses dos públicos de relacionamento

(stakeholders) tenham seu apoio e engajamento (busca de fidelização); contribuir de forma consistente para transformação da sociedade em direção ao desenvolvimento sustentável, criando um modelo de negócios que alie o crescimento econômico às necessidades sociais e ambientais (NATURA, 2010a).

Neste trecho, quando se fala em sustentabilidade, refere-se, unicamente, àquela do negócio da organização, o que demonstra uma visão individualista. De forma similar, atender aos interesses dos *stakeholders* para obter sua fidelização pode ser mais interessante para a própria organização do que para esses públicos. Além disso, o pilar econômico do desenvolvimento sustentável não deve se resumir ao crescimento das economias, visto que deve envolver outros aspectos. Quando explica como seria possível obter sustentabilidade, afirma-se que isso ocorreria por meio de

líderes conscientes e genuinamente interessados pelas questões ambientais e pelo desenvolvimento econômico e social”, “estratégias e iniciativas inovadoras e processos robustos, que permitam acompanhar a evolução de nossa performance (NATURA, 2010b, p. 7).

Afirmar que a sustentabilidade seja obtida a partir de líderes pode indicar certa centralização desse processo, que poderia ser participativo e coletivo. A inovação também não pode ser vista como suficiente para se obter sustentabilidade da organização, já que nem toda inovação tem esse propósito.

Na declaração da crença da organização, são feitas afirmações ligadas às relações de interdependência, valorização da paz, solidariedade e vida, busca de aperfeiçoamento e compromisso com a verdade e com a diversidade. Aponta-se que o valor de uma empresa e sua longevidade “estão ligados à sua capacidade de contribuir para a evolução da sociedade e seu desenvolvimento sustentável” (NATURA, 2010b, p. 3). Nesse trecho busca-se transmitir uma imagem de

comprometimento da organização com o desenvolvimento sustentável da sociedade, o que é reforçado em seu perfil, no qual se aponta que a organização busca “a criação de valor sustentável por meio da construção de relações de qualidade com a sociedade” (NATURA, 2010b, p. 5). Assim, o foco nas relações de interdependência e na solidariedade é fundamental para que se busque um comportamento mais sustentável. No relatório de sustentabilidade, afirma-se que a

crise pode significar o início de uma profunda mudança no processo civilizatório, um novo ciclo de lenta e inexorável reversão das ameaçadoras perspectivas para a vida futura na Terra pela via da sustentabilidade (NATURA, 2010b, p. 4).

Esse posicionamento sugere que a sustentabilidade seja uma nova perspectiva, pela qual se poderia orientar um processo de mudança mais profunda, o que reflete a compreensão da necessidade de mudanças. Reafirma-se tal visão ao expor a convicção de que “é imprescindível uma mudança radical no atual modelo de desenvolvimento” (NATURA, 2010b, p. 7). Essa mudança seria possível pela constatação de que “a crise econômica pode revelar enormes oportunidades ligadas à sustentabilidade, motivando a criação de uma nova sociedade comprometida com o uso equilibrado dos recursos naturais e maior justiça social e inclusão” (NATURA, 2010b, p. 7). Contudo, a crise, por si só, não parece ser suficiente para impulsionar todas essas mudanças, da maneira como é colocado, ainda que justiça e equilíbrio sejam ideias que possam favorecer a busca da sustentabilidade. O discurso organizacional trata também da participação da empresa nesse processo de mudança, no trecho:

somos conscientes de nosso papel nesta mudança: contribuir de forma consistente para a transformação da sociedade em direção ao desenvolvimento sustentável, criando um modelo de negócios que alie o crescimento econômico às

necessidades sociais e ambientais. Temos na inovação um dos principais pilares da nossa atuação. Por meio dela, buscamos transformar os desafios socioambientais em oportunidades [...]. Nosso objetivo é assegurar negócios bem-sucedidos no longo prazo, com líderes conscientes e genuinamente interessados pelas questões ambientais e pelo desenvolvimento econômico e social (NATURA, 2010b, p. 7).

O discurso assume um enfoque político, buscando transmitir uma imagem de comprometimento da organização no processo de mudança, o que seria possível por meio da inovação. Contudo, a inovação, por si só, não deve ser considerada capaz de tornar uma organização sustentável. Além disso, o crescimento não deve ser a ideia central do pilar econômico.

Busca-se também envolver os diferentes públicos de relacionamento para gerar valor compartilhado. Isso seria feito a partir do alinhamento das estratégias organizacionais com a visão desses públicos. Definiu-se, então, que isso pode orientar as ações socioambientais nas diferentes áreas da empresa, assim como pode tornar “mais específicas as diretrizes de sustentabilidade traçadas no planejamento estratégico [...], além de nortear a organização do conteúdo deste relatório e a própria definição de metas” (NATURA, 2010b, p. 7). A participação dos *stakeholders* foi relatada também quando se explicou a construção do relatório de sustentabilidade e a definição de metas. No relatório organizacional, ao se tratar da qualidade das relações com os diferentes públicos, afirma-se que se acredita que resultados sustentáveis são aqueles que resultam de “relações de qualidade e, por isso, buscamos manter canais de diálogo abertos com todos os públicos com quem temos contato, em um exercício contínuo de transparência” (NATURA, 2010b, p. 7). A sustentabilidade de que se trata aqui se refere à sobrevivência da própria organização seus bons resultados financeiros, sem uma perspectiva mais profunda que vá além de seu benefício próprio. Apresenta como planos da organização:

por um lado, melhorar e aumentar os investimentos em marketing, para acelerar o [...] crescimento de vendas, financiado por ganhos de produtividade, e, por outro, reforçar nossa cultura e compromisso com a sustentabilidade e promover uma evolução em nosso modelo organizacional (NATURA, 2010b, p. 13).

Nesse trecho, busca-se relacionar os resultados organizacionais em termos de aumento de vendas e ganhos à sustentabilidade, o que pode reafirmar a perspectiva individualista da sustentabilidade, buscando apenas suavizar a ideia de uma busca constante por bons resultados financeiros.

Apresentou-se também o sistema de remuneração variável da organização, vinculado ao “efetivo alcance das metas”, que estaria associado ao desempenho nas três dimensões da sustentabilidade. Para isso, utilizaram-se os indicadores: “econômico – EBITDA²⁴ consolidado e o resultado financeiro das operações internacionais; social – pesquisa de clima organizacional e pesquisa de satisfação; ambiental – o consumo de água e as emissões de carbono” (NATURA, 2010b, p. 27). Porém, os indicadores são poucos e refletem apenas alguns resultados financeiros da organização, aspectos relacionados ao público interno, representando o pilar social, e ao consumo de água e emissão de carbono, representando o pilar ambiental. Desse modo, muitos dos impactos causados pela organização não são considerados, o que limita a abrangência desses indicadores.

O discurso organizacional também aponta, como formas de inserção de princípios da sustentabilidade no dia a dia da organização, a utilização de papéis que causem menos danos ao ambiente e a substituição de certas substâncias por outras menos nocivas. Porém, tais medidas refletem a ideia de ecoeficiência, o que não é suficiente para que se tornar a organização mais sustentável. Afirma-

²⁴ Sigla em inglês de lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*).

se também que a inserção dos princípios da sustentabilidade ocorre quando se colabora com o desenvolvimento local sustentável nas áreas de atuação da organização, o que traria benefícios às comunidades, nas relações com os acionistas, investidores e analistas de mercado, que ocorreriam de forma direta, transparente e constante, e quando apoia “entidades e associações [...] que contribuem de alguma maneira para o desenvolvimento sustentável” (NATURA, 2010b, p. 47). Ao tratar os diferentes públicos envolvidos, busca-se transmitir a imagem de um bom relacionamento com todos eles. De maneira similar ao observado em outras organizações, também nesta buscou-se apoiar entidade que colabore com a sustentabilidade, tirando o foco do que a própria organização tem feito nesse aspecto.

No relatório, são tratados também os apoios e patrocínios concedidos pela organização, o que seria feito em três frentes: “desenvolvimento sustentável; fortalecimento de organizações da sociedade civil e cultura brasileira” (NATURA, 2010b, p. 46). Em seguida, afirma-se que os apoios e patrocínios buscam o alinhamento entre “investimentos em projetos institucionais” e “crenças que orientam” o comportamento empresarial, e ainda: “direcionamos nossas ações de desenvolvimento sustentável a iniciativas de consumo consciente, inclusão social e incentivo às áreas verdes urbanas” (NATURA, 2010b, p. 46). Os apoios concedidos são tratados, nesse caso, como “ações de desenvolvimento sustentável” realizadas por terceiros, o que, novamente, tira o foco do que própria organização tem feito.

Ao discutir sobre o relacionamento da organização com o meio ambiente, apresentam-se os programas de redução das emissões de gases do efeito estufa, assim como as iniciativas de compensação de carbono, por meio de apoio a “projetos de reflorestamento e de uso de energia renovável” (NATURA, 2010b, p. 48), que são selecionados por meio de editais públicos. Também se aponta que se priorizam, “como parte da gestão sustentável de resíduos, os

processos de reciclagem, incluindo a pós-consumo, e [...] novas políticas de redução do consumo de água e energia” (NATURA, 2010b, p. 48). Nesse trecho, a organização transmite a imagem de que está buscando formas de reduzir seu impacto ambiental, assim como compensar, de alguma forma, o impacto prevaiente. O programa de redução e compensação das emissões é bastante abrangente, buscando envolver todas as etapas da cadeia produtiva, incluindo extração de matéria-prima, transporte em todas as etapas e descarte dos produtos. Isso demonstra um comprometimento que não se restringe ao processo produtivo da organização, favorecendo uma visão mais integrada da cadeia produtiva e de sua geração de carbono. O gerenciamento dos resíduos sólidos gerados, também relatados, busca envolver:

as etapas de segregação, classificação, acondicionamento, coleta, transporte e destinação final. Tais atividades são planejadas e desenvolvidas priorizando ações de redução, reutilização e reciclagem dos resíduos, com o objetivo de diminuir os impactos ambientais desses processos (NATURA, 2010b, p. 53).

Contudo, a organização admite o aumento na geração de resíduos sólidos no ano em que foi elaborado o relatório e explica que “incorporamos políticas e procedimentos de gerenciamento de resíduos em todos os espaços, multiplicando as ações sustentáveis de destinação dos resíduos sólidos gerados” (NATURA, 2010b, p. 53-54). Embora tenha sido expressa preocupação com a geração e a destinação dos resíduos, não há clareza sobre como isso poderia tornar a organização mais sustentável, visto que não foi explicitado o que seriam “ações sustentáveis”. Além disso, algumas medidas estão mais associadas à ecoeficiência do que à sustentabilidade.

O discurso organizacional trata ainda do “uso sustentável de insumos da biodiversidade brasileira” (NATURA, 2010b, p. 34), que seria a principal

plataforma tecnológica da organização. Afirma-se que “o desenvolvimento das comunidades fornecedoras é fundamental para a conservação do patrimônio ambiental” (NATURA, 2010b, p. 34). É visto como um desafio manter esses relacionamentos, o que teria sido assumido “há alguns anos, com o propósito de incentivar a conservação ambiental e valorizar o conhecimento tradicional” (NATURA, 2010b, p. 34). A organização apresenta a preservação da biodiversidade como necessário, mas o associa diretamente ao uso que a própria organização faz dessa, o que indica uma preocupação individualista.

Acrescenta-se que se pretende “transformar a relação comercial com os fornecedores em parcerias para práticas empresariais sustentáveis” (NATURA, 2010b, p. 35) e que eles devem estar

comprometidos com um modelo de produção sustentável e com o fortalecimento do próprio grupo, estar formalizados juridicamente como cooperativa ou associação e demonstrar capacidade gerencial e administrativa (NATURA, 2010b, p. 35).

As exigências feitas aos fornecedores da organização envolvem, como contrapartida por parte da organização, procurar “incentivar a produção com modelos agroflorestais, a criação de fundos de desenvolvimento comunitários, a construção de cadeias de valor de preço justo e a remuneração do conhecimento tradicional” (NATURA, 2010b, p. 7).

Complementa-se que se pretende direcionar “esforços para melhorar a relação comercial com os fornecedores rurais e influenciar na adoção de práticas empresariais sustentáveis, conforme as potencialidades de cada comunidade” (NATURA, 2010b, p. 35) e que os recursos destinados às comunidades fornecedoras ocorrem

pelo fornecimento de matéria-prima; pela repartição de benefícios pelo acesso ao patrimônio genético ou

conhecimento tradicional associado; pelo uso de imagem; e em fundos e convênios para promover o desenvolvimento sustentável (NATURA, 2010b, p. 44).

O relacionamento com os fornecedores buscou apontar a utilização dos recursos naturais com preocupação com os impactos sociais e ambientais causados. Contudo, tal relacionamento parece incentivar uma relação de grande dependência dos fornecedores para com a organização, o que levanta questões sobre que alternativas de inserção na economia essas comunidades teriam e que incentivos elas recebem quando deixam de fornecer insumos à organização.

4.1.4 Vale

No início do relatório, afirma-se que a missão da organização é transformar recursos em “riqueza e desenvolvimento sustentável” (VALE, 2010b, p. 3). Complementa ainda afirmando que mantém “sua estratégia de desenvolvimento sustentável e reiterou seu compromisso com a transparência, não apenas de resultados financeiros, mas também de seu desempenho socioambiental” (VALE, 2010b, p.5). Contudo, tais afirmações são sempre acompanhadas dos resultados financeiros da empresa, especialmente seus faturamentos e lucros, o que evidencia uma ênfase muito maior na produção de riqueza do que com a sustentabilidade.

Esse posicionamento é reforçado quando afirma que as informações apresentadas no relatório de sustentabilidade da organização:

trazem, além dos resultados e práticas [...], também os desafios na busca contínua do desenvolvimento sustentável. [...] permanece atenta à evolução dos temas críticos do nosso tempo e comprometida com o engajamento com os setores público e privado e com a sociedade civil na busca de soluções para os desafios que a empresa enfrenta (VALE, 2010b, p. 5).

Ou seja, há grande preocupação com temas que comprometam a atuação da própria organização, mas nenhuma referência a desafios que afetem a comunidade em que atua, o país ou o planeta como um todo. Essa é uma visão bastante individualista, que reduz a ideia de desenvolvimento sustentável à continuidade apenas dessa organização.

Embora, em certos momentos, se afirme que há um “compromisso de conciliar os objetivos de crescimento e de geração de valor para nossos acionistas com a construção de um legado social, econômico e ambiental nas regiões onde operamos” (VALE, 2010b, p. 6), acrescenta-se, em seguida, que se manteve a “liderança na criação de valor para o acionista entre as grandes empresas globais” (VALE, 2010b, p. 7) e aponta-se o retorno dos investidores. Ressaltam-se constantemente os resultados que interessem aos investidores, enquanto não há números ou fatos que representem qual seria o “legado social, econômico e ambiental” (VALE, 2010b, p. 64) deixados às comunidades. Sobre a criação de valor, afirma-se também que “além dos mecanismos diretos e indiretos de distribuição de riquezas, como pagamento de impostos, salários e benefícios, compra de produtos e serviços” (VALE, 2010b, p. 64) são realizados também “investimentos sociais em projetos que trazem benefícios para a comunidade local” (VALE, 2010b, p. 67). Ou seja, fala-se mais da remuneração devida pelo próprio funcionamento da organização, como os impostos e os salários, do que dos investimentos sem relação direta com suas atividades.

Reforça-se essa visão reducionista no trecho em que se reafirma o compromisso com o desenvolvimento sustentável:

sabemos que ele se traduz numa busca permanente pelo aprimoramento. Nessa busca concentramos nosso empenho porque acreditamos ser a rota que nos conduzirá à liderança global [...]. Desenhamos um caminho claro para o nosso

crescimento, em conjunto com a sociedade (VALE, 2010b, p. 7).

A sustentabilidade é relacionada ao crescimento e à liderança da organização, de modo que esta se resumiria a um atributo para proporcionar vantagem competitiva à empresa. Não há, nesses trechos, quaisquer referências sobre o que a organização faz para se tornar mais sustentável, mas apenas sobre o que a sustentabilidade pode fazer pela organização, visão que inverte o relacionamento entre sustentabilidade e organização.

O conceito de sustentabilidade também é relacionado à responsabilidade socioambiental nos trechos:

[1] responsabilidade Econômica, Social e Ambiental – reconhecemos e agimos no sentido de que estas dimensões (econômica, social e ambiental) estejam sempre em equilíbrio, de modo a promover o desenvolvimento e garantir a sustentabilidade; [2] além de realizar investimentos consistentes em projetos socioambientais, elaboramos a Política de desenvolvimento sustentável, documento global que estabelece nossos objetivos, diretrizes e princípios, fundamentada em três pilares: operador sustentável, catalisador do desenvolvimento local e agente global de sustentabilidade; [3] visam garantir o alinhamento entre nossa estratégia de sustentabilidade e o planejamento de nossos negócios, com os objetivos comuns de superar os desafios locais e globais e de construir, assim, um legado para toda a sociedade (VALE, 2010b, p. 7).

Embora se busque amenizar as preocupações individualistas nestes trechos, a sustentabilidade ainda é apresentada de forma muito limitada, associada unicamente aos investimentos socioambientais da organização e à utilização de alguns indicadores. Ao explicar o que indicam esses pilares, afirma-se, sobre o operador sustentável:

operar com sustentabilidade é atuar com consciência e responsabilidade socioeconômica e ambiental em todo o ciclo de vida das nossas atividades – desde a concepção até a implantação de todos os projetos – e em todos os atos posteriores de operação e comercialização, até o eventual encerramento das operações. É criar **VALOR** (VALE, 2010b, p. 11).

E acrescenta-se, utilizando as letras de “valor”: “**V**alor para *stakeholders* (partes interessadas); **A**ntecipação e prevenção de falhas; **L**egislação como base: melhoria contínua; **O**rganização e disciplina e **R**espeito e ética nos negócios” (VALE, 2010b, p. 11). Consciência e responsabilidade sócio-econômica-ambiental são associadas à sustentabilidade, como se essa postura fosse suficiente para tornar a organização sustentável. Já no jogo com as letras, não se pode encontrar qualquer ideia que vá além do cumprimento da legislação ou de ações que beneficiem a própria organização.

Sobre o segundo pilar, relata-se:

como catalisador do desenvolvimento **LOCAL**, queremos ir além da gestão dos impactos de nossas operações e projetos, contribuindo voluntariamente e por meio de parcerias com governo e sociedade para a construção de um legado regional de sustentabilidade (VALE, 2010b, p. 11).

Complementa-se com uma construção com as iniciais de “local”:
“**L**icença social; **O**rdenação para o desenvolvimento; **C**omunicação e engajamento; **A**lianças estratégicas; **L**egado regional” (VALE, 2010b, p. 11). Novamente, as noções aqui apresentadas estão muito mais relacionadas à atuação socioambiental da organização e às suas contribuições voluntárias e parcerias. Não há qualquer referência sobre o que é feito pela sustentabilidade de sua atuação. Também a construção com as iniciais de “local” não revelam qualquer atitude que vá além daquelas que geram benefícios para a organização.

O último pilar, o “agente global de sustentabilidade”, é assim explicado:

a atuação **GLOBAL** parte do reconhecimento de que determinados temas globais de sustentabilidade podem afetar nossos negócios e de que a [organização] – como uma das empresas líderes globais no setor [...] – pode contribuir para a promoção internacional de boas práticas de sustentabilidade (VALE, 2010b, p. 11).

Com as iniciais de “global”, acrescentou-se: “**G**arantia de transparência; **L**iderança; **O**bservação de tendências; **B**oas práticas; **A**tuação local, **V**isão global; **L**egado para gerações futuras” (VALE, 2010b, p. 11). De maneira similar ao que já foi apresentado, a organização levanta a questão sobre como a sustentabilidade pode afetar seus negócios, e não o oposto. Em seguida, busca apresentar uma imagem de que a organização seria capaz de promover “boas práticas de sustentabilidade”, o que se resumiria, de acordo com o que se relatou a partir das iniciais de “global”, a seus próprios resultados e imagem.

Ao tratar sobre a geração de “valor sustentável para as pessoas e as regiões” em que se atua, aponta-se:

o desenvolvimento sustentável é atingido quando seus negócios [...] geram valor para seus acionistas e demais partes interessadas. Atuamos com o objetivo de construir um legado social, econômico e ambiental positivo nos territórios onde operamos, por meio de uma gestão consciente e responsável, realizando ações empresariais voluntárias e em parceria com os diversos níveis de governo, instituições públicas, outras empresas e a sociedade civil (VALE, 2010a).

Nessa afirmação, o desenvolvimento sustentável está associado à criação de valor, o que descaracteriza a ideia de sustentabilidade, visto ser a criação de valor uma preocupação que se restringe aos acionistas da organização. Além disso, realizar ações voluntárias não levam, necessariamente, à sustentabilidade. Acrescenta-se, ainda:

criamos valor para nossas partes interessadas ao proporcionar o maior retorno possível aos acionistas, ao manter relações e condições justas de trabalho para empregados e contratados e ao buscar parcerias de longo prazo com fornecedores que tragam ganhos para ambas as partes. Buscamos, ainda, garantir maior confiabilidade de suprimento e de valor de uso para nossos clientes, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, das regiões e dos países onde operamos, mantendo relacionamento e diálogo permanentes e abertos com nossos stakeholders (VALE, 2010b, p. 12).

A organização mantém seu foco nos bons relacionamentos com acionistas, por meio de uma remuneração atrativa, e com seus empregados e fornecedores. Dessa forma, os benefícios vão ser maiores para a própria organização. Com os clientes, busca aumentar o “valor de uso” de seus produtos, o que também aumentaria a demanda pelos mesmos, resultando no aumento das receitas da empresa. Sobre os relacionamentos com os demais públicos, não há referência sobre como se “cria valor”. Há, assim, forte enfoque individualista. Os vagos compromissos para se obter sustentabilidade também não são bem definidos ou têm prazos previstos, visto que se afirma: “nossa estratégia de sustentabilidade busca a concretização dos nossos compromissos com a sociedade, em longo prazo” (VALE, 2010b, p. 10).

A sustentabilidade também é relacionada à governança corporativa, que é apontada como “fio condutor de sustentabilidade” (VALE, 2010b, p. 19). Acrescenta-se, ainda: “nossa governança corporativa está estruturada para atender a demandas globais e promover os nossos valores” (VALE, 2010b, p. 19) e que a análise dessas práticas visa evitar que “ocorram conflitos de interesses entre a [organização] e seus acionistas ou administradores” (VALE, 2010b, p. 19). Embora as boas práticas de governança corporativa sejam positivas por permitirem um melhor relacionamento entre a organização e seus

diferentes públicos, ela não é suficiente para proporcionar sustentabilidade das operações da organização.

4.1.5 Bradesco

No início do relatório de sustentabilidade, aponta-se que a organização vem apresentando, “ao longo de sua trajetória, preocupação com a educação, o meio ambiente e o desenvolvimento do País, mesmo quando ainda não se falava em conceitos como desenvolvimento sustentável” (BRADESCO, 2010b, p. 2). Busca-se, então, transmitir uma ideia de que o comprometimento da organização com esses fatores já existe há cerca de 60 anos. O compromisso com o desenvolvimento sustentável é reforçada no seguinte trecho:

queremos continuar trilhando o caminho da sustentabilidade e do desenvolvimento do País, oferecendo aos nossos clientes e demais usuários as melhores soluções, com qualidade, inovação e responsabilidade, e convidamos todos os que se relacionam com nossa Organização – funcionários, clientes, fornecedores, acionistas, governos, comunidades, ONGs e a sociedade – a seguir conosco na busca constante por um mundo melhor (BRADESCO, 2010b, p. 5).

A busca de transmitir a imagem de que há uma forte interação entre a organização e seus diferentes públicos é reforçada pela ideia de que a organização busca responder às demandas da sociedade de ter acesso a serviços e produtos bancários e às suas cobranças por compromissos socioambientais. Essas respostas viriam por meio da incorporação de novas práticas de gestão à estratégia comercial e aos negócios, que têm como orientação três grandes pilares: “Finanças Sustentáveis, Gestão Responsável e Investimentos Socioambientais” (BRADESCO, 2010b, p. 2). No caso das “finanças sustentáveis”, afirma-se que é possível

com o foco em facilitar o acesso da população aos serviços financeiros, ampliar a oferta de crédito de forma responsável e manter uma carteira de produtos e serviços com qualidade e que levem em conta critérios socioambientais” (BRADESCO, 2010b, p. 8).

O que se busca, nessa situação, é muito mais a ampliação da oferta de serviços do que na utilização de algum critério socioambiental para concessão de crédito. Esse posicionamento e a busca de benefícios unicamente econômicos são reforçados ao se afirmar que: “Acreditamos que, quanto mais pessoas tiverem acesso ao sistema bancário, maiores as possibilidades de desenvolvimento da economia” (BRADESCO, 2010b, p. 8).

Em outro momento, aponta-se que as finanças sustentáveis dependem de iniciativas como a

inclusão bancária (acesso de cada vez mais pessoas aos serviços bancários), utilização de critérios socioambientais nas análises de concessão de crédito e oferta de uma diversificada gama de produtos socioambientais, abrangendo linhas de crédito, investimentos, cartões, seguros, títulos de capitalização e previdência (BRADESCO, 2010b, p. 2).

O que se aponta como sustentável está muito mais ligado aos serviços por ela oferecidos do que a alguma mudança efetiva em seus processos. E, mesmo esses serviços, podem ser muito mais associados à ampliação do número de clientes da organização do que à utilização de critérios socioambientais, que são restritos a apenas financiamentos de grandes empreendimentos.

O segundo pilar que aparece no discurso organizacional é a “gestão responsável”, que se busca “com ênfase na valorização e no desenvolvimento dos funcionários, na melhoria do ambiente de trabalho e na preservação e conservação do meio ambiente” (BRADESCO, 2010b, p. 8). Nesse ponto,

ênfatiza-se o papel da organização com rela o ao seu público interno, em detrimento da sociedade como um todo. Por outro lado, busca sugerir preocupa es com o ambiente.

Por fim, o terceiro pilar trata dos “investimentos socioambientais”, que ocorreriam “com o direcionamento de apoiar o desenvolvimento humano no que tange a educa o, meio ambiente, cultura e esporte” (BRADESCO, 2010b, p. 8). Esse enfoque trata unicamente dos investimentos financeiros da organiza o nesses quesitos, sem men es aos resultados desses investimentos ou como eles podem ser sustentáveis. Além disso, associar a sustentabilidade a a es socioambientais faz com que essa seja vista como externa   organiza o, deixando   parte a necessidade de envolvimento dos processos organizacionais.

Aponta-se também que esses três pilares, que orientam a organiza o, surgiram com base em seus valores e sua crença na força da economia nacional. Ao discutir esses valores, ressalta-se, como um deles, a “responsabilidade socioambiental, com promo o e incentivo de a es para o desenvolvimento sustentável” (BRADESCO, 2010b, p. 5). Também nessa organiza o a sustentabilidade foi relacionada   responsabilidade socioambiental, como se tal comportamento fosse suficiente para que a empresa se tornasse sustentável.

O conceito atribuído   sustentabilidade na organiza o também se torna bastante incompleto quando se relaciona sustentabilidade   rentabilidade. Isso ocorre, por exemplo, no trecho:

buscamos, de forma permanente, incluir a sustentabilidade em nosso dia-a-dia e em nossas práticas empresariais. Nossa estratégia comercial está voltada para, crescentemente, aumentar o valor da Organiza o (BRADESCO, 2010b, p. 6).

Tal afirma o d  a entender que se poderia chegar a um comportamento sustentável apenas pelo aumento de valor da organiza o, o que poderia garantir

apenas sua rentabilidade financeira.

Aponta-se ainda que, para fortalecer o “posicionamento estratégico em sustentabilidade” (BRADESCO, 2010b, p. 7) da organização, todas as ações socioambientais foram reunidas, o que, novamente, associa a ideia de sustentabilidade à de ações socioambientais. Essa atuação está diretamente ligada a um comitê, que monitora as “ações sustentáveis”, subordinado à Diretoria de Relações com o Mercado, que atua “fortemente no monitoramento de ações e na conscientização dos funcionários” (BRADESCO, 2010b, p. 8). Nesse trecho, as ações socioambientais da organização são relacionadas à imagem que ela transmite aos seus investidores.

Quando se trata de como a organização dissemina a “cultura da sustentabilidade” entre seus funcionários, afirma-se que “uma grande ação de sensibilização e disseminação” (BRADESCO, 2010b, p. 9) desta cultura foi feita através de “uma competição educativa de perguntas e respostas” (BRADESCO, 2010b, p. 9). Assim, a disseminação dessas ideias foi medida, unicamente, pelo número de perguntas sobre os conceitos e práticas ligadas à sustentabilidade que cada funcionário acertou. Como havia sido disponibilizado a eles, anteriormente, materiais de apoio, especialmente aqueles que tratavam do que era posto em prática na própria organização, pode-se considerar que foi difundido apenas o conhecimento dos procedimentos adotados pela própria organização, deixando de lado muitas práticas ligadas à sustentabilidade. Isso é reforçado também em outros treinamentos que ocorrem na organização e nas “ações de comunicação interna”, que constituem “um ponto de disseminação das premissas e das iniciativas em prol da sustentabilidade” (BRADESCO, 2010b, p. 9-10). As práticas adotadas pela organização são apresentadas, nesse caso, e difundidas entre seu público interno como sustentáveis.

No discurso organizacional também se relaciona sustentabilidade à filantropia, quando seu discurso trata do segmento de cartões. Afirma-se que foi

a primeira organização “a promover iniciativas em relação à sustentabilidade. Repassamos para entidades filantrópicas...” (BRADESCO, 2010b, p. 23). Assim, sugere-se que auxiliar financeiramente entidades filantrópicas seria uma iniciativa de promoção da sustentabilidade, o que reduz o significado desse conceito. De maneira similar, um título de capitalização apresenta como objetivo gerenciar os recursos arrecadados de forma sustentável, é visto como um “instrumento de inclusão bancária, porque estabelece um vínculo constante com o cliente, que precisa fazer aportes mensais para participar dos sorteios e ajudar a causa escolhida” (BRADESCO, 2010b, p. 28). A sustentabilidade que se defende nesse trecho é, unicamente, a da rentabilidade do fundo, sem qualquer preocupação social ou ambiental. Já a inclusão bancária se resume, neste trecho, a atrair e manter clientes com recursos disponíveis para investimentos. Geralmente, aderem ao fundo os próprios clientes da organização, não indicando a oferta de serviços diferenciados que atraíam aqueles que não têm acesso aos serviços bancários.

Além de se buscar apresentar o treinamento e as competições entre funcionários como forma de se difundir “princípios da sustentabilidade”, buscase também difundir entre os parceiros comerciais esses princípios. Segundo o discurso da organização, isso levaria ao comprometimento desses parceiros com o desenvolvimento sustentável, “tornando-os multiplicadores das boas práticas de gestão dentro do mercado” (BRADESCO, 2010b, p. 57). Para tanto, uma das principais iniciativas é o processo de seleção, que visa “garantir uma rede de fornecedores altamente capacitados e comprometidos com a questão da responsabilidade socioambiental” (BRADESCO, 2010b, p. 57), o que envolve, entre outras coisas, uma avaliação de “questões financeiras, administrativas, comerciais, técnicas e socioambientais” (BRADESCO, 2010b, p. 57). A relação contratual determina que “o fornecedor compromete-se a preservar o meio ambiente; não adotar práticas de discriminação; não empregar trabalho ilegal,

escravo ou infantil; nem menores de 18 anos em condições que comprometam seu desenvolvimento” (BRADESCO, 2010b, p. 57), todas exigências legais. Essas informações seriam verificadas por meio de “visitas técnicas aos fornecedores” apresentadas, no discurso organizacional, como “forma de disseminar os preceitos e o comprometimento com a sustentabilidade” (BRADESCO, 2010b, p. 59).

Nesses trechos, a disseminação dos princípios sustentáveis aos fornecedores parece se resumir a uma seleção destes, de acordo com determinados critérios. Ou seja, tornam-se fornecedores aqueles que se adéquam a determinados padrões. Além disso, há uma constante vigilância desses parceiros, por meio das visitas. A organização não só exclui aqueles que não atendem aos padrões por ela estipulados, não prevendo nenhuma forma de adequação dos seus fornecedores, mas também prevê uma vigilância contínua, em detrimento de uma relação real de parceria ou do incentivo a uma melhoria contínua dos processos da organização. Transmite-se, dessa forma, que uma atuação sustentável pode ser totalmente tangível, mesmo no contexto atual, visto que, para os fornecedores, bastaria seguir determinada cartilha. Tal posicionamento, além de reduzir o significado original do termo sustentabilidade, ao considerar na avaliação, em grande parte, aspectos comerciais e financeiros dos fornecedores, transmite apenas a própria visão aos fornecedores, de tal modo que só cabe a eles aceitá-la.

Isso é reforçado pela afirmação de que

todos os fornecedores que atendem a Organização devem estar envolvidos pelas [suas] propostas de sustentabilidade [...] e para tanto, há a constante preocupação do relacionamento transparente, estabelecendo-se compromissos claros e expectativas em prol da sustentabilidade (BRADESCO, 2010b, p. 137).

A restrição é ainda reforçada quando se explica a exigência do cumprimento do código de ética da organização pelas “empresas aptas a atender os requisitos solicitados e alinhadas aos valores da Organização” (BRADESCO, 2010b, p. 137). Embora seja essencial a participação das empresas relacionadas para que se possa avançar na disseminação de práticas mais sustentáveis, essas devem ocorrer como uma parceria e não como a imposição de uma série de quesitos apresentados como suficientes para se obter a sustentabilidade.

No relatório de sustentabilidade, discute-se ainda sobre as “construções sustentáveis”. Nele, apresenta-se uma construção realizada pela organização na qual se “seguiu as normas de preservação ambiental, com descarte controlado de resíduos, telhas refletoras de luz solar e estrutura pré-moldada” (BRADESCO, 2010b, p. 66). Aponta-se também que “os princípios de sustentabilidade são estendidos a outros prédios [...], quando estes passam por reformas e adaptações” (BRADESCO, 2010b, p. 66) e que algumas construções estão sendo feitas seguindo “todos os preceitos de sustentabilidade” (BRADESCO, 2010b, p. 66). Tais medidas são relevantes por apresentarem iniciativas que podem reduzir o uso de materiais ou melhorarem as condições térmicas das construções, porém, ainda são aspectos pontuais das construções que são modificados, pouco para que se considere que estas sejam “construções sustentáveis”. Tais medidas estão mais associadas à ideia de ecoeficiência.

Ainda como iniciativas consideradas sustentáveis, mas mais diretamente associadas à ecoeficiência, são apresentadas algumas ações realizadas nas áreas de tecnologia da informação

em prol da sustentabilidade, como utilização de cartuchos remanufaturados, substituição de impressoras, aquisição de estações de trabalho que consomem menos energia [...] e aquisição de máquinas [...] com parte de seus componentes recicláveis (BRADESCO, 2010b, p. 66).

De forma similar à das construções, são poucas as medidas e elas representam mais uma redução de custos para a organização do que um avanço significativo em termos de utilização dos recursos.

A organização também relata seus investimentos socioambientais e suas parcerias com organizações não governamentais. Um dos principais projetos da organização tem como objetivo a “conservação ambiental [...] e promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas” (BRADESCO, 2010b, p. 75). Foi apresentada como ação desenvolvida com tais propósitos, contudo, a remuneração das famílias envolvidas, cujo propósito seria o pagamento

por serviços e produtos ambientais às comunidades, pelo uso sustentável dos recursos naturais, conservação, proteção ambiental e incentivo às políticas voluntárias de redução do desmatamento nas áreas do entorno (BRADESCO, 2010b, p. 75).

Da maneira como é apresentada, tal remuneração aproxima-se mais da filantropia, embora o alcance de todos os propósitos apresentados possa melhorar a qualidade de vida nessas comunidades. Não houve também uma discussão sobre o valor dessa remuneração e sua adequação.

4.1.6 Eletrobrás Furnas

O relatório aponta que, entre as iniciativas que a organização apoia e estão refletidas em seus negócios e relacionamentos, estão “crença na sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, aposta na diversidade e compartilhamento do valor da comunidade, de potenciais humanos e de conhecimentos” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 12). Contudo, não são apontadas iniciativas concretas, visto que se limita a tratar, nesse trecho, de

“crença”, “aposta” e “compartilhamento”, sem maiores explicações sobre como essas intenções poderiam se efetivar.

A ideia de sustentabilidade difundida na organização se relaciona ao desenvolvimento. Isso pode ser observado no trecho em que se afirma que a organização está comprometida com o desenvolvimento do país e com “programas, ações e iniciativas que estimulam seu público interno e comunidade, dando luz ao futuro sustentável do Brasil” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 12). Nesse trecho, a sustentabilidade que se busca é a do desenvolvimento do país. Ao tratar das razões pelas quais o setor privado, “pode e deve colaborar no combate às causas da desigualdade social no Brasil” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 20), afirma-se que

alguns especialistas acreditam que o compromisso de corresponsabilidade no enfrentamento da desigualdade e da exclusão social pode oferecer vantagem competitiva às empresas socialmente responsáveis. O que rearticulária a entrada de capital, criando uma demanda por um segmento empresarial que se empenha por um desenvolvimento socioeconômico que seja sustentável (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 20).

Além de se reduzir o desenvolvimento sustentável à sua vertente social, também aponta esta como necessária apenas para a criação de vantagens competitivas à organização. A responsabilidade social seria interessante na medida em que atraísse investimentos para a organização, o que demonstra preocupação unicamente com seus resultados.

Afirma-se ainda que “alianças em prol do desenvolvimento local sustentável devem adotar como diretrizes” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 20) aspectos que tratam unicamente do investimento social privado, o que reduz o desenvolvimento social apenas à atuação das grandes organizações. Isso é reforçado pela afirmação de que o compromisso da organização dá

“sustentação a uma visão global de promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania, por meio do engajamento de lideranças corporativas inovadoras” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 4). Dessa forma, além de se considerar que esta seria possível pela inovação unicamente, dependeria apenas das lideranças das grandes corporações. Essa afirmação apresenta também a ideia de uma visão compartilhada sobre a promoção do desenvolvimento sustentável, embora não se possa observar, hoje, nenhum consenso sobre isso, além de enfatizar uma visão da sustentabilidade externa à organização.

No relatório da empresa, também são feitas referências à sustentabilidade quando trata de seus relacionamentos. No caso do relacionamento com fornecedores, sugere-se a busca de

iniciativas sustentáveis, dos pontos de vista econômico, ambiental e social, dentro de sua cadeia de valor, na qual os fornecedores desempenham um papel crucial ao assumirem uma atitude de corresponsabilidade (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 22).

Busca-se, então, incorporar a participação dos fornecedores na busca da sustentabilidade. Já quando trata do relacionamento com as comunidades, afirma-se que a organização realiza investimento que gere “alternativas de desenvolvimento social para melhorar as condições de vida e incentivar o desenvolvimento sustentável das comunidades” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 23). Essas atividades “são norteadas para oferecer meios para geração de renda e emancipação das populações” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 23). Dessa forma, novamente se enfatiza unicamente a vertente social da sustentabilidade. Ao tratar do que se entende por organizações sustentáveis, no discurso organizacional afirma-se que:

determinante para o sucesso das empresas hoje em dia, a sustentabilidade corporativa estimula valores como ética,

responsabilidade social empresarial, cidadania e transparência, fazendo com que todos os envolvidos estejam alinhados aos princípios de sua cultura organizacional. Trata-se de uma plena integração de sua equipe para entender, incorporar e agir de modo sustentável (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 28).

Dessa forma, a sustentabilidade é relacionada a conceitos como responsabilidade social, cidadania e boas práticas de governança corporativa, não fazendo referência a como, afinal, a organização poderia se sustentar. Ao tratar da participação dos *stakeholders*, não são feitas referências sobre sua participação na busca da sustentabilidade da organização.

Em contrapartida a essas medidas, seriam obtidos “resultados socioambientais, financeiros e econômicos – o que torna o conceito uma espécie de ativo para a organização, sendo valorizado por seus clientes, funcionários e acionistas” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 27). Novamente, se ressalta a importância puramente individualista, para a organização, de se adotar práticas por ela ditas como sustentáveis, assim como de sua relação com os resultados financeiros. Além de tratar a sustentabilidade como um “ativo”, reforça a ligação entre o resultado organizacional e a sustentabilidade no trecho: “afinal, não há empresa bem-sucedida hoje que não considere o crescimento sustentável do seu bairro, cidade, estado e país” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 27), o que enfatiza a ideia de crescimento, em detrimento à de desenvolvimento.

A relação da sustentabilidade com a responsabilidade é novamente exaltada em um dos valores da organização, expresso da seguinte forma: “sustentabilidade: atuar com responsabilidade econômica, social e ambiental” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 29). Essa relação pode gerar grande confusão, uma vez que ser responsável não significa ser sustentável. O primeiro termo está muito mais ligado a se admitir os impactos causados, podendo, ou não, tentar repará-los, enquanto o segundo está mais relacionado a tornar esses

impactos sustentáveis. Ao tratar novamente da sustentabilidade das organizações, afirma-se que:

ser uma empresa sustentável é assegurar que suas metas de lucro não esgotarão os recursos disponíveis para futuras gerações. Para tal, ela deve implementar uma ação integrada em prol de novos valores ambientais, sociais e econômicos. Três pilares que agregam objetivos de prosperidade econômica, aliados à redução da pobreza e garantia dos direitos humanos, além de qualidade do meio ambiente (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 51).

Assim, há reducionismos do conceito da sustentabilidade nesse discurso: quando se trata do pilar econômico, se resume à prosperidade econômica da própria organização, e ao se referir ao ambiental, fala-se apenas em qualidade do meio ambiente, o que não indica que os impactos das ações organizacionais sejam sustentáveis. No discurso da organização também é percebida grande ênfase na inovação. Em um trecho, se afirma que:

é preciso investir em novas tecnologias que otimizem a produção de uma corporação, a fim de conservar os recursos naturais e garantir seu uso sustentável. Daí a inovação tecnológica se tornar cada vez mais fundamental para planejar, implantar e monitorar empreendimentos empresariais de grande porte – sejam eles no setor agrícola ou industrial (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 51).

Embora se reconheça que a inovação possa trazer avanços na busca de uma atuação mais sustentável, ela não deve ser restrita às grandes corporações. Nesse caso, também há um foco maior na ecoeficiência, por falar em otimização da produção, do que na sustentabilidade.

A importância atribuída às grandes corporações é retomada quando se diz que “o desenvolvimento tecnológico pode – e muito – contribuir para inovações com fins de inclusão social, mantendo a sustentabilidade como eixo

da agenda de grandes empresas” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 51). Além disso, coloca-se: “a inovação como um processo de desenvolvimento sustentável” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 51), o que se pressupõe que toda inovação tenha como finalidade tornar a organização mais sustentável. Para que uma organização se torne sustentável, não há dúvidas de que ela precisa inovar, mas nem sempre a inovação leva à sustentabilidade, como sugerido. O discurso aponta ainda para uma espécie de consenso na busca do desenvolvimento sustentável, na afirmação de que:

o desenvolvimento sustentável – formado pela triangulação das áreas ambiental-social-econômica – passou a ser prioridade dos setores públicos e privados no planeta inteiro. O consenso contemporâneo nos setores público e privado tem sido a necessidade de produzir riqueza com justiça social e respeito ao meio ambiente (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 65).

Porém, a única aproximação de consenso que se observa é na utilização do termo sustentabilidade, o que é feito de formas bastante distintas, sem indicativo algum de que esta seja prioridade das organizações públicas ou privadas. Também a produção de riquezas não deveria ser entendida como um objetivo comum dos setores públicos e privados.

De maneira similar ao observado em outras organizações, também neste caso é estabelecida uma relação entre sustentabilidade e responsabilidade social, como no trecho em que se afirma que o agravamento de problemas ambientais, “o conceito de Responsabilidade Social Empresarial tende a se apoiar cada vez mais nestes três pilares do desenvolvimento sustentável” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 64). No discurso da organização também se enfatiza a existência de um compromisso com a promoção do crescimento

com desenvolvimento sustentável, investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 4).

Nessa afirmação, o principal foco é o crescimento, que deveria ser acompanhado de desenvolvimento sustentável, o que tira o foco da sustentabilidade. Tais objetivos seriam atingidos por meio de investimentos sociais e respeito ao ambiente e às comunidades, o que não é suficiente para se obter sustentabilidade e associa esse conceito a algo externo à organização, e não como necessário em todos os seus setores.

A ideia de que haveria uma relação entre sustentabilidade e crescimento é retomada quando se discute o investimento em infraestrutura, no trecho: “investimentos em infraestrutura no país contradizem crise mundial e iluminam o caminho para um futuro sustentável” (ELETROBRÁS FURNAS, 2010b, p. 11). A crise a que se refere é a ocorrida em 2007, cuja consequência direta mais ressaltada foi uma queda no ritmo do crescimento econômico. Desse modo, esses investimentos permitiriam manter o ritmo do crescimento econômico e este seria suficiente para sustentabilidade do futuro, afastando-se do conceito original de sustentabilidade, associado à manutenção da vida, como um todo.

4.1.7 Eletrobrás

Afirma-se, na introdução do relatório de sustentabilidade, sobre a organização: “Nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental é antigo. Desde que foi criada, [...] tem no desenvolvimento sustentável do Brasil o seu grande ideal” (ELETROBRÁS, 2010b, p. 5). Dessa forma, relaciona-se, no discurso, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, de maneira similar ao que fizeram as outras organizações analisadas. Ocorre, então, uma redução do

sentido do termo sustentabilidade, visto que seria suficiente apenas que a empresa assumisse suas responsabilidades socioambientais. O discurso também cria uma ilusão de que a organização tem tais preocupações desde seu surgimento, por afirmar que ela, que possui aproximadamente 50 anos, sempre teve como ideal o desenvolvimento sustentável, embora a difusão desse conceito tenha ocorrido a bem menos tempo.

Em trechos posteriores, busca-se reafirmar o compromisso da organização com a sustentabilidade e apresentá-la como sustentável. O discurso transmite a ideia de que a sustentabilidade não tem mais que ser buscada pela empresa, pois já a teria alcançado. Nesse sentido, afirma-se que "os ideais de sempre inspiram hoje um conjunto de empresas mais forte, mais coeso e cada vez mais comprometido com a sustentabilidade" (ELETROBRÁS, 2010b, p. 5). E, ainda, que "hoje, o princípio da sustentabilidade norteia as relações entre o homem e a natureza no mundo inteiro. Para nós, [...] mais do que um princípio, trata-se de uma certeza" (ELETROBRÁS, 2010b, p. 5).

A organização mantém um comitê de sustentabilidade, que tem atribuições como "acompanhamento das ações de sustentabilidade", "análise e implementação de ferramentas de gestão sustentável", "elaboração de planos de metas e de melhorias" e "ações de conscientização do público interno" (ELETROBRÁS, 2010b, p. 12). Contudo, nenhuma dessas funções foi seguida de quaisquer metas ou detalhamentos, o que torna obscuro o que a organização pensa sobre cada uma delas ou tem feito com relação a elas. Torna-se, então, difícil compreender o que, afinal, a organização entende por sustentabilidade e qual sua atuação com esse fim.

No discurso, reforça-se, muitas vezes, o compromisso da organização com o desenvolvimento sustentável, embora se associe o termo a crescimento e à rentabilidade, como no trecho em que se descreve o propósito de um de seus planos como sendo o de dotar a organização com uma estrutura de gestão

“corporativa integrada e transparente, tornando-o competitivo na operação e na expansão da oferta [...] capaz de proporcionar a remuneração adequada a seus acionistas e contribuir para [...] o desenvolvimento sustentável do país” (ELETROBRÁS, 2010b, p. 18). Esse trecho reflete mais um compromisso com o crescimento da própria empresa, com ampliação de sua produção e lucratividade, do que com o desenvolvimento do país. Ao apresentar suas diretrizes de responsabilidade social, novamente se cai em um discurso vago, como quando afirma que as diretrizes da organização relativas ao relacionamento com a comunidade baseiam-se na atenção destinada

especial atenção aos impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelos empreendimentos [...], implementando programas, projetos e ações, voltados ao desenvolvimento sustentado das comunidades por eles atingidas (ELETROBRÁS, 2010b, p. 89).

Observa-se que, continuamente, o compromisso que se firma não inclui intenção de reduzir esses impactos, mas apenas compensá-los de alguma forma. Ainda assim, não se expressa com clareza como isso seria feito.

Em uma das partes do relatório, são apresentados os projetos sociais desenvolvidos pela organização, afirmando que esta:

mantém canais permanentes de comunicação, diálogo e negociação com a sociedade e com as comunidades onde atua, visando a contribuir com soluções para os problemas sociais que afetam os segmentos populacionais em situação de risco social. Neste sentido, [...] destina recursos para o apoio e desenvolvimento de projetos sociais, demandados pela sociedade (ELETROBRÁS, 2010a).

Contudo, esses projetos devem cumprir alguns requisitos impostos pela organização, como, por exemplo, “estar compreendido nas Diretrizes da Responsabilidade Social [...] aprovadas por resolução específica” ou “respeitar a

missão, os valores e as estratégias corporativas” (ELETROBRÁS, 2010b, p. 92). Logo, a postura da organização é tida como ideal e seus valores são tomados como exemplos a serem incorporados. A organização também afasta a noção de sustentabilidade de suas atividades principais, ao relacionar esse conceito aos investimentos em projetos sociais que realiza. A organização não teria, dessa forma, compromisso com sua sustentabilidade, mas apenas com a realização de investimentos sociais.

A organização também aponta que um dos critérios adotados na seleção desses projetos sociais é o “fortalecimento da imagem institucional” (ELETROBRÁS, 2010b, p. 92) da organização. Assim, adota-se uma postura na qual a projeção da organização como financiadora do projeto é tão importante quanto à sua relevância, fazendo com que os investimentos sociais se transformem muito mais em ações mercadológicas do que em ações sociais. Quando se fala em sustentabilidade nesses trechos, refere-se apenas à sustentabilidade dos projetos, o que parece estar muito mais ligado à sustentabilidade financeira do projeto do que a qualquer outro sentido. Resume-se o ideal dos investimentos sociais da organização no trecho em que afirma que ela está empenhada nas políticas

de pró-equidade de gênero, na alfabetização de pessoas carentes, no desenvolvimento de atividades das comunidades no seu entorno e na contribuição com projetos de política de Responsabilidade Social que invistam no desenvolvimento sustentável” (ELETROBRÁS, 2010b, p. 99).

Segundo seu relato, suas ações contribuem para a "construção da sustentabilidade" (ELETROBRÁS, 2010b, p. 103). Porém, esses investimentos, de forma isolada, não são suficientes para se obter sustentabilidade nas ações da

organização. E reforçar a relação entre responsabilidade social e sustentabilidade só torna esse último conceito ainda mais externo à organização.

Também foi apresentada a política da organização para tratar da sua sustentabilidade, que “estabelece diretrizes para os aspectos sociais, ambientais e econômico-financeiros de seus negócios, além da governança corporativa” (ELETROBRÁS, 2010a). O objetivo foi tratar essas questões, que estariam ligadas ao desenvolvimento sustentável, norteando as ações da organização. A organização afirma que tal política representa seu compromisso com a sustentabilidade, “conceito que vem se tornando essencial para as empresas ao equilibrar as oportunidades de negócios, as necessidades atuais da sociedade e o bem-estar das gerações futuras” (ELETROBRÁS, 2010a).

Nessa política, inicia-se afirmando a intenção da organização de contribuir efetivamente para o “desenvolvimento sustentável das áreas onde atuamos e das comunidades de convivência, e a investir na pesquisa e na utilização de novas tecnologias, ambiental e socialmente responsáveis” (ELETROBRÁS, 2010a). Afirma-se, ainda, que se busca “potencializar os impactos ambientais e sociais positivos, e minimizar os impactos negativos decorrentes das atividades” (ELETROBRÁS, 2010a) e que se visa “o equilíbrio econômico-financeiro, social e ambiental em nossas operações sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras” (ELETROBRÁS, 2010a). Contudo, minimizar os impactos negativos está mais associado à ecoeficiência do que à sustentabilidade.

Retoma-se, assim, a ideia de se buscar um equilíbrio entre as vertentes econômica, social e ambiental, indicando preocupação com as populações dos locais em que atua e com o desenvolvimento de novas tecnologias. Reforça-se esse posicionamento ao apontar que, para a organização, a sustentabilidade equivale à:

promoção do desenvolvimento visando atender às necessidades da geração presente, sem afetar o atendimento às demandas das gerações futuras. Na visão empresarial significa fazer negócios promovendo a inclusão social (com respeito à diversidade cultural e aos interesses de todos os públicos envolvidos no negócio direta ou indiretamente), reduzindo – ou otimizando – o uso de recursos naturais e o impacto sobre o meio ambiente, preservando a integridade do planeta para as futuras gerações, sem desprezar a rentabilidade econômico-financeira do negócio (ELETROBRÁS, 2010a).

Nesse trecho, a organização utiliza os três pilares da sustentabilidade e os adapta a suas atividades: na vertente social, prevê a inclusão social e o respeito aos diferentes interesses, embora sem muita clareza de como isso seria feito; na vertente ambiental, aponta para a redução do uso de recursos naturais e do impacto sobre o ambiente, o que, na verdade, equivale a ser ecoeficiente, condição que não é suficiente para ser sustentável e, na vertente econômica, enfatiza-se a rentabilidade da organização, em detrimento de um resultado que fosse compartilhado com a sociedade como um todo.

No discurso organizacional, a sustentabilidade é também relacionada à governança corporativa, o que pode ser constatado no seguinte trecho:

ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade empresarial são os princípios que norteiam o modelo de governança corporativa adotado [...]. Esses princípios refletem não só a preocupação com o atendimento aos requisitos de sustentabilidade necessários para a atuação da empresa, como também a busca constante das melhores práticas no relacionamento com os públicos de interesse (ELETROBRÁS, 2010a).

Adotar boas práticas de governança é essencial, mas atende mais aos interesses dos investidores e da própria organização, e não àqueles da sociedade como um todo. Além disso, relacionar a sustentabilidade a apenas os interesses dos proprietários da organização é uma visão individualista e egoísta, tendo

pouca proximidade com a ideia original de sustentabilidade. Outro documento elaborado pela organização é sua política ambiental que deve, segundo o discurso da organização:

estar em conformidade com as políticas públicas, em especial aquelas relativas ao meio ambiente, recursos hídricos, mudanças climáticas e energia, com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário; atender aos princípios da sustentabilidade corporativa; assegurar a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão (ELETROBRÁS, 2010a).

Esses objetivos se limitaram, nesse trecho, em sua maior parte, a cumprir a legislação ambiental nacional, o que não é suficiente para garantir a sustentabilidade da organização, mas apenas para cumprir as exigências legais.

No discurso organizacional utiliza-se o termo sustentabilidade para tratar de alguns princípios da empresa. No princípio da articulação externa, apontam-se como algumas diretrizes

potencializar as oportunidades de desenvolvimento sustentável local e regional decorrentes dos empreendimentos [e] contribuir para a gestão integrada de bacias hidrográficas e para o uso sustentável dos recursos hídricos, em articulação com os agentes envolvidos (ELETROBRÁS, 2010a).

O primeiro ponto reforça a ideia de promoção do desenvolvimento local, embora, neste caso, o desenvolvimento seria gerado apenas pelo empreendimento, o que beneficia muito mais a própria empresa do que as populações locais. Já no segundo, a organização indica sua participação na gestão dos recursos hídricos, já que também os utiliza. Contudo, isso, por si só, não indica que o uso que se vai fazer desses recursos seja sustentável.

No princípio do uso sustentável de recursos energéticos, aponta-se que a organização tem o intuito de “explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais atendendo aos princípios do desenvolvimento sustentável” (ELETROBRÁS, 2010a), o que seria feito pelo estímulo à utilização de fontes renováveis, incentivo à redução de emissão de gases de efeito estufa, internalização de custos e benefícios sociais e ambientais e apoio a programas de conservação de energia e de eficiência energética. Assim, a organização busca indicar seu compromisso com o uso sustentável de recursos energéticos e a utilização de fontes renováveis para a produção de energia, embora não se tenha colocado nenhuma meta específica. Apresenta-se também que a organização tem como pilares de suas práticas gerenciais

a rentabilidade, a competitividade e a sustentabilidade [...]. A responsabilidade empresarial e o desenvolvimento de uma relação de confiança com acionistas e investidores são fundamentais na estratégia de negócio da companhia. Seguindo essas diretrizes, [...] fornece informações transparentes ao mercado e à sociedade em geral sobre seus resultados financeiros, investimentos, orientações estratégicas, gestão de riscos e desempenho das ações (ELETROBRÁS, 2010a).

Desse modo, novamente se reforça a relação criada entre sustentabilidade e outros fatores, como os resultados financeiros da companhia, a responsabilidade empresarial e boas práticas de governança. Esta última relação é reforçada também no trecho: “as melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade empresarial apontam para a necessidade das organizações terem instrumentos para medir os riscos de seus negócios” (ELETROBRÁS, 2010a). Acrescenta-se que essa é a razão por se adotar “a Gestão Integrada de Riscos como uma importante ferramenta para aumentar a eficiência e fornecer informações transparentes ao mercado” (ELETROBRÁS, 2010a).

4.1.8 Itaipu Binacional

No relatório de sustentabilidade, buscou-se afirmar, logo no início, que as “questões de sustentabilidade” são prioridade para a organização, mas que “ainda há bastante trabalho a ser feito” e estão “dispostos a enfrentar esse desafio” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 4). Demonstra-se, então, certa moderação ao se tratar do assunto ao assumir que este é um processo de mudança que vai levar algum tempo. O objetivo declarado do relatório de sustentabilidade é apresentar “uma visão contextualizada sobre os avanços e desafios de uma gestão comprometida com a incorporação do conceito de sustentabilidade em todos os aspectos da empresa” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 5). O tratamento da sustentabilidade de forma moderada é reforçada pelo seguinte trecho:

a sustentabilidade é um caminho que se inicia por consciência, se segue pela tomada de atitude, mas no qual somente se progride pelos esforços contínuos no uso das melhores técnicas. Essa é a razão da evolução e atualização tecnológica contínua da nossa operação e manutenção [...] que gera benefícios econômicos e sociais (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 6).

A ideia de um processo contínuo para se obter a sustentabilidade da organização é coerente com o contexto atual, no qual as limitações técnicas e de mercado contêm essa possibilidade. Contudo, a evolução tecnológica não deve ser vista como a única necessária, visto que a maior mudança deve ocorrer na própria postura dos indivíduos perante o ambiente.

A aparente parcimônia apresentada pela organização ao tratar de assuntos relacionados à sustentabilidade se opõe a afirmações nas quais busca defender a contribuição da organização ao desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, quando se explica sua atuação:

os empreendimentos [...] que são desenvolvidos e operados de forma economicamente viável, ambientalmente sensata e socialmente responsável representam o desenvolvimento sustentável em sua melhor concepção (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 34).

Afirma também que

o conceito de sustentabilidade, pelo qual somente há desenvolvimento com atenção aos aspectos sociais e ambientais, além dos econômicos, guarda estreita correspondência com os fundamentos, objetivos e princípios previstos na Constituição Federal de 1988. A [organização] está plenamente engajada na defesa e promoção do desenvolvimento sustentável (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 6).

No início desse trecho, observa-se que há certa inversão no conceito de desenvolvimento sustentável, visto que a sustentabilidade não significa desenvolvimento, mas o desenvolvimento, sim, deve ocorrer de forma sustentável. O esforço da organização também não deveria recair tanto sobre o desenvolvimento sustentável, mas, sim, sobre sua própria sustentabilidade.

As iniciativas da organização na busca da sustentabilidade também envolvem a gestão de pessoas e a transparência. Afirma-se que “a forte busca da sustentabilidade empresarial exige [...] um novo olhar sobre a gestão de pessoas” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 6). Acrescenta-se como um dos desafios da mudança da cultura organizacional “a geração de novas competências alinhadas à conscientização e assimilação de valores [...] éticos e socioambientais” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 6). Dessa forma, se transmite a ideia de envolvimento de todos os colaboradores nesse processo, o que é essencial. Ao tratar da transparência, considera-se que

garantir “recursos e os suprimentos necessários à produção de energia e ao desenvolvimento das demais atividades empresariais, focando a otimização de processos, é vital para uma gestão financeira mais transparente e sustentável” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 7).

A sustentabilidade financeira tem, desse modo, foco nos resultados operacionais da organização, enfatizando suas receitas e lucros.

No discurso organizacional, também é apontado que “a responsabilidade socioambiental e a gestão sustentável de recursos naturais e humanos são prioridades para a entidade e por isso integram a sua missão” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 12). São apontados, então, os programas de responsabilidade socioambiental da organização. Assim, de maneira similar ao relatório de outras empresas, também neste caso a organização associa a sustentabilidade à responsabilidade socioambiental, embora estes sejam conceitos distintos. Esses programas seriam necessários pela constatação da atual crise socioambiental, que colocaria em risco a própria existência humana, levando à emergência de “novos paradigmas, como o da ‘ética do cuidado’, e uma nova cultura política, de prevalência dos valores da solidariedade entre as pessoas e delas para com a natureza, da generosidade, da sustentabilidade” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 7). Nesses trechos, a sustentabilidade é relacionada com a solidariedade entre as pessoas e destas com a natureza, o que é importante, pois tal comportamento é necessário para a adoção de uma postura mais sustentável.

Afirma-se também, no relatório de sustentabilidade, que a organização “se orienta por acordos, tratados e convenções de abrangência mundial que enfatizam o cuidado com o meio ambiente, com os empregados e a sociedade” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 31). Dessa forma, no final de 2008, ela “reafirmou seu compromisso com a promoção da sustentabilidade”, assinando acordos pelos quais “dá transparência para o comprometimento com a gestão

sustentável e reafirma a sua disposição de avançar ainda mais” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 31). Para enfatizar ainda mais essa preocupação, informou-se que a organização “tem como desafio incorporar a sustentabilidade em seus procedimentos internos cotidianos”. Contudo, quando tentou esclarecer como isso é feito, resumiu-se a explicar que “programas socioambientais já são desenvolvidos a partir de práticas sustentáveis e, inclusive, trabalham para disseminar tais conceitos” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 31).

O compromisso com a sustentabilidade não deve se apoiar unicamente em ações desenvolvidas externamente à organização, mas permear ela própria. Desenvolver, incentivar e financiar programas que se pautem nos princípios da sustentabilidade não equivale a inserir tais princípios no dia-a-dia da organização. A organização poderia buscar uma atuação sustentável, não apenas apoiar, de alguma maneira, projetos que atuem dessa forma.

Além disso, apresenta-se como “diferencial sustentável” o cuidado com o “meio ambiente até mesmo nos materiais que utiliza em feiras e eventos” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 90). Tais iniciativas consistem em utilizar móveis de papelão, estantes de bambu, pisos de pneus reciclados, painéis com madeiras de reflorestamento e utilização de papéis recicláveis. Mesmo que tais iniciativas sejam consideradas mais limpas que outras, por utilizar materiais reciclados e renováveis, não se pode considerá-las como sustentáveis, pois se reduzem à ecoeficiência. Isso porque não houve qualquer referência, por exemplo, ao descarte desse material. A sustentabilidade não é obtida unicamente ao se garantir a procedência dos materiais utilizados, mas se poderia falar sobre a capacidade de manutenção desses eventos nesses moldes. Outra forma de transferência de responsabilidades ocorre quando se refere aos fornecedores, visto que se afirma que estes:

precisam cumprir uma série de exigências legais e também são estimulados a agir de maneira sustentável. Para

influenciá-los de forma mais positiva, [...] está estruturando um sistema para avaliá-los. O objetivo é oferecer condições para o desenvolvimento de uma cadeia de fornecedores alinhada com os seus princípios institucionais, identificando ainda potenciais fornecedores locais e regionais, priorizando o relacionamento com aqueles de melhor desempenho sustentável (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 95).

Embora haja preocupação com a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva da organização, enfatizar a participação dos fornecedores acaba por afastar a ideia de sustentabilidade das práticas da própria organização.

O relatório aborda ainda temas ligados a construções sustentáveis. Afirma-se que a nova sede da organização segue “princípios de sustentabilidade”, pois teria sido planejada e construída “de forma sustentável, com sistemas alternativos de uso da energia e da água.” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 117). Apesar de serem iniciativas que buscam reduzir alguns tipos de impactos sobre o ambiente, ainda é muito pouco para se supor que se trata de uma construção sustentável.

Outra construção da organização também foi considerada como “modelo no uso de tecnologias sustentáveis, pois utiliza conceitos de eficiência energética, aproveitamento de água e uso racional de recursos naturais” (ITAIPU BINACIONAL, 2010b, p. 123). Assim, princípios de ecoeficiência se misturam, no discurso, a princípios de sustentabilidade, como se esses termos fossem sinônimos.

Essa relação entre sustentabilidade e ecoeficiência também é retomada quando a organização faz referências às ações internas, como práticas de reaproveitamento e reciclagem de materiais. Tais práticas também são incentivadas externamente, conforme o trecho que trata seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável: “adota medidas para reaproveitar e reciclar materiais, promove a educação ambiental de adultos e crianças em toda a área de abrangência” (ITAIPU BINACIONAL, 2010a). Novamente, observa-se uma

relação entre a sustentabilidade e a ecoeficiência. Apesar da importância de se relatar o relacionamento da organização com a sociedade do entorno, assim como com seus fornecedores, não se desenvolveu suficientemente o que a organização faz internamente para promover a sustentabilidade.

4.2 Discursos organizacionais sobre sustentabilidade e suas relações com os paradigmas ambientais

A partir da análise dos relatórios de sustentabilidade e de alguns conteúdos disponíveis nos sítios eletrônicos das organizações, foi possível identificar as visões compartilhadas nessas empresas e que sintetizavam como a sustentabilidade era conceituada. Esses resultados estão dispostos no Quadro 3.

Quadro 3 Visões atribuídas à sustentabilidade nas organizações analisadas

Organização	Visão da sustentabilidade
Banco do Brasil	Conciliar os interesses dos acionistas ao desenvolvimento social e ambiental sustentáveis
Fundação Bradesco	Noção de interdependência e respeito à diversidade
Natura	Crescimento econômico aliado às necessidades sociais e ambientais
Vale	Operador sustentável, catalisador do desenvolvimento local e agente global de sustentabilidade
Bradesco	Finanças sustentáveis, gestão responsável e investimentos socioambientais
Eletrobrás Furnas	Assegurar que as metas de lucros não esgotarão os recursos disponíveis para futuras gerações
Eletrobrás	Inclusão social e respeito aos interesses de todos os públicos envolvidos, redução do uso de recursos naturais e do impacto sobre o ambiente e rentabilidade da organização
Itaipu Binacional	Empreendimentos economicamente viáveis, ambientalmente sensatos e socialmente responsáveis

Pode-se observar que a maior parte das organizações define sustentabilidade relacionado-a à sua própria permanência. Embora o conceito original de sustentabilidade esteja associado a uma maior integração entre a

humanidade e a natureza (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995; HOFFMAN; SANDELANDS, 2005; MICKEY, 2007) e essas categorias não poderiam ser vistas de maneira dissociada, as preocupações manifestadas nas organizações são predominantemente ligadas a uma perspectiva antropocêntrica individualista. Isso pode ser observado quando se fala em atender aos interesses dos acionistas, se apontam estratégias para o aumento do número de clientes e serviços (finanças sustentáveis), busca-se um bom relacionamento com os *stakeholders* e redução de riscos (operador sustentável) ou, ainda, quando se têm como compromissos centrais a rentabilidade da organização, desenvolver empreendimentos economicamente viáveis e assegurar as metas de lucros. Em seis das oito organizações analisadas, a sustentabilidade foi associada aos resultados da própria organização, desconsiderando completamente seu conceito original, elaborado pela biologia e a ecologia, de que deveria envolver a capacidade de manutenção do equilíbrio dinâmico dentro de um ecossistema (BOFF, 2010; CAVALCANTI, 1998). A ideia de sustentabilidade tem um forte viés coletivista, não podendo ser associada a perspectivas individualistas, seja antropocêntrica, como no caso da maior parte das organizações, seja ecocêntrica.

Porém, os conceitos que parecem se associar um pouco mais às vertentes coletivistas desses paradigmas também trazem problemas, por não se relacionarem com significados que realmente tragam benefícios para toda a biosfera. É o que ocorre quando se relaciona sustentabilidade ao desenvolvimento sócio-ambiental, investimentos socioambientais, responsabilidade social e crescimento econômico. Embora tais posicionamentos possam ser favoráveis a um grupo maior de indivíduos, mesmo que não-humanos, não se pode dizer que vão garantir sua sustentabilidade. Exemplos disso são a ideia de crescimento, que favorece apenas determinados indivíduos, por não resultar, necessariamente, em ganhos sociais que sejam compartilhados por toda a humanidade, e investimentos socioambientais e responsabilidade

social, que também irão sempre se restringir a um determinado grupo de indivíduos, mesmo que externo às organizações.

As preocupações com o ambiente mostraram-se ainda mais distantes do conceito original de sustentabilidade, por se restringirem a ideias como a de desenvolvimento ambiental, que não pressupõe a evolução natural dos ecossistemas, mas a forma como se intervém nesses sistemas, ou à redução do uso de recursos naturais e do impacto sobre o ambiente, que se restringe à ideia de ecoeficiência. Também as visões que sugerem a implantação de empreendimentos ambientalmente sensatos, que se referem mais à atuação individualista da própria organização, e a utilização dos recursos ambientais de modo a não esgotar os recursos disponíveis para futuras gerações, que se preocupam mais com os recursos utilizados pela própria organização, não podem ser relacionadas à ideia original de sustentabilidade.

Os significados relacionados à sustentabilidade nas organizações estão relacionados no Quadro 4, onde observa-se associações bastante diversas, mesmo no discurso de uma mesma organização. O que deveria ser sustentado, nos relatos das empresas analisadas, também indicou fatores bastante variados. A análise desse quadro permite identificar vários pontos em comum entre os discursos das organizações.

Entre os significados atribuídos, nas organizações, à sustentabilidade, o mais recorrente foi o de responsabilidade socioambiental, presente em cinco empresas. Todas essas empresas associaram também a sustentabilidade a investimentos, programas ou ações socioambientais. Esses posicionamentos, apesar de serem predominantemente antropocêntricos, têm alguma proximidade com o ecocentrismo. De maneira similar, uma organização relacionou a sustentabilidade à responsabilidade social e a seus investimentos sociais, indicando maior aproximação com o antropocentrismo.

Quadro 4 Significados atribuídos à sustentabilidade e o que deve ser sustentado nas organizações analisadas

Organização	Significados da sustentabilidade	O que deve ser sustentado
Banco do Brasil	Responsabilidade socioambiental Investimentos socioambientais Ecoeficiência Filantropia Rentabilidade da organização	Desenvolvimento Negócios Humanidade Desempenho Crescimento dos lucros
Fundação Bradesco	Desenvolvimento sustentável das comunidades pela educação	Educação Desenvolvimento Mundo
Natura	Liderança e inovação Novas oportunidades Sobrevivência da organização Resultados financeiros Ecoeficiência Redução/compensação de impactos ambientais	Desenvolvimento Valor Resultados Destinação dos resíduos Uso dos insumos Práticas e modelos
Vale	Existência/crescimento da organização Responsabilidade socioambiental Investimentos socioambientais Voluntariado Criação de valor para as partes Boas práticas de governança corporativas	Desenvolvimento Crescimento e liderança da organização Resultados financeiros Boa imagem Valor para as pessoas
Bradesco	Responsabilidade socioambiental Ações socioambientais Filantropia Ecoeficiência	Desenvolvimento País Finanças Construções
Eletróbrás Furnas	Desenvolvimento Responsabilidade social Cidadania Boas práticas de governança corporativa Investimentos sociais Inovação Lideranças das grandes corporações	Futuro Desenvolvimento Des. socioeconômico e local Iniciativas Organizações Crescimento econômico Uso dos recursos naturais
Eletróbrás	Responsabilidade socioambiental Investimentos socioambientais Crescimento/rentabilidade organizacional Ecoeficiência Boas práticas de governança corporativa Cumprimento da legislação ambiental	Desenvolvimento Organização Gestão Projetos Uso dos recursos naturais
Itaipu Binacional	Processo de melhoria técnica Responsabilidade socioambiental Programas socioambientais Ecoeficiência	Desenvolvimento Receitas e lucros Gestão e práticas Construções

Assim, nessas organizações, a sustentabilidade se resumiria, segundo o conceito elaborado pelo Instituto Ethos (2010), a buscar ouvir as partes interessadas e buscar incorporar tais práticas no dia a dia. Dessa forma, caso a necessidade de uma atuação sustentável por parte da organização não fosse perfeitamente expressa por esses públicos, ela nunca seria atingida. Embora tal posicionamento possa aproximar um pouco mais as organizações dos princípios do antropocentrismo e ecocentrismo coletivistas, não seria suficiente para que tais organizações sejam vistas como sustentáveis, visto que apenas pressupõe o atendimento aos interesses das partes relacionadas e esses podem não expressar como ideal a sustentabilidade.

Já a ideia de que a sustentabilidade se resumiria a investimentos e ações socioambientais ou sociais se torna mais grave, visto que a organização torna totalmente externo a ela o compromisso com a sustentabilidade. Ou seja, bastaria que se realizassem investimentos em programas que buscassem a sustentabilidade, sem que a própria organização viesse a fazer quaisquer alterações em seus processos produtivos ou em sua conduta.

Isso ocorre também quando a organização associa a sustentabilidade à filantropia, o que foi feito por duas empresas. Nesses casos, além de considerar o compromisso com a sustentabilidade externo à própria organização e suas práticas, se resumiu tal conceito a apenas ações pontuais e sem continuidade, conforme conceito de Tenório (2006). Nesses casos, não se pode afirmar que o posicionamento da organização seja sequer socioambientalmente responsável, visto que, além de não sugerir que os diferentes *stakeholders* estejam sendo ouvidos e seus interesses atendidos, também não se prevê qualquer resultado das ações além dos imediatos e limitados. No caso da cidadania e de ações voluntárias da organização, também é observado pouco compromisso da organização com sua própria sustentabilidade.

Também foi recorrente nos discursos organizacionais associar a

sustentabilidade à ecoeficiência, o que foi observado em cinco das organizações analisadas. Embora o uso eficiente dos recursos naturais, a reciclagem e o reaproveitamento de materiais (DIAS, 2009; SCHMIDHEINY, 1992) sejam importantes para que a organização reduza seu impacto sobre o ambiente, ela assume um posicionamento mais associado ao antropocentrismo individualista, por se preocupar com seus ganhos a partir dessas práticas, seja pela manutenção de uma boa imagem corporativa seja pela redução de seus custos, e ao ecocentrismo individualista, por representarem medidas muito pontuais e com preocupações restritas a apenas um recurso natural.

O posicionamento individualista das organizações é ainda mais marcante nas associações feitas entre sustentabilidade e a existência, crescimento, rentabilidade ou vantagem competitiva das empresas. Nesses casos, além de se demonstrar preocupações restritas à organização, ainda há ênfase no caráter econômico dessas preocupações, o que reforça o caráter antropocêntrico individualista desses posicionamentos.

De maneira similar, associar a sustentabilidade à liderança, à inovação e à melhoria técnica das organizações está mais relacionado, no discurso das empresas, a preocupações com o desempenho organizacional e seus resultados. Embora tais fatores possam levar a uma redução do impacto da organização sobre o ambiente, nos discursos eles parecem estar, assim como a ecoeficiência, mais ligados a ganhos para a própria organização e seus acionistas.

A preocupação em transmitir uma boa imagem das organizações para seus acionistas também é evidente quando se busca associar a sustentabilidade às boas práticas de governança corporativa e à criação de valor, o que foi feito por três organizações. Essas práticas refletem apenas a busca de uma equalização entre os interesses dos acionistas das organizações e o de seus executivos (IBGC, 2010). Dessa forma, considerando-se que o principal interesse dos acionistas seja maximizar o valor da organização, pode-se concluir

que a sustentabilidade estaria limitada aos bons resultados financeiros da organização, sem preocupações com seus impactos sobre a sociedade e o ambiente, ou seja, uma perspectiva marcadamente antropocêntrica individualista.

No relatório de uma organização analisada, se atribuiu como significado para a sustentabilidade o cumprimento da legislação ambiental. Embora tal legislação tenha previsto uma série de ações para que se minimizem os impactos dos processos organizacionais sobre o ambiente, como a organização age de tal modo unicamente para evitar punições, esse posicionamento se aproxima mais de uma visão antropocêntrica individualista. Uma legislação ambiental rígida sofre várias críticas por parte dos dirigentes organizacionais, mas talvez seja uma das únicas formas de fazer com que as organizações se comprometam mais com a redução dos impactos socioambientais e com a compensação desses impactos.

Já o posicionamento no qual a sustentabilidade se associa à redução e à compensação dos impactos ambientais da organização se aproxima um pouco da perspectiva coletivista, por envolver uma preocupação que vai além do que é legalmente exigido. Embora não se descarte a necessidade de uma avaliação mais profunda sobre os impactos causados e como eles seriam neutralizados, esse posicionamento se aproxima, ainda que pouco, do ecocentrismo coletivista.

Quando se analisa o que deve ser sustentado, nota-se que todas as organizações relatam que o desenvolvimento deve ser sustentável. O grande foco no desenvolvimento vem não apenas da ideia já bastante difundida de se associar a sustentabilidade ao desenvolvimento, pela popularização do termo “desenvolvimento sustentável” (CMMAD, 1991), mas também da preocupação das organizações de assumirem uma imagem de que estão contribuindo para o desenvolvimento.

De maneira similar, foi comum tratar, também em uma perspectiva um

pouco mais próxima da coletivista, a ideia de sustentabilidade do país, do mundo, da humanidade ou do futuro. Quatro das oito organizações analisadas assumiram tal posicionamento, buscando demonstrar preocupações com a sociedade, sem restringir a sustentabilidade apenas à própria organização e sua área de atuação. Tanto ao se referir a “desenvolvimento sustentável” como ao se tratar de “sociedade sustentável”, puderam-se observar preocupações mais coletivistas do que individualistas.

Contudo, foram vários os casos nos quais se observou maior centralidade no individualismo nos discursos organizacionais. Cinco organizações afirmaram que a organização, suas práticas, negócios, produção e gestão deveriam ser sustentáveis. Nesses casos, as organizações buscaram demonstrar preocupações com sua própria atuação e com a possibilidade de ela se tornar mais sustentável. Porém, quando se fala em sustentabilidade, nesses casos, a preocupação é decorrente, principalmente, da continuidade da atividade da organização e de seus resultados.

Foram percebidas, ainda, preocupações individualistas no caso das afirmações de que se deveria sustentar os resultados, desempenho, crescimento ou lideranças das organizações. Três das organizações demonstraram preocupação com a sustentabilidade dos resultados financeiros da própria organização, ou seja, da sua lucratividade. Nesses casos, a preocupação é predominantemente econômica, sem estabelecer relações com os impactos sociais ou ambientais das atividades da organização. Mesmo nos casos em que foram expressas preocupações ambientais, essas estavam muito mais voltadas a interesses individualistas do que coletivistas. No caso da sustentabilidade do uso dos recursos naturais, expresso por três organizações, observou-se que os únicos recursos que previam o uso sustentável eram aqueles diretamente utilizados pela organização, o que indicou apenas interesse em preservar tal recurso para uso futuro da própria organização.

Os diferentes significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações podem ser inseridos no modelo teórico proposto neste estudo, de modo a indicar os paradigmas ambientais que influenciam os posicionamentos dessas empresas. Essa construção está representada na Figura 2.

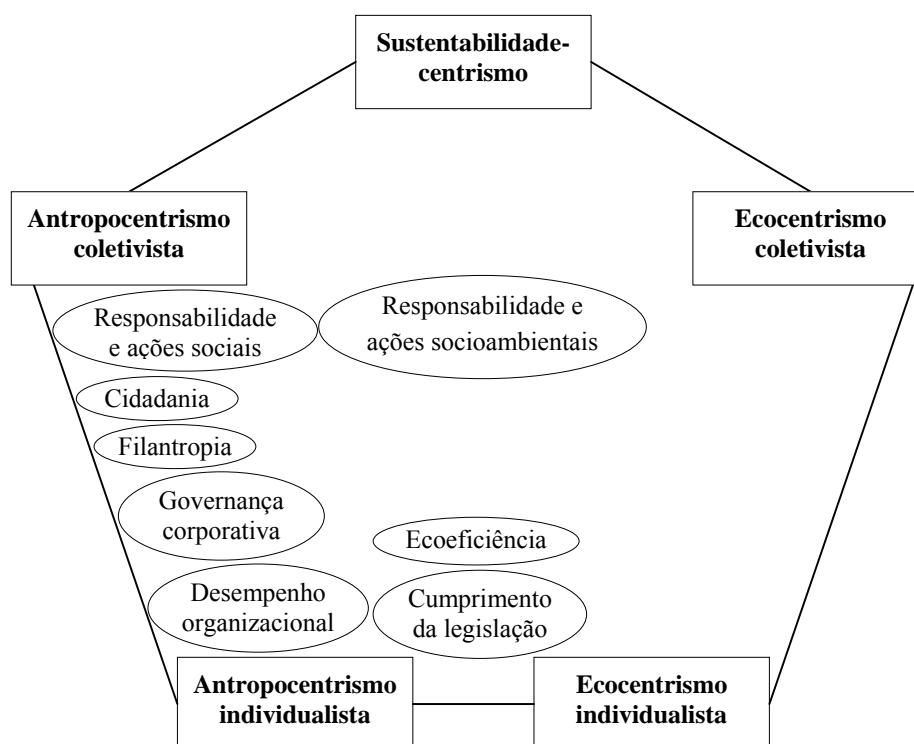


Figura 2 Relação entre os significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações analisadas e os paradigmas ambientais

Nessa figura, observa-se que a maior parte dos significados atribuídos à sustentabilidade estão associados ao paradigma antropocêntrico individualista. Isso porque não se observa um rompimento com a ideia de se buscar atender unicamente os interesses dos proprietários da organização. O caso mais extremo de antropocentrismo individualista ocorre quando se associa a sustentabilidade ao desempenho organizacional ou a outros significados com o mesmo sentido,

como existência, crescimento, rentabilidade e vantagem competitiva da própria organização ou, ainda, liderança, inovação e melhoria técnica da organização. Em todos esses casos, o que se busca manter é o desempenho da própria organização, gerando bons resultados para atrair e manter seus investidores.

Bastante próxima a essa visão, encontra-se a sustentabilidade como boas práticas de governança corporativa. Nesse caso, preocupa-se em atender aos interesses dos acionistas, assegurando que esses estejam alinhados aos interesses dos gestores (IBGC, 2010). As boas práticas de governança visam, nesse sentido, fazer com que as decisões dos gestores se orientem pela transparência, prestação de contas e equidade, buscando conformá-las para que gerem mais valor aos investidores. Assim, nada garante que seja realmente interesse dos investidores que as organizações busquem se tornar mais sustentáveis, fazendo com que não haja garantias de que adotar boas práticas de governança possa levar à sustentabilidade.

Outro significado atribuído à sustentabilidade que se aproxima bastante do atendimento dos interesses individuais da organização é o cumprimento da legislação ambiental. Cumprir tal legislação pode ser considerado importante para a preservação e recuperação ambiental, assim como para que prevaleça um bom relacionamento com as comunidades em que a organização atua. Porém, as organizações não estariam fazendo nada além daquilo previsto legalmente e a motivação que as levaria a tomar essa atitude não representaria uma mudança na visão dessas empresas. O cumprimento da legislação não deve ser visto como um diferencial da organização ou alguma alteração em seu sistema de valores, mas como uma exigência que deve ser observada para o funcionamento de qualquer organização. Ainda assim, uma legislação ambiental rigorosa pode levar a alterações no comportamento dos agentes nas organizações, fazendo com que os impactos socioambientais dessas empresas sejam reduzidos e compensados de alguma forma. A atuação do Estado pode contribuir para

promover mudanças que reduzam os impactos da atuação das organizações, mesmo que dificilmente elas representem alterações na perspectiva compartilhada nas organizações.

A ecoeficiência, que envolve práticas de redução do consumo de recursos, redução dos impactos sobre a natureza e aumento o valor dos produtos e serviços aos consumidores (DIAS, 2009; SCHMIDHEINY, 1992), contribui, principalmente, com a redução dos custos para as empresas, já que torna seus processos produtivos mais eficientes. Podem-se também trazer alguns benefícios ao meio ambiente natural, por diminuir o nível de exploração de recursos naturais, porém, são medidas muito pontuais, que poderão gerar impactos positivos apenas a poucas espécies. Porém, a busca da ecoeficiência, por estar restrita apenas a alguns dos processos organizacionais, tende a ser insuficiente para a redução do impacto ambiental da organização como um todo, colaborando muito pouco para que a organização se torne sustentável.

Quanto aos posicionamentos ligados de forma direta ao antropocentrismo, mas com alguma proximidade com sua vertente coletivista, há diferentes alternativas de investimentos, programas e ações sociais. A filantropia, caracterizada por alguma ação social de caráter temporário (TENÓRIO, 2006), expressa um nível de preocupação que vai além dos interesses da própria organização, ainda que seja associada, muitas vezes, à promoção da própria empresa. Ela não representa, na maior parte das vezes, solução definitiva para os problemas sociais, mas pode contribuir para amenizá-los, ainda que temporariamente. Dessa forma, situa-se entre as vertentes individualista e coletivista do antropocentrismo. Essas ações, contudo, não representam avanços da organização para se tornarem sustentáveis, uma vez que são totalmente externas às suas práticas operacionais.

Já a cidadania empresarial, como as formas de ação voluntária das organizações, se caracteriza pelo envolvimento em programas sociais que

possuem caráter mais permanente que as ações filantrópicas (TENÓRIO, 2006). Busca-se, nas organizações, muitas vezes por meio de parcerias, contribuir com projetos socioambientais. Essas práticas, embora muitas vezes sejam de caráter exclusivamente social, costumam envolver preocupações ambientais, podendo se aproximar das vertentes coletivistas do antropocentrismo e do ecocentrismo. Contudo, como no caso da filantropia, essas práticas são externas à organização, não envolvendo qualquer alteração em sua atividade principal.

No caso da responsabilidade social, que se aproxima da ideia de desenvolvimento das comunidades, pode haver uma aproximação com o antropocentrismo coletivista, visto que sua ideia original está ligada à adoção de políticas e ações que favoreçam toda a sociedade. Ainda que existam interesses mercadológicos e relacionados à manutenção de uma boa imagem organizacional, quando se busca uma postura socialmente responsável podem-se provocar vários benefícios sociais, que vão além daqueles gerados à própria empresa. Como a responsabilidade social não se restringe a investimentos isolados (INSTITUTO ETHOS, 2010), torna-se uma vertente do antropocentrismo mais associada à coletividade do que ações filantrópicas e de cidadania empresarial, ainda que essa aproximação ainda seja muito restrita.

Já o termo responsabilidade socioambiental passou a ser utilizado para incorporar a necessidade de inserir preocupações ambientais à ideia original de responsabilidade social. Assim, expressa a ideia de que a organização deve adotar políticas e ações que favoreçam não apenas a sociedade como um todo, mas também que sejam ambientalmente corretas. Embora a adoção de posturas socioambientalmente mais responsáveis também esteja associada a ganhos individuais para as organizações, estes podem refletir diferentes níveis de preocupação com a sociedade e o ambiente como um todo.

Contudo, mesmo que a responsabilidade socioambiental reflita essas preocupações, ainda não seria equivalente a dizer que a organização é

sustentável. Buscar atender às demandas sociais, como propõem conceitos difundidos de responsabilidade social empresarial, como o desenvolvido pelo Instituto Ethos (2010), pode não ser suficiente, visto que todas as demandas deveriam estar perfeitamente expressas e a sociedade, como um todo. Pressupõe-se que essa teria, como uma de suas prioridades, sua sustentabilidade no longo prazo, o que não ocorre.

A ideia original de sustentabilidade está associada a uma maior integração entre a humanidade e a natureza (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOFFMAN; SANDELANDS, 2005; MICKEY, 2007), de modo que o ambiente fosse menos degradado, para possibilitar a manutenção do sistema de suporte da vida (CAVALCANTI, 1998) e o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas (BOFF, 2010), no longo prazo. As organizações deveriam agir de modo que a degradação ambiental causada por suas atividades fosse reduzida a um nível que tornasse possível a continuidade das diferentes formas de vida no planeta. Já a vertente social não deveria se restringir apenas a atender aos interesses dos acionistas da organização, mas ser expandido para atender às necessidades dos colaboradores e outros públicos de relacionamentos, de modo que a empresa pudesse gerar melhorias permanentes em suas áreas de atuação, mesmo que isso não resultasse em resultados positivos para ela mesma.

5 CONCLUSÕES

O agravamento dos problemas socioambientais nos últimos anos, acompanhado da constatação da irreversibilidade de muitos dos danos causados ao ambiente, traz à tona discussões sobre como essa situação poderia ser resolvida e quais os papéis do Estado, da sociedade e das organizações nesse processo. Neste estudo, discutiu-se que essa mudança deve envolver alterações na visão de mundo compartilhada socialmente, predominantemente antropocêntrica, na qual a natureza é vista unicamente como fonte de recursos e local para a destinação de resíduos, para uma nova perspectiva, baseada na sustentabilidade.

Assumiu-se que a sustentabilidade, originalmente associada a uma maior integração entre a humanidade e natureza, pode ser entendida como um novo paradigma, cuja ideia central é manter o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas e possibilitar a manutenção da vida no longo prazo. Contudo, nem sempre o termo sustentabilidade é utilizado dessa forma, promovendo-se um enfraquecimento de sua noção original e um fortalecimento do paradigma antropocêntrico, com uma nova roupagem, que mascara seus pressupostos fundamentais. Após caracterizar como a sustentabilidade poderia constituir um novo paradigma, buscou-se, por meio de uma análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de oito organizações, compreender os significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações e suas relações com os paradigmas ambientais compartilhados.

Quanto aos conceitos atribuídos à sustentabilidade nas organizações, observou-se que seis deles estão associados à permanência da própria empresa. Isso pode ser observado quando se fala em atender aos interesses dos acionistas, apontar estratégias para o aumento do número de clientes e serviços, manter um bom relacionamento com os *stakeholders*, reduzir os riscos, ou aumentar a rentabilidade da organização. Os conceitos que parecem se associar mais às

vertentes coletivistas do paradigma antropocêntrico também trazem problemas por não se relacionarem com significados que realmente tragam benefícios para todas as formas de vida de maneira sustentável. É o que ocorre quando se relaciona sustentabilidade ao desenvolvimento socioambiental, investimentos socioambientais, responsabilidade social e crescimento econômico.

As preocupações com o ambiente expressas nesses conceitos mostraram-se ainda mais distantes do conceito original de sustentabilidade, por se restringirem a ideias como a de desenvolvimento ambiental, que se relaciona às formas de intervenção nesses sistemas, e a redução do uso de recursos naturais e do impacto sobre o ambiente, que se aproxima da ideia de ecoeficiência. A visão torna-se ainda mais individualista quando se fala da implantação de empreendimentos ambientalmente sensatos e da utilização dos recursos ambientais, de modo a não esgotar os recursos disponíveis, visto que em ambos os casos há preocupações apenas com os recursos utilizados pela própria organização.

Os significados atribuídos à sustentabilidade pelas organizações estão associados, em sua maior parte, ao paradigma antropocêntrico individualista. Isso porque não se observa um rompimento com o objetivo central de atender unicamente aos interesses dos proprietários das organizações, o que ocorre quando se associa sustentabilidade ao desempenho organizacional, seja seu crescimento, rentabilidade ou vantagem competitiva, e a ideias como liderança, inovação, melhoria técnica ou boas práticas de governança corporativa. Ao se relacionar a sustentabilidade ao cumprimento da legislação ambiental ou à ecoeficiência, podem-se gerar alguns benefícios ao ambiente natural, ainda que pontuais, o que faz prevalecer uma visão individualista, tanto antropocêntrica como ecocêntrica.

Quanto aos posicionamentos ligados de forma direta ao antropocentrismo, mas com alguma proximidade com sua vertente coletivista,

foram apontadas diferentes formas de investimentos, programas e ações sociais, como a filantropia, a cidadania empresarial, o voluntariado e a responsabilidade social. De forma similar, a responsabilidade socioambiental também buscou uma visão um pouco mais coletivista, mas buscando não restringir suas preocupação apenas à humanidade, mas também às outras formas de vida.

Ainda que tais significados busquem, de alguma forma, expressar preocupações coletivistas, mesmo que se restringindo a alguns grupos de indivíduos, ainda não seria equivalente a dizer que a organização é sustentável. Buscar atender às demandas sociais ou buscar alguma compensação ambiental não equivale à ideia original de sustentabilidade, associada a uma maior integração entre a humanidade e natureza, possibilitando a manutenção do sistema de suporte da vida, no longo prazo.

A sustentabilidade das organizações seria possível quando elas definissem ações de modo que a degradação ambiental causada por suas atividades fosse reduzida a um nível que tornasse possível a continuidade das diferentes formas de vida no planeta, não apenas a sua própria existência. Uma primeira medida para se seguir por esse caminho seria elaborar um relato claro de todos os impactos socioambientais que a organização gera, a destinação de seus resíduos e os recursos utilizados em seu processo produtivo. Porém, nos relatórios analisados, foram encontradas poucas informações sobre esses impactos. Tais informações poderiam ser tão completas quanto possível e abranger as emissões de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, além do volume de recursos naturais utilizados.

Contudo, os discursos organizacionais, ainda que se refiram exclusivamente à sustentabilidade, estão, em sua maior parte, buscando relatar os resultados financeiros das organizações, o que fortalece o paradigma antropocêntrico individualista, mas em um nova roupagem, que utiliza o termo sustentabilidade para mascarar o foco econômico. Ainda que as ações sociais e

ambientais apresentadas nesses relatórios sejam importantes por contribuírem, de alguma forma, na busca de soluções para alguns problemas atuais, ainda são ações isoladas e que refletem mais ganhos para a própria organização do que para a biota.

Existem alguns avanços na busca de alterações no comportamento das organizações, ainda que esses ainda se limitem ao que é economicamente possível. Ainda que muitas mudanças sejam necessárias, a própria divulgação de relatórios de sustentabilidade e a inserção de tais conteúdos no sítios eletrônicos das organizações analisadas, mesmo que atendendo predominantemente aos interesses financeiros dos investidores, são indícios de que apenas os resultados econômicos não são suficientes para legitimar a atuação das empresas. Porém, os discursos envolvendo a sustentabilidade ainda se restringem a apontar intenções futuras, muitas vezes sem relatos de ações concretas. Quando são apontadas ações concretas, essas costumam se restringir ao apoio a programas externos à organização, o que deixa em papel secundário alterações que poderiam estar ocorrendo dentro da própria organização.

Este estudo apresenta algumas limitações. A principal delas está associada à fonte de dados utilizada. Os relatórios de sustentabilidade, assim como os materiais contidos nos sítios eletrônicos das organizações, são produzidos tendo como intenção principal atrair e manter os investidores. Dessa forma, opta-se, muitas vezes, por relatar exatamente aquilo que eles gostariam de saber e, por isso, o conteúdo central desses materiais foi, para quase todas as organizações, os resultados econômicos. Tornou-se, por isso, comum contratar pessoas ou empresas especializadas na construção desses relatórios, de modo a enfatizar o que houvesse de mais positivo a ser descrito e disfarçar tudo aquilo que pudesse desfavorecer a imagem da organização. Ainda que as organizações sigam as recomendações da GRI na construção de seus relatórios, ainda há muitas brechas para que se possa encobrir o que pode não ser positivo para a

imagem da organização.

Nesse aspecto, o único caso que se destacou dos demais foi o da Fundação Bradesco. Pela sua área de atuação e por não ter que atender às mesmas demandas que as demais organizações, os discursos dessa fundação tiveram como foco central uma descrição das atividades realizadas. Embora também não tenha relatado os recursos utilizados e os resíduos produzidos e sua destinação, a organização se diferenciou das demais por não necessitar se amparar no conceito de sustentabilidade para justificar suas atividades, o que fez com que o uso de tal termo fosse bastante reduzido.

As demais organizações estudadas buscaram se amparar no termo sustentabilidade para legitimar sua atuação, provocando um esvaziamento desse conceito ao utilizá-lo de diferentes formas e reduzindo-o ao atendimento dos interesses da própria organização. Apesar do foco na busca de lucro e valor para os acionistas ser mantida, por ser a regra de funcionamento do próprio mercado, os relatos sobre sustentabilidade buscaram suavizar esse objetivo, por meio da inserção de alguns conteúdos socioambientais nesses discursos. No caso da Fundação Bradesco, por não compartilhar o mesmo foco das demais organizações, não foi necessário utilizar essa estratégia.

O caráter voluntário dos relatórios de sustentabilidade faz com que não haja padronização em seu formato ou conteúdos. O Estado poderia atuar tornando tais relatos obrigatórios e periódicos, além de estabelecer um formato para padronizar seus conteúdos. Assim, as informações sobre os impactos gerados pelas organizações seriam de domínio público, o que poderia fomentar maiores discussões sobre a atuação das organizações e quais as alternativas aos atuais padrões de produção e consumo. A sociedade civil, podendo obter facilmente informações dessa natureza, poderia exercer maior pressão para que as organizações se adéquem às demandas sociais. A transparência é a ideia central nesse processo, pois transmitir as informações da maneira clara e

completa possibilita maior conscientização da sociedade e fomenta maiores discussões sobre mudanças que podem levar as organizações a adotarem uma postura mais sustentável.

Outra limitação do estudo se refere ao escopo do estudo, que refletiu unicamente os discursos de grandes corporações. Embora as empresas de menor parte tenham participação predominante na maior parte das economias, o que é marcante no Brasil, essas não foram foco deste estudo, especialmente pela dificuldade em se obter seus dados e por se considerar que, na maior parte delas, a difusão do conceito de sustentabilidade é muito limitada. Isso ocorre, em parte, porque as grandes organizações, ao disputarem espaço no mercado, precisam manter uma boa imagem corporativa, enquanto as organizações menores nem sempre estão tão expostas. A associação da imagem da organização à sustentabilidade é utilizada com esse objetivo. Há, então, uma distorção do conceito de sustentabilidade por parte das grandes empresas que passam a utilizá-lo para se diferenciar dentro do mercado e se tornarem mais competitivas. Desse modo, validam sua existência e mantêm a hegemonia de seus interesses.

Recomenda-se, em estudos futuros, que sejam realizadas mais pesquisas para se analisar os conceitos atribuídos à sustentabilidade nas organizações. Tais análises podem ser aprofundadas quando se avaliam não apenas os discursos das organizações, mas também suas práticas. Assim, pode-se não apenas obter resultados consistentes, mas também incentivar maiores discussões sobre o que as organizações têm feito na busca da sustentabilidade organizacional.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; JORGE, K. D. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 99-124, jul./dez. 2005.
- AGRAWAL, A.; RIBOT, J. **Analyzing decentralization**: a framework with South Asian and east African environmental cases. Washington: World Resources Institute, 2000. Disponível em: <http://pdf.wri.org/ea_wpl.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2008.
- ALBRECHT, D. et al. The new environmental paradigm scale. **The Journal of Environmental Education**, Philadelphia, v. 13, n. 3, p. 39-42, Sept. 1982.
- ALCAMO, J. et al. Changes in ecosystem services and their drivers across the scenarios. In: CARPENTER, S. R. et al. (Ed.). **Ecosystems and human well-being**: scenarios: findings of the scenarios working group of the Millennium ecosystem assessment. Washington: Island, 2005. v. 2, chap. 9, p. 297-373.
- ALENCAR, E. **Métodos de pesquisa nas organizações**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000. 109 p.
- ALMEIDA, A. Como se posicionam os professores perante a existência e utilização de jardins zoológicos e parques afins? Resultados de uma investigação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 327-342, maio/ago. 2008.
- AMAZONAS, M. de C. Desenvolvimento sustentável e a teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. de C. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições IBAMA, 2002. cap. 1, p. 107-286.
- ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997. 372 p.
- ASHLEY, P. A. (Coord.) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 340 p.

ATTFIELD, R. **Environmental philosophy**: principles and prospects. Aldershot: Ashgate, 1994. 262 p.

AZEVEDO, A.; PASQUIS, R.; BURSZTYN, M. A reforma do estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. **Revista do Serviço Público Brasília**, Brasília, v. 58, n. 1, p. 37-55, jan./mar. 2007.

BALTAZAR, S. M. A liberdade econômica como novo paradigma do estado regulador. **Raízes Jurídicas**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 273-281, jan./jun. 2007.

BANCO DO BRASIL. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/portalbb/home23,116,1,1,1,1.bb>>. Acesso em: 7 set. 2010a.

BANCO DO BRASIL. **Relatório anual 2008**: annual report 2008. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/portalbb/page3,136,3433,0,0,1,8.bb?codigoMenu=198&codigoNoticia=10805&codigoRet=214&bread=1>>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, London, v. 24, n. 1, p. 143-180, Jan. 2003.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 382 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Coimbra: Edições 70, 2004. 281 p.

BARNETT, J. **The meaning of environmental security**. London: Zed Books, 2001. 192 p.

BATISTA, P. I. S. Saúde, cultura e paz e não-violência na construção de uma sociedade sustentável. **Divulgação em Saúde para Debate**, Londrina, v. 35, p. 48-54, jun. 2006.

BEBBINGTON, A. J. et al. Social capital and the World Bank. **The Journal of Development Studies**, London, v. 40, n. 5, p. 33-64, June 2004.

BECKER, B. **Sustainability assessment**: a review of values, concepts, and methodological approaches. Washington: Consultative Group on International Agricultural Research, 1997. 63 p.

BECKER, E.; JAHN, T.; STIESS, I. Exploring uncommon ground: sustainability and the social science. In: BECKER, E.; JAHN, T. (Ed.). **Sustainability and the social sciences**: a cross-disciplinary approach to integrating environmental considerations into theoretical reorientation. London: Zed Books, 1999. chap. 1, p. 1-22.

BLAIR, H. Participation and accountability at the Periphery: democratic local governance in six countries. **World Development**, Montreal, v. 28, n. 1, p. 21-39, Jan. 2000.

BOFF, L. **O pecado maior do capitalismo**: o risco do ecocídio e do biocídio. Disponível em: < <http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2010.

BOWEN, H. R. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper, 1953. 276 p.

BRADESCO. Disponível em: <<http://www.bradesco.com.br/>>. Acesso em: 11 set. 2010a.

BRADESCO. **Relatório de Sustentabilidade 2008**. Disponível em: < <http://www.bradesco.com.br/site/conteudo/informacoes-financeiras/relatorios-sustentabilidade.aspx?secaoId=723>>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

BRANNSTROM, C. Decentralizing water resource management in Brazil. **European Journal of Development Research**, London, v. 16, n. 1, p. 214-234, Sept. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei Nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 15 fev. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Disponível em: < <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1726>>. Acesso em: 8 abr. 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999. cap. 3, p. 67-116.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 5-24, jan./mar. 2001.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**: elements of the sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979. 432 p.

CABETTE, E. L. S. É sustentável a tese do desenvolvimento sustentável? **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n. 45, set. 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2232>. Acesso em: 10 mar. 2008.

CALLICOTT, B.; NELSON, M. P. **American indian environmental ethics**: an Ojibwa case study. Upper Saddle River: Pearson/Prentice Hall, 2003. 163 p.

CAMPBELL, E. K. Beyond anthropocentrism. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, Malden, v. 19, n. 1, p. 54-67, Jan. 1983.

CAMPBELL, T. **The quiet revolution**: decentralization and the rise of political participation in Latin American cities. Pittsburg: University of Pittsbufgh, 2003. 208 p.

CANÊDO-PINHEIRO, M. et al. Por que o Brasil não precisa de política industrial. **Economics Working Papers (Ensaios econômicos da EPGE)**, Rio de Janeiro, n. 644, p. 1-39, mar. 2007.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996. 256 p.

CAPRA, F. Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 5. ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008. p. 19-33.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002. 296 p.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982. 444 p.

CAPRA, F. **Pertencendo ao universo**. São Paulo: Cultrix, 1991. 200 p.

CAPRA, F. **Sabedoria incomum**. São Paulo: Cultrix, 1988. 288 p.

CARNOT, S. **Réflexions sur la puissance motrice du feu et les moyens propres à développer cette puissance**. Paris: Bachelier, 1824. 102 p.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility. **Business and Society**, Chicago, v. 38, n. 3, p. 268-295, Sept. 1999.

CARSON, R. **Silent spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962. 372 p.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 9, p. 153-174.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS. Disponível em: <
<http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS293E16C4PTBRIE.htm>>.
Acesso em: 13 set. 2010a.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS. **Relatório de Sustentabilidade 2008**. Disponível em:
<<http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS9B0F75F9ITEMIDPTBRIE.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

CENTRAIS ELETRICAS DE FURNAS. Disponível em: <
<http://www.furnas.com.br/default2.asp>>. Acesso em: 12 set. 2010a.

CENTRAIS ELETRICAS DE FURNAS. **Relatório socioambiental 2008**: o fio que nos une. Disponível em: <
http://www.furnas.com.br/public_balanco_social.asp?s=publicacoes>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 176 p.

CHITTICK, W. **The heart of Islamic philosophy**: the quest for self-knowledge in the teachings of Afdal al-dīn Kāshānī. Oxford: Oxford University, 2001. 360 p.

CLARK, H. Prefácio. In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2009**: ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos. Nova York, 2009. p. v-vi.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./dez. 2008.

CLAUSIUS, R. Über die bewegende Kraft der Wärme. **Annalen der Physik**, Berlin, v. 155, n. 4, p. 500-524, May 1850.

COELHO, J. A. P. M.; GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L. Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 199-207, jan./abr. 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

CONNELLY, J.; SMITH, G. **Politics and the environment**: from theory to practice. London: Routledge, 1999. 390 p.

COTGROVE, S. **Catastrophe or cornucopia**: the environment, politics, and the future. New York: J. Wiley, 1982. 154 p.

CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Plano de Implementação**. Disponível em: < <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/riomaisdez/index.php.36.html>>. Acesso em: 20 set. 2008.

DAILY, G. C.; EHRLICH, A. H.; EHRLICH, P. R. Optimum human population size. **Population and Environment**, New York, v. 15, n. 6, p. 469-475, July 1994.

- DALY, H. E. Steady-state economics: concepts, questions, policies. **Gaia. Ecological Perspectives for Science and Society**, Munich, v. 1, n. 6, p. 333-338, Nov. 1992.
- DAVIS, N. Contemporary deontologia. In: SINGER, P. (Ed.). **A companion to ethics**. Oxford: Blackwell, 1991. chap. 17, p. 205-218.
- DERVIŞ, K. Prefácio. In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2006**: a água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. Nova York, 2006. p. v-vi.
- DERVIŞ, K.; STEINER, A. Prefácio. In: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2007/2008**: combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. Nova York, 2007. p. v-vii.
- DEVALL, B. Reformist environmentalism. **Humboldt Journal of Social Relations**, Arcata, v. 6, n. 2, p. 129-157, spring/summer, 1979.
- DIAMOND, J. M. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 476 p.
- DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. 196 p.
- DIETZ, T.; ROSA, E. A.; YORK, R. Driving the human ecological footprint. **Frontiers in Ecology and the Environment**, Washington, v. 5, n. 1, p. 13-18, Feb. 2007.
- DIRZO, R.; RAVEN, P. H. Global state of biodiversity and loss. **Annual Review of Environment and Resources**, Palo Alto, v. 28, p. 137-167, Nov. 2003.
- DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES. Disponível em: <<http://www.sustainability-index.com/>>. Acesso em: 25 nov. 2010.
- ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory**: toward an ecocentric approach. New York: State University of New York, 1992. 274 p.
- ELKINS, P. Identifying critical natural capital: conclusions about critical natural capital. **Ecological Economics**, Boston, v. 44, n. 2/3, p. 277-292, Mar. 2003.

ERIN Brockovich uma mulher de talento. Direção: Steven Soderbergh. Produção: Danny DeVito; Michael Shamberg e Stacey Sher. Interpretes: Julia Roberts; Albert Finney; Aaron Eckhart e outros. Roteiro: Susannah Grant. São Paulo: Jersey Films, 2000. 1 DVD (145 min). Baseado na história de Erin Brockovich.

ESTEVA, G. The zapatista's and people's power. **Capital and Class**, London, v. 68, p. 46-85, 1999.

FAN, R. A reconstructionist confucian account of environmentalism: toward a human sagely domination over nature. **Journal of Chinese Philosophy**, Honolulu, v. 32, n. 1, p. 105-122, Mar. 2005.

FUNDAÇÃO BRADESCO. Disponível em: < <http://www.fb.org.br/institucional>>. Acesso em: 8 set. 2010a.

FUNDAÇÃO BRADESCO. **Relatório de atividades 2008**. Disponível em: <<http://www.fb.org.br/Institucional/InvestimentosResultados/RelatoriosAnuais/RelatorioAnual2008.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 89 p.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Harvard: Harvard University, 1971. 457 p.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, New York, v. 20, n. 4, p. 874-907, Oct. 1995.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. São Paulo, 2006. 47 p.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **GRI Readers` Choice Awards 2010**. Disponível em: <<http://awards.globalreporting.org/locale.do?language=pt>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. cap. 5, p. 201-266.

GÖKTÜRK, E. **What is “paradigm”?** Disponível em: <<http://heim.ifi.uio.no/erek/essays/paradigm.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; TEODÓSIO, A. S. S.; BARBIERI, J. C. Desafios e perspectivas da sustentabilidade: caminhos e descaminhos na gestão empresarial. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 9., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ENGEMA, 2007. 1 CD-ROM.

HABERMAS, J. **Theory and practice**. Boston: Beacon, 1988. 320 p.

HAILS, C. (Ed.). **The living planet report 2006**. Gland: WWF Institute, 2006. 44 p.

HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, Graz, v. 44, n. 1, p. 1-28, Feb. 1993.

HOEFFEL, J. L. et al. Trajetórias do Jaguar: unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 131-148, jan./jun. 2008.

HOFFMAN, A. J.; SANDELANDS, L. E. Getting right with nature: anthropocentrism, ecocentrism, and theocentrism. **Organization & Environment**, Tampa, v. 18, n. 2, p. 141-162, June 2005.

HOLBROOK, M. B. Mirror, mirror, on the wall: what’s unfair in reflections on advertising. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 51, p. 94-104, July 1987.

HOLLY, M. Environmental virtue ethics: a review of some current work. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, Gainesville, v. 19, n. 4, p. 391-424, Aug. 2006.

HOLMBERG, J.; SANDBROOK, R. Sustainable development: what is to be done? In: HOLMBERG, J. (Ed.). **Policies for a small planet**. London: Earthcan, 1992. chap. 1, p. 19-38.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública**, 2004. Rio de Janeiro, 2005. 130 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA. **Origem da boa governança**. Disponível em: < <http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=18>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

INSTITUTO ETHOS. **O que é RSE**. Disponível em: < http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2010.

ITAIPU BINACIONAL. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/>>. Acesso em: 14 set. 2010a.

ITAIPU BINACIONAL. **Relatório de sustentabilidade 2008**. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

JACOBI, P. Educação ambiental e o desafio da sustentabilidade socioambiental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 524-531, out./dez. 2006.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 237-244, jul./dez. 2007.

JACOBS, M. **The green economy**: environment, sustainable development and the politics of the future. London: Verso, 1991. 312 p.

JAPPUR, R. F. et al. A visão de especialistas sobre a sustentabilidade corporativa frente às diversas formações de cadeias produtivas. **Revista Produção On Line**, Florianópolis, v. 8, n. 3, 2008.

KAPLAN, R. D. The coming anarchy. **Atlantic Magazine**, Washington, Feb. 1994. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/ideastour/archive/kaplan.html>>. Acesso em: 8 nov. 2009.

KEINERT, T. M. M. Introdução: sustentabilidade: entre utopias e inovações. In: KEINERT, T. M. M. (Org.). **Organizações sustentáveis**: utopias e inovações. São Paulo: Annablume, 2007. p. 13-18.

KILBOURNE, W. E. Sustainable communication and the dominant social paradigm: can they be integrated? **Marketing Theory**, London, v. 4, n. 3, p. 187-208, Sept. 2004.

KIRBY, J.; O'KEEFE, P.; TIMBERLAKE, L. **The earthscan reader in sustainable development**. London: Earthcan, 1995. 371 p.

KORTENKAMP, K. V.; MOORE, C. F. Ecocentrism and anthropocentrism: moral reasoning about ecological commons dilemmas. **Journal of Environmental Psychology**, Victoria, v. 21, n. 3, p. 261-272, Sept. 2001.

KRAEMER, M. E. P. **Responsabilidade social: uma alavanca para a sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. 3rd ed. Chicago: University of Chicago, 1996. 212 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LANDES, D. S. **A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 784 p.

LANGHELLE, O. Sustainable development and social justice: expanding the Rawlsian framework of global justice. **Environmental Values**, Isle of Harris, v. 9, n. 3, p. 295-323, Aug. 2000.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 5, p. 77-103.

LUCKETT, S. Environmental paradigms, biodiversity conservation, and critical systems thinking. **Systemic Practice and Action Research**, New York, v. 17, n. 5, p. 511-534, Oct. 2004.

LUCKETT, S. Towards a critical systems approach to policy formulation in organizations. **International Journal of Computers, Systems and Signals**, Cape Town, v. 4, n. 1, p. 41-61, 2003.

MAGLIO, I. C. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local, 1990/1999**. 2000. 283 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2000.

MANOR, J. **The political economy of democratic decentralization**. Washington: The World Bank, 1999. 133 p.

MAROTTA, H.; SANTOS, R. O.; ENRICH-PRAST, A. Monitoramento liminológico: um instrumento para a conservação dos recursos hídricos no planejamento e na gestão urbano-ambientais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 67-79, jan./jun. 2008.

MARTINEZ-ALIER, J. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Montevideo: Icaria, 1992. 231 p.

MARTINEZ-ALIER, J.; SCHLÜPMANN, K. **Ecological economics: energy, environment and society**. Oxford: Blackwell, 1990. 287 p.

MARTINS, A. R. O. **Desenvolvimento sustentável: uma análise das limitações do índice de desenvolvimento humano para refletir a sustentabilidade ambiental**. 2006. 138 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MASON, M. **Environmental democracy**. London: Earthscan, 1999. 266 p.

MCDONAGH, P. Towards a theory of sustainable communications. **Journal of Marketing Management**, Helensburgh, v. 14, n. 6, p. 591-622, July 1998.

MEADOWS, D. L. et al. **Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972. 204 p.

MERCHANT, C. (Ed.). **Ecology**. Atlantic Highlands: Humanity Books, 1994. 436 p.

MICKEY, S. Contributions to anthropocosmic environmental ethics. **Worldviews: Global Religions, Culture, and Ecology**, Germantown, v. 11, n. 2, p. 226-247, 2007.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 433 p.

MILLER, J. Envisioning the daoist body in the economy of cosmic power. **Daedalus**, Cambridge, v. 130, n. 4, p. 265-282, fall 2001.

MORGAN, G. Paradigm, metaphors, and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 25, n. 4, p. 605-622, Dec. 1980.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. 120 p.

NAS MONTANHAS dos gorilas. Direção: Michael Apted. Produção: Terence A. Clegg e Arne Glimcher. Interpretes: de Sigourney Weaver; Bryan Brown; Julie Harris e outros. Roteiro: Anna Hamilton Phelan. São Paulo: Universal Picture, 1988. 1 DVD (129 min.). Baseado em artigo de Harold T. P. Hayes e no trabalho de Dian Fossey.

NATURA. Disponível em: < <http://www2.natura.net/NaturaMundi/src/index.asp>>. Acesso em: 9 set. 2010a.

NATURA. **Relatório anual 2008**. Disponível em: < <http://natura.infoinvest.com.br/ptb/s-15-ptb-2008.html>>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

NORGAARD, R. Sustainable development: a co-evolutionary view. **Futures**, London, v. 20, n. 6, p. 606-620, Dec. 1988.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990. 159 p.

NORTON, B. G. **Toward unity among environmentalists**. New York: Oxford University, 1991. 287 p.

OLIVEIRA, I. S. S. et al. Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA Litoral Sul de Sergipe. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 45-54, 2008.

OLIVEIRA, S. B.; GROSSI, P. K. Desenvolvimento sustentável, enfrentamento da violência e cultura de paz. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 126-137, jan./jun. 2007.

OWENS, S. Sustainability and environmental policy: five fundamental questions. In: MILBRAND, D. (Ed.). **Reinventing the left**. Cambridge: Polity Press, 1994. p. 207-215.

PARRIS, T. M.; KATES, R. W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environment and Resources**, Palo Alto, v. 28, p. 559-586, Nov. 2003.

PASSMORE, J. **Man's responsibility for nature: ecological problems and western traditions**. New York: Scribner, 1974. 400 p.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. London: Sage, 1990. 532 p.

PEARCE, D. **Blueprint 2: greening the world economy**. London: Earthscan, 1991. 224 p.

PETTIT, P. Consequentialism. In: SINGER, P. (Ed.) **A companion to ethics**. Oxford: Blackwell, 1991. chap. 19, p. 230-240.

PIRAGES, D. C.; EHRlich, P. R. **Ark II: social response to environmental imperatives**. San Francisco: Freeman, 1974. 344 p.

POLICARPO, M. A.; SANTOS, C. R. Proposta metodológica de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais de uso comum: a contribuição da análise *trade-off*. **Revista de Estudos Ambientais**, Blumenau, v. 10, n. 2, p. 71-87, jul./dez. 2008.

POLLAY, R. W. The distorted mirror: reflections on the unintended consequences of advertising. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 50, n. 2, p. 104-111, Apr. 1986.

PONCHIROLLI, O. **Ética e responsabilidade social empresarial**. Curitiba: Juruá, 2007. 152 p.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005. 255 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2006: a água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**. Nova York, 2006. 422 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008: combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido**. Nova York, 2007. 386 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos**. Nova York, 2009. 219 p.
REDCLIFT, M. **Sustainable development: exploring the contradictions**. London: Methuen, 1987. 221 p.

REDCLIFT, M. Sustainable development: economics and the environment. In: REDCLIFT, M.; SAGE, C. **Sustainable development**: local agendas for the Southern Hemisphere. Chichester: J. Wiley, 1994. chap. 2, p. 17-34.

REDCLIFT, M. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. **Sustainable Development**, Brussels, v. 13, n. 4 p. 212-227, Oct. 2005.

REES, W. E. Achieving sustainability: reform or transformation? **Journal of Planning Literature**, Columbus, v. 9, n. 4, p. 343-361, May 1995.

REES, W. E. Economic development and environmental protection: an ecological economics perspective. **Environmental Monitoring and Assessment**, Dordrecht, v. 86, n. 1/2, p. 29-45, July 2003.

RIBOT, J. **Democratic decentralization of natural resources**: institutionalizing popular participation. Washington: World Resources Institute, 2002. 30 p.

RIFKIN, J.; HOWARD, T. **Entropy**: a new world view. New York: Vicking Adult, 1980. 354 p.

RIVERO, O. **O mito do desenvolvimento**: os países inviáveis no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2002. 224 p.

ROBERTS, P. Sustainable regional planning. **Regional Studies**, London, v. 28, n. 8, p. 781-787, Dec. 1994.

ROHDE, G. M. **Epistemologia ambiental**: uma abordagem filosófica-científica sobre a efetuação humana alopoiética da terra e de seus arredores planetários. 2. ed. Porto Alegre: EIPUCRS, 2005. 407 p.

ROHDE, G. M. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 3, p. 41-53.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. Introdução ao debate sobre empoderamento e direitos no combate à pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 5-8.

ROS-TONEN, M. Novas perspectivas para a gestão sustentável da floresta amazônica: explorando novos caminhos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 11-25, jan./jun. 2007.

ROSSI, P. **Os filósofos e as máquinas 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 184 p.

ROTA, D. L. **Desarrollo sostenible y globalización**. Cizur Menor: Editorial Aranzadi, 2003. 173 p.

RO, Y. Ecological implication of Yi Yulgok's cosmology. In: TUCKER, M. E.; BERTHRONG, J. (Ed.). **Confucianism and ecology: the interrelation of heaven, earth, and humans**. Cambridge: Harvard University Center for the Study of World Religions, 1998. p. 169-186.

RYDIN, Y. Sustainable development and the role of land use planning. **Area**, London, v. 27, n. 4, p. 369-377, Dec. 1996.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 251 p.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986. 208 p.

SACHS, I. Prefácio. In: VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 9-11.

SAMOHYL, R. W. Acumulação de capital e desacumulação do meio ambiente. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 95-127, fev. 1982.

SANTOS, G. R.; COELHO, A. T. Conflitos de natureza sociopolíticos com roupagem ambiental e a atuação do Estado: evidências das disfunções institucionais na APA do Planalto Central. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 6., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ECOECO, 2005. 1 CD ROM.

SAVITZ, A.; WEBER, K. **Empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Campus, 2007. 320 p.

SCARDUA, F.; BURSZTYN, M. A. Descentralização da política ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 257-290, jan./dez. 2003.

SCHALTEGGER, S.; STURM, A. Ökologieinduzierte entscheidungsprobleme des managements: ansatzpunkte zur ausgestaltung von instrumenten. **WWZ Discussion Paper**, Basel, n. 8914, 1989.

SCHELLENBERGER, M.; NORDHAUS, T. **The death of environmentalism**: global warming politics in a post-environmental world. Disponível em: <http://www.thebreakthrough.org/PDF/Death_of_Environmentalism.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2009.

SCHMIDHEINY, S. **Changing course**: a global business perspective on development and the environment. Cambridge: MIT Press, 1992. 374 p.

SCHULTZ, P. W. Inclusion with nature. In: SCHMUCK, P.; SCHULTZ, W. P. (Ed.). **Psychology of sustainable development**. Norwell: Kluwer Academic, 2002. chap. 4, p. 61-78.

SCHULTZ, P. W.; ZELEZNY, L. Values as predictors of environmental attitudes: evidences for consistency across 14 countries. **Journal of Environmental Psychology**, Victoria, v. 19 n. 3, p. 255-265, Sept. 1999.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 144 p.

SENGUPTA, A. Development policy and the right to development. **Frontline**, Chennai, v. 18, n. 4, p. 91-96, 2 Mar. 2001.

SENGUPTA, A. Official development assistance: the human rights approach. **Economic and Political Weekly**, Mumbai, v. 37, n. 15, p. 1424-1436, Apr. 2002.

SHERBININ, A. et al. Population and environment. **Annual Review of Environment and Resources**, Palo Alto, v. 32, p. 345-373, Nov. 2007.

SILVA, L. S. A.; QUELHAS, O. L. G. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 385-395, set./dez. 2006.

SOUSA, C. R. **Representações sociais da questão ambiental em nível global, setorial e cotidiano**: um estudo multicasos em laticínios de Lavras/MG. 2003. 189 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2003.

STERN, P. C.; DIETZ, T.; KALOF, L. Value orientations, gender, and environmental concern. **Environmental and Behavior**, Thousand Oaks, v. 25, n. 5, p. 322-348, Sept. 1993.

STERN, P. C.; DIETZ, T. The value bases of environmental concern. **Journal of Social Issues**, Washington, v. 50, n. 3, p. 65-84, 1994.

TACHIZAWA, T. Turismo ecológico e desenvolvimento local sustentável: uma proposta baseada em pesquisa empírica. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Turismo**, Cristalina, v. 1, n. 1, p. 191-220, maio 2009.

TAYLOR, R. L. Companionship with the world: roots and branches of a Confucian ecology. In: TUCKES, M. E.; BERTHRONG, J. (Ed.). **Confucianism and ecology**: the interrelation of Heaven, Earth and Humans. Cambridge: Harvard University Center for the Study of World Religions, 1998. p. 37-58.

TENDLER, J. **Good government in the tropics**. Baltimore: Johns Hopkins University, 1997. 221 p.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 208 p.

THOMPSON, P. B. **The spirit of the soil**: agriculture and environmental ethics. London: Routledge, 1995. 196 p.

TU, W. **Centrality and commonality**: an essay on Chung-Yung. Honolulu: University of Hawaii, 1976. 168 p.

TU, W. **Confucian thought**: selfhood as creative transformation. Albany: State University of New York, 1985. 203 p.

TU, W. The ecological turn in new Confucian humanism: implications for China and the world. **Daedalus**, Cambridge, v. 130, n. 4, p. 243-264, 2001.

TUCKER, M. E. The relevance of chinese neo-confucianism for the reverence of nature. **Environmental History Review**, Oxford, v. 15, n. 2, p. 55-67, 1991.

TUCKER, M. E. **Worldly wonder**: religions enter their ecological phase. Chicago: Open Court, 2003. 166 p.

VALE. Disponível em: < <http://www.vale.com/pt-br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2010a.

VALE. **Relatório de sustentabilidade de 2008**. Disponível em: < <http://www.vale.com/pt-br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2010b.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2008. 268 p.

VASKE, J. J.; DONELLY, M. P. A value-attitude-behavior model predicting wildland preservation voting intentions. **Society & Natural Resources**, Philadelphia, v. 12, n. 3, p. 523-537, Sept. 1999.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.

VINHA, V. G. **A convenção do desenvolvimento sustentável e as empresas eco-comprometidas**. 1999. 296 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1999.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Our ecological footprint**: reducing human impact on the earth. 6th ed. Canada: New Society, 1996. 160 p.

WHITE, L. The historical roots of four ecological crisis. **Science**, Washington, v. 155, n. 3767, p. 1203-1207, Mar. 1967.